

# DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano I

Diretores: *Calvino Filho e S. O. Hersen*

N.º 5

---

## CAPITALISMO E SOCIALISMO

por J. STÁLIN.

“Nos países capitalistas há crise econômica e declínio da produção tanto na indústria como na agricultura.

Em nosso país, na URSS, há progresso econômico e aumento da produção em todos os ramos da economia.

Nos países capitalistas, agrava-se a situação material dos trabalhadores, diminuem-se os salários dos operários e cresce a desocupação forçada.

Em nosso país, na URSS, melhora a olhos vistos a situação dos trabalhadores, aumentam os salários dos operários e diminui a desocupação forçada.

Nos países capitalistas, há o alastramento das greves e das manifestações acarretando a perda de milhões de dias de trabalho.

Em nosso país, na URSS, há o entusiasmo pelo trabalho entre os operários e os camponeses, o que proporciona ao nosso regime milhões de jornadas de trabalho suplementares, e não há greves.

Nos países capitalistas, há a agravação da situação interior e a maturação de movimentos revolucionários contra o regime capitalista.

Em nosso país, na URSS, há o reforçamento da situação interior e cada vez maior coesão das massas operárias em torno do poder dos Soviets.

Nos países capitalistas; há a agravação da questão nacional e incremento do movimento de emancipação nacional nas Índias, na Indochina, na Indonésia, nas ilhas Filipinas e alhures, movimento êste que se transforma em guerra nacional.

Em nosso país, na URSS, há a consolidação das bases em que assenta a fraternidade entre as nações componentes da URSS, a paz na-

cional assegurada e a coesão crescente dos povos da URSS em torno do poder dos Soviets.

Nos países capitalistas, desmantela-se tudo e a perspectiva é de maior agravação da situação.

Em nosso país, na URSS, há confiança em nossas próprias forças e a perspectiva é de melhoramento contínuo.

Muito se fala acêrca da "ruína" da URSS, da "prosperidade" dos países capitalistas, etc. Não seria mais acertado falar da ruína inevitável daqueles que tombaram, de modo tão "inesperado", no turbilhão da crise econômica e não conseguem sair dêle?

Quais são as causas de tão graves fracassos entre os países capitalistas e de êxitos tão sérios entre nós, na URSS.?

Diz-se que a situação da economia depende, em grande parte, da abundância ou da carência de capitais. E' uma asserção verdadeira. Explica-se, então, a crise atual dos países capitalistas pelo carência de capitais e o progresso da URSS pela abundância de capitais? Não, de modo algum. Tôda gente sabe que a URSS possui muito menor soma de capitais que os países capitalistas. Se a questão fôsse decidida pela acumulação de capitais, nós estaríamos em crise e os países capitalistas em pleno progresso.

Diz-se que a situação da economia depende, em grande parte, da competência técnica e da capacidade de organização dos quadros econômicos. E' uma asserção verdadeira. Explica-se então a crise dos países capitalistas pela insuficiência dos quadros e o progresso da URSS pela abundância dêles? Não, de modo algum. Tôda gente sabe que os quadros de técnicos experimentados são muito mais numerosos nos países capitalistas do que entre nós, na URSS. Jamais ocultamos e não pensamos em ocultar que nós somos, em matéria de técnica, aprendizes dos alemães, dos ingleses, dos franceses, dos italianos e antes de tudo e sobretudo dos americanos. Mas a questão não se decide pela abundância ou insuficiência dos quadros de técnicos, muito embora o problema dos quadros tenha enorme importância para o desenvolvimento da economia.

Talvez se encontre a chave do enigma em nossa superioridade sobre os países capitalistas em matéria de cultura geral? Ainda uma vez, não. Tôda gente sabe que o nível de cultura geral é entre nós inferior ao dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha e de vários outros países. Não, a questão de que se trata não é a da cultura das massas, muito embora tenha ela imensa importância para o desenvolvimento da economia.

Talvez se trate então de defeitos pessoais dos dirigentes dos países capitalistas? Ainda uma vez, não. As crises nasceram com a dominação do capitalismo. Há mais de cem anos que as crises se repetem periódicamente no regime capitalista, cada 12, 10, 8 anos e ainda mais freqüentemente. Todos os partidos capitalistas, todos os dirigentes capitalistas mais ou menos conhecidos, desde os mais "geniais" aos mais mediocres, empregaram sempre os maiores esforços a fim de "prevenir" ou "suprimir" as crises. E todos hão fracassado. Que há de surpreendente que Hoover e seu grupo tenham também sofrido uma derrota? Não, não se trata de defeitos ou qualidades pessoais dos dirigentes ou dos partidos

capitalistas, muito embora êstes factores tenham considerável importância.

De que se trata então?

Em que consiste a causa pela qual a URSS., a despeito do estado atrasado da sua cultura geral, a despeito da carência de capitais, a despeito da insuficiência dos quadros de técnicos e de administradores experimentados, se encontra em pleno progresso econômico e obtém neste terreno uma série de êxitos decisivos, enquanto os países capitalistas, a despeito da abundância de capitais e de quadros técnicos, a despeito do nível superior da sua cultura geral, se encontram num estado de crise econômica crescente e sofrem derrotas sobre derrotas em seu desenvolvimento econômico?

A causa disso consiste na diferença dos sistemas econômicos que vigoram entre nós e entre êles.

A causa disso consiste na inconsistência do sistema capitalista.

A causa disso consiste na superioridade do sistema soviético sobre o sistema capitalista.

Que é o sistema soviético de economia?

O sistema soviético significa que:

1) O poder da classe capitalista é derrubado e substituído pelo poder da classe operária.

2) Os meios e os instrumentos de produção, a terra, as fábricas, as usinas, etc., tomados aos capitalistas, passam a ser propriedade da classe operária e das massas laboriosas dos campos.

3) O desenvolvimento da produção fica subordinado, não mais ao princípio da concorrência e do lucro capitalista, mas, dirigido segundo um plano de conjunto, ao princípio do melhoramento sistemático das condições de vida materiais e culturais dos trabalhadores.

4) A renda nacional é repartida, não mais segundo o interesse e para enriquecimento das classes exploradoras e o bando de parasitas que as cerca, mas segundo o interesse dos operários e dos camponeses, cuja situação deve ser sistematicamente melhorada, e tendo em vista o aumento contínuo da produção socialista nas cidades e nos campos.

5) O melhoramento sistemático da situação dos trabalhadores e o crescimento ininterrupto das suas necessidades (capacidade aquisitiva), constituindo um estimulante cada vez mais forte para o aumento contínuo da produção, premune a classe operária contra as crises de superprodução, extensão do desemprego, etc.

6) A classe operária é dona do país e trabalha por sua própria conta em vez de trabalhar para os capitalistas.

Que é o sistema capitalista?

O sistema capitalista significa que:

1) Os capitalistas exercem o poder.

2) Os instrumentos e os meios de produção estão nas mãos dos exploradores.

3) A produção é subordinada, não ao princípio do melhoramento da situação material das massas laboriosas, mas ao princípio de lucro, de maiores lucros pelos capitalistas.

4) A renda nacional é repartida, não segundo o interesse dos trabalhadores, mas segundo o interesse dos exploradores, aos quais se assegura o máximo de vantagens e benefícios.

5) A racionalização capitalista e o rápido aumento da produção, tendo por objeto conseguir os mais elevados lucros para os capitalistas, se chocam, como contra um obstáculo, nas condições de miséria e na agravamento da situação material de milhões de trabalhadores que nem sempre podem satisfazer as suas necessidades mais elementares, o que provoca inevitavelmente as crises de super-produção, a extensão do desemprego, etc.

6) A classe operária é uma classe explorada que trabalha, não por sua própria conta, mas para outra classe, a classe dos exploradores.

Tais são as vantagens do sistema soviético sobre o sistema capitalista.

Tais são as vantagens da organização socialista da economia sobre a organização capitalista.

Tal é a razão pela qual entre nós, na URSS., o aumento do consumo (capacidade aquisitiva) das massas sobrepuja sempre e sempre o aumento da produção, servindo-lhe de estímulo, enquanto nos países capitalistas, pelo contrário, o aumento do consumo (capacidade aquisitiva) das massas não alcança jamais o aumento da produção, ficando sempre muito aquém e ocasionando assim as crises da produção.

Tal é a razão pela qual, nos países capitalistas, se considera como coisa perfeitamente normal destruir, nos tempos de crise, o "excedente" das mercadorias e queimar o "excedente" dos produtos agrícolas a fim de manter os preços na alta, assim garantindo os grandes lucros, enquanto entre nós, na URSS., os indivíduos culpados de semelhantes crimes seriam encerrados nos manicômios. (*Aplausos.*)

Tal é a razão pela qual os operários fazem greves e manifestações, nos países capitalistas, organizando a luta revolucionária contra o poder capitalista, enquanto entre nós, na URSS., vemos o espetáculo da grandiosa emulação do trabalho entre milhões de operários e de camponeses prontos a defender com seus peitos o poder dos Soviets.

Tal é a razão pela qual a situação interior da URSS é firme e estável, enquanto a dos países capitalistas é instável e precária.

E' preciso convir que um sistema econômico que não sabe o que fazer dos excedentes da sua produção e acaba queimando-os, enquanto as massas prêsas da miséria passam fome e não encontram trabalho, é um sistema condenado por si mesmo.

Os últimos anos constituíram um período de provas práticas, de exame para os dois sistemas opostos, soviético e capitalista. Durante este período, muitas profecias se fizeram, mais do que se devia, acerca da "ruína" e da "falência" do sistema soviético. Mais ainda se falou acerca da "prosperidade" do capitalismo, fazendo-se o seu elogio em todos os tons. E que aconteceu, afinal? Estes anos mostraram uma vez mais que o sistema capitalista é inconsistente e que o sistema soviético apresenta vantagens com as quais nenhum Estado burguês, ainda o mais "democrático", ainda o mais "popular", etc., poderia sequer sonhar.

Em seu discurso pronunciado perante a Conferência do Partido realizada em maio de 1921, dizia Lênin:

"Por meio da nossa política econômica, nós exercemos neste momento a maior influência sobre a revolução internacional. Todos os olhos se acham voltados para a República dos Soviets da Rússia; todos os trabalhadores de todos os países do mundo, sem a menor exceção e sem o menor exagero, estão com os olhos fixos em nós. Este resultado já o alcançamos. Os capitalistas não podem calar, nem ocultar mais nada; é por isso que eles procuram lançar mão, principalmente, dos nossos erros econômicos e nossas debilidades. Neste terreno a luta se tornou mundial. Se conseguirmos realizar as tarefas decorrentes deste problema, teremos então ganho a partida, num plano internacional, de modo seguro e definitivo".

E' preciso convir que o nosso Partido vai realizando com êxito as tarefas traçadas por Lênin." (Stálin — Do Informe ao XVI Congresso do P.C. (b) da URSS., em 1930.)

VALOR DA TEORIA — A classe operária — dizia Marx — conseguirá a vitória unicamente se souber organizar sua luta apoiando-se no conhecimento exato das leis do desenvolvimento social. Somente a fusão do movimento operário com a ciência, com a teoria revolucionária, pode assegurar o êxito da grande causa de emancipar os trabalhadores da opressão e da exploração.

A HISTORIA DOS EXERCITOS — ...A história dos exercitos corre mais do que outra qualquer coisa para fazer ressaltar a justeza de nossa maneira de ver no que se refere à ligação das forças produtivas e das condições sociais. Em geral, o exercito tem grande importancia no desenvolvimento econômico. Por exemplo: no exercito é que, pela primeira vez, encontramos o salario completamente desenvolvido. Da mesma forma, entre os romanos, o *peculium castrense* (pecúlio do soldado em campanha) representa a primeira forma jurídica em que se reconhece a propriedade mobiliária daquele que não é pai de família. A mesma coisa verifica-se no regime corporativo quanto às corporações dos *fabri* (operários militares). A mesma coisa em relação à primeira aplicação das máquinas em grande escala. Até mesmo o valor particular dos metais e seu emprego como dinheiro parece, uma vez passada a idade da pedra de Grimm, repousar originariamente sobre sua importancia para a guerra. Foi igualmente nos exercitos que a divisão do trabalho, dentro de determinado ramo, foi instaurada pela primeira vez. Toda a história das formas da sociedade burguesa aí se encontra resumida de maneira frisante. Se encontrarmos tempo, por acaso, será sob esse ponto de vista que se deverá futuramente elaborar a coisa... (Trecho da *Carta de Marx a Engels*, 25 de setembro de 1857.)

# De Tudo, um Pouco...

IMPOSSIVEL O SALARIO INTEGRAL — ...“Não ha estado social possível onde o trabalhador possa receber para seu consumo o valor total do seu produto. O bem produzido deve prover a uma quantidade de funções economicamente improduttivas mas necessarias e, depois, sustentar os individuos a quem toca. Isso só é verdadeiro enquanto valer a actual divisão do trabalho. Numa sociedade em que o trabalho geral produttivo seja obrigatorio, sociedade que é, portanto, possível, a observação não é exata. Restará ainda a necessidade de um fundo social de reserva e de acumulação, e, então, os *trabalhadores*, isto é, *todos* possuirão e gozarão o seu produto total, mas cada trabalhador isolado não gozará o produto integral de seu trabalho.” (Engels — Prefacio ao livro *A Miséria da Filosofia*, de Marx.)

COMO SE FAZ A HISTÓRIA? — “Admitamos com o sr. Proudhon que a história real, a história segundo a ordem dos tempos, é a sucessão histórica na qual as idéias, as categorias, os princípios se manifestaram.

Cada princípio teve seu século para se manifestar: o princípio de autoridade, por exemplo, teve o século XVIII. Por consequência, era o século que pertencia ao princípio, e não o princípio que pertencia ao século. Em outros termos, era o princípio que fazia a história, não era a história que fazia o princípio. Quando, em seguida, para salvar tanto os princípios quanto a história, se pergunta porque tal princípio se manifestou no século XI ou no século XVIII, de preferência a qualquer outro século, somos necessariamente levados a examinar de modo minucioso como eram os homens do século XI, como eram os homens do século XVIII, quais eram suas necessidades respectivas, suas forças produtivas, seu modo de produção, as matérias-primas de sua produção, enfim, quais eram as relações de homem a homem que resultavam de tôdas estas condições de existência. Aprofundar tôdas estas questões não é fazer a história real, profana dos homens em cada século, apresentar estes homens ao mesmo tempo como autores e atores de seu próprio drama? Mas ao apresentardes os homens como atores e autores de sua própria história, tereis chegado, por um desvio, ao verdadeiro ponto de partida, pois que abandonastes os princípios eternos de que a princípio falaveis.

O sr. Proudhon não chegou a avançar muito no atalho que o ideólogo toma para alcançar a grande estrada da história.” (Marx, *Miséria da Filosofia*, pág. 107).

## PRINCIPIOS DO COMUNISMO

por F. ENGELS.

Em fins de 1846, depois das divergências ocorridas entre os dirigentes dos diversos grupos comunistas ou socialistas em Paris, como em Londres e em Bruxelas, muitas pessoas compreenderam que, na expectativa dos acontecimentos revolucionarios que pareciam iminentes, chegara o momento de formular, com toda a clareza e toda precisão possíveis, os princípios fundamentais do comunismo. Para este fim, através de um apelo de novembro de 1846, o Comité Central convocou um congresso geral, que deveria reunir-se em Londres no dia 1 de maio de 1847. Mas após as “circunstancias imprevisitas, que tornam necessarias medidas particulares de prudencia”, a data da reunião foi adiada para 1 de junho de 1847. Entretanto, entre a convocação e a reunião do Congresso, surgiu um acontecimento da mais alta importancia, cuja influencia deveria tornar-se decisiva para a redação da *Profissão de fé comunista* e, depois, sobre a propria redação do *Manifesto Comunista*. Em 20 de janeiro de 1847, o Comité Central de Londres decidiu mandar Joseph Moll a Bruxelas para entrar em conversações com o Comité de correspondencia comunista (isto é, com Marx e Engels) para uma ação comum. Depois de longas discussões, Marx e Engels aceitaram participar dos trabalhos do Congresso de Londres (adiado para 1 de junho) e o comité de correspondencia comunista de Bruxelas foi transformado numa secção da Federação dos Justos. Nesse Congresso, cujos debates foram algumas vezes muito asperos, Engels, que representava os grupos de Paris

(Marx por falta de recursos financeiros fóra substituído pelo seu amigo Guilherme Wolff, que representou Bruxelas) desempenhou papel verdadeiramente preponderante, que não cumpre analisar aqui. Interessantes decisões foram tomadas: a nova organização adotou o nome de Liga Comunista; a publicação de uma *Revista Comunista* foi votada; a revisão dos estatutos foi esboçada, mas, diante da impossibilidade de chegar a um acordo, essa discussão foi adiada para o Congresso de outubro; o projeto de profissão de fé comunista, apresentado pelo comité central, longe de conseguir uma aprovação unanime, foi novamente mandado para um novo exame das secções, tendo sido aumentado consideravelmente o numero de questões por iniciativa de Engels. Estamos, naturalmente, ainda muito distantes do *Manifesto Comunista*! Mas a evolução das idéias, a mudança de mentalidade fazem-se sentir pouco a pouco e devemos reconhecer que Engels, principalmente, pela sua energia e sua habilidade, foi quem mais contribuiu para isso. Depois do Congresso de Londres, Engels tornou a Paris, onde se tratava de recolher, a proposito da Profissão de Fé Comunista, o parecer da secção. Engels deu um golpe de mão. Em 10 de novembro de 1847 escrevia a Marx: “Devo dizer-te, muito em particular, que fiz uma manobra infernal com Moisés (1). Ele fizera adotar uma Profissão de Fé de agua de rosas, cuidadosamente forjada. Sexta-feira ultima analisei a Profissão no circulo, ponto por ponto, mas ainda não chegara ao meio

e já todo mundo estava satisfeito. Sem a menor oposição, encarreguei-me de elaborar uma nova Profissão de Fé, que será discutida sexta-feira próxima e mandada para Londres à revelia da sociedade. Mas ninguém deve saber disso, sem o que seremos todos depostos e haverá um barulho terrível". Ser encarregado da redação de um projeto de Profissão de Fé não podia bastar a Engels. Era necessário que ele fosse novamente delegado para defender, no próximo congresso, suas ideias e as de Marx. Em 15 de novembro, pôde escrever ao seu amigo: "Ontem à tarde foram designados os delegados. Depois de uma reunião muito confusa, fui designado por dois terços de votos. Desta vez não fiz nenhuma intriga; não tive também ocasião para isso. A oposição foi simplesmente aparente. Um operário foi proposto *pro-forma*, mas os que o propuseram votaram em mim". Nestas condições, Engels, aproveitando todos os momentos em que suas outras ocupações o deixavam livre, pôs-se a redigir definitivamente ou, pelo menos, quase definitivamente, as propostas que, em seu nome e no de Marx, provavelmente haveriam de ser submetidas por escrito ao congresso de 1 de junho. Pediu a Marx para não perder de vista a questão e escreveu-lhe em 24 de novembro: "Reflete um pouco na Profissão de Fé. O que de melhor teríamos a fazer, segundo penso, seria renunciar à forma de catecismo e tomar por título *Manifesto Comunista*. Como seremos obrigados a contar, mais ou menos, a história, a forma adotada em absoluto não convém. Levar-te-ei o que já fiz aqui: é puramente narrativa mas muito mal redigida, porque fui atrapalhado a todo momento. Começo com a pergunta: "Que é o comunismo?" Passo, depois, imediatamente, ao proletariado: origem, o que o diferencia da an-

tiga classe operária, desenvolvimento da oposição entre o proletariado e a burguesia, crises, consequências. Misturamos a isto toda espécie de coisas secundárias e, enfim, a política do Partido Comunista na medida em que ela pode ser exposta ao público. O que fiz não está absolutamente pronto para ser aprovado, mas espero, salvo alguns pequeníssimos detalhes, conseguir que não fique aí, em todo caso, nada contrário às nossas ideias". Engels não respondeu inteiramente ao questionário que ele próprio redigiu. Para três das vinte e cinco perguntas não dá sua opinião no manuscrito dos *Princípios do Comunismo*. E chegamos, assim, ao Congresso de novembro-dezembro de 1847, no qual Marx e Engels foram oficialmente encarregados de redigir o *Manifesto Comunista*. Bernstein, em 1931, sob o título de *Princípios do Comunismo*, publicou a *Profissão de Fé comunista*, que transcrevemos a seguir.

#### PRINCIPIOS DO COMUNISMO —

1.<sup>a</sup> Pergunta — Que é o comunismo? Resposta — O comunismo é a doutrina das condições da liberação do proletariado. 2.<sup>a</sup> Pergunta — Que é o proletariado? Resposta — O proletariado é a classe da sociedade que ganha sua subsistência exclusivamente com a venda de seu trabalho, não atendendo o interesse de um capital qualquer, e cujas condições de existência e a existência mesma dependem da procura do trabalho e, por consequência, da sucessão dos períodos de crise e de prosperidade industrial, das oscilações de uma concorrência desenfreada. O proletariado ou classe dos operários é, numa palavra, a classe trabalhadora da época atual. 3.<sup>a</sup> Pergunta — Não houve, pois, proletários em todos os tempos? Resposta — Não. Sempre houve pobres e clas-

ses trabalhadoras. As classes trabalhadoras têm sido quase sempre pobres. Mas, pobres, operários que viviam nas condições que acabamos de citar, isto é, proletários, não existiram sempre, assim como tão pouco a concorrência foi sempre livre e desenfreada. 4.<sup>a</sup> Pergunta — Como apareceu o proletariado? Resposta — O proletariado apareceu por causa da revolução industrial que se processou na Inglaterra durante a segunda metade do século XVIII e se repetiu, depois, em todos os países civilizados do mundo. Esta revolução industrial foi provocada pela invenção da máquina a vapor, de varias máquinas de fiar, do tear mecânico e de toda uma serie de diversos aparelhos mecânicos. Estas máquinas, que eram caras, por consequência só podiam ser compradas pelos grandes capitalistas, por isso transformaram completamente todo o antigo sistema de produção e eliminaram os antigos artesãos, porque fabricavam as mercadorias melhor e mais baratas que o poderiam fazer os artesãos com seus primitivos instrumentos. Isto explica porque a introdução das máquinas colocou a indústria completamente nas mãos dos grandes capitalistas e destruiu todo o valor da pequena propriedade artesã (instrumentos, teares, etc.), de sorte que os capitalistas tiveram toda a indústria, em seguida, entre suas mãos e aos trabalhadores nada restou. O sistema da fabrica foi introduzido, primeiro, na indústria do vestuário. Depois, uma vez dado o primeiro impulso, o sistema estendeu-se rapidamente aos demais ramos da indústria, especialmente na imprensa, alfabetria e na metalurgia. Cada vez foi mais dividido o trabalho entre os diferentes operários, de tal sorte que o operário que, até então, havia feito um trabalho completo, não faria, depois, sinão uma parte. Graças a esta

divisão de trabalho, os produtos puderam ser fabricados mais rapidamente e, por consequência, tornaram-se mais baratos. Reduziu a atividade de cada operário a um simples gesto mecânico, constantemente repetido, que podia ser feito tão bem ou melhor por uma máquina. Todos os ramos da produção, uns atrás dos outros, caíram sob a dominação do maquinismo e da grande indústria, como havia caído o tecido e a fiação. O resultado disto foi que passaram completamente para a mão dos grandes capitalistas e os operários perderam com isso o que lhes restava de independência. Pouco a pouco, afora a manufatura propriamente dita, a indústria dos artesãos caiu cada vez mais sob o domínio da grande indústria, no sentido de que os grandes capitalistas, ao instalarem grandes oficinas onde os gastos gerais eram menores e o trabalho podia ser também dividido, eliminaram paulatinamente os pequenos produtores independentes. Isto explica porque, nos países civilizados, quase todos os ramos da produção têm sido incorporados ao sistema da grande indústria e porque em todos os ramos industriais a produção artesã e a produção manufatureira têm sido eliminadas pela grande indústria. E é isto que explica também a ruína, cada vez mais pronunciada, da antiga classe média, a completa transformação da situação dos operários e a constituição de novas classes que englobam pouco a pouco todas as demais, a saber: 1.<sup>a</sup>) — A classe dos grandes capitalistas, que, em todos os países civilizados, estão na posse exclusiva de todos os meios de existência e das matérias primas e instrumentos (máquinas, fabricas) necessárias para a produção dos meios de existência; é esta a classe dos burgueses ou burguesia. 2.<sup>a</sup>) — A classe dos que nada possuem e são obrigados a ven-

der seu trabalho aos burgueses para receber deles os meios de subsistência necessários para seu sustento; é esta a classe dos proletários ou proletariado. 5.<sup>a</sup> Pergunta — Em que condições se realiza esta venda de trabalho dos proletários à burguesia? Resposta — O trabalho é uma mercadoria como qualquer outra e seu preço é, por consequência, fixado segundo as mesmas leis que o de qualquer outra mercadoria. O preço de uma mercadoria, sob a concorrência da grande indústria, ou da concorrência livre, o que vem a ser o mesmo, como teremos ocasião de ver, é sempre igual, em média, ao custo médio da produção desta mercadoria. O preço do trabalho é, pois, também, igual ao custo de produção do trabalho. Mas o custo de produção do trabalho consiste precisamente na quantidade de meios de subsistência necessários para pôr o operário em condições de continuar trabalhando e não deixa-lo morrer. O operário não receberá, pois, por seu trabalho, mais que o mínimo necessário para este fim. O preço de trabalho ou salário será, pois, o mínimo necessário para a manutenção da vida. Mas como os negócios são, umas vezes bons e outras maus, receberá umas vezes mais e outras menos; assim como o fabricante receberá umas vezes mais e outras vezes menos por suas mercadorias. Mas, igualmente como o fabricante, no meio de bons e maus negócios, não recebe por suas mercadorias nem mais nem menos do que o custo de sua produção, assim o operário não receberá, em média, nem mais nem menos do que este mínimo. E esta lei econômica do salário é tanto mais severamente aplicada quanto mais fortemente penetra a grande indústria em todos os ramos da produção. 6.<sup>a</sup> Pergunta — Que classes trabalhadoras havia antes da revolução industrial? Resposta — As classes trabalhadoras,

segundo as fases do desenvolvimento da sociedade, viveram em diferentes condições e ocuparam posições diferentes em face das classes possuidoras e dominantes. Na antiguidade, os trabalhadores eram escravos de seus possuidores, como o são, todavia, em grande numero de países atrasados e inclusive nos Estados Meridionais dos Estados Unidos da América. Na Idade Média, eram servos da aristocracia agrária, como o são ainda na Hungria, na Polónia e na Rússia. Na Idade Média, e até à evolução industrial, havia, ademais, nas cidades, companheiros, que trabalhavam ao serviço dos artesãos pequeno-burgueses e, pouco a pouco, à medida do desenvolvimento da manufatura, apareceram operários de manufatura que já eram utilizados, então, pelos grandes capitalistas. 7.<sup>a</sup> Pergunta — Em que se distingue o operário do escravo? Resposta — O escravo é vendido de uma vez para sempre. O operário tem que vender-se cada dia, e, inclusive, cada hora. O escravo isolado, propriedade de seu dono, e em interesse deste, tem já uma existência assegurada, por miserável que seja. O proletariado, propriedade, por dizer-lo assim, de toda a classe burguesa, e cujo trabalho não mais se compra senão quando dele se tem necessidade, não tem a existência assegurada. Esta existência não está garantida da mesma forma que a da classe operária inteira, como classe. O escravo está fora da concorrência. O proletário está inteiramente dentro da concorrência e sofre todas as oscilações dela. O escravo é considerado como uma coisa, não como um membro da sociedade civil. O proletário é reconhecido como pessoa, como membro da sociedade civil. O escravo pode, pois, ter uma existência melhor que a do proletário, porém este último pertence a uma etapa superior do desenvolvimento da sociedade

e encontra-se num nível mais elevado que o escravo. Este último liberta-se suprimindo, de todas as relações da propriedade privada, somente a relação de escravatura e transforma-se assim em proletário. O proletário não pode libertar-se senão suprimindo a propriedade privada. 8.<sup>a</sup> Pergunta — Em que se distingue o proletário do servo? Resposta — O servo tem a propriedade e o desfrute de um instrumento de produção, ou de um pedaço de terra, contra a entrega de uma parte do produto ou pela troca de algum trabalho. O proletário trabalha com os instrumentos de produção de outrem por conta deste e contra o recebimento de uma parte do produto. O servo dá parte do produto criado e o proletário recebe parte do produto que criou. O servo tem uma existência assegurada; o proletário não a tem. O servo está colocado fora da concorrência, o proletário está no meio dela. O servo liberta-se refugiando-se nas cidades e transformando-se, ali, em artesão, dando a seu amo dinheiro em lugar de trabalho e produtos e transformando-se num colono livre ou expulsando seu senhor feudal e fazendo-se ele próprio proprietário; em resumo, entrando, de uma maneira ou de outra, na classe possuidora e na concorrência. O proletário liberta-se suprimindo a própria concorrência, a propriedade privada e todas as diferenças de classe. 9.<sup>a</sup> Pergunta — Em que se distingue o proletário do artesão? Resposta — Nos antigos ofícios, depois de terminar a aprendizagem, o jovem artesão não era, geralmente, mais que um assalariado, que se transformava, por sua vez, em patrão, depois de certo numero de anos, enquanto que o proletário é, quasi sempre, um assalariado, durante toda a sua vida. O artesão, que não era patrão, era, todavia, companheiro desta, vivia em sua casa e comia em sua

mesa, enquanto que o proletário não tem com seu patrão mais que uma simples relação de dinheiro. O companheiro, no ofício, pertencia à mesma categoria social que seu dono e compartilhava de seus costumes, enquanto que o proletário está socialmente separado de seu patrão, o capitalista, por todo o mundo de diferenças de classe. Vive noutro meio e de maneira completamente diferente dele. Suas concepções são totalmente diferentes das do patrão. O artesão servia-se, para seu trabalho, de um instrumento que era, em geral, de sua propriedade, ou podia, em todo caso, chegar a se-lo, enquanto que o proletário se serve de uma máquina ou de uma parte de todo um sistema de máquinas que não é de sua propriedade, nem pode chegar a se-lo. O artesão fabricava quasi sempre um objeto completo e tinha sempre uma importância decisiva para a fabricação deste objeto na destreza com que se servia do instrumento; enquanto que o proletário não fabrica mais que uma parte do artigo, não faz mais que participar na execução de um processo parcial de trabalho para a fabricação desta parte e sua destreza pessoal passa a um segundo plano, depois do trabalho da máquina. Sua habilidade é, frequentemente, mais importante à quantidade do que quanto à composição das partes do objeto fabricado por ele. O artesão, como seu amo, estava protegido, durante gerações inteiras, contra a concorrência, pelas prescrições corporativas ou pelo costume, enquanto que o proletário deve unir-se a seus camaradas e recorrer à lei para não ser destruído pela concorrência. O excedente da oferta de força de trabalho, destroi-o, e não ao seu patrão. O artesão era, como seu amo, limitado e estreito, submetido ao espírito de casta e adversário de toda novidade; enquanto que o proletário

tem de recordar, a todo instante, que os interesses de sua classe são profundamente distintos dos da classe capitalista. A consciencia de classe substitui nele o espirito de casta e compreende que o melhoramento da situação de sua classe não pode ser encontrada sinão no progresso da sociedade. O artesão era, em resumo, reacionario, inclusive quando se rebelava, e a maior parte das vezes precisamente por isto; enquanto que o proletario se vê obrigado a ser cada vez mais revolucionario. O primeiro progresso social contra o qual se levantou o artesão reacionario foi a manufactura, isto é, a subordinação do officio — tanto chefe como companheiro — ao capital mercantil, que se dividiu imediatamente em capital comercial e em capital industrial. 10.<sup>a</sup> Pergunta — Em que se distingue o proletario do operario de manufactura? Resposta — O operario de manufactura do seculo XVI ao XVIII tinha em seu poder, todavia, quase sempre, um instrumento de trabalho, seu tear, seu torno de fiar para a familia, um pequeno campo que cultivava nas horas de ocio. O proletario não tem nada disto. O operario de manufactura vivia quasi sempre no campo e só tinha relações mais ou menos patriarcaes com seu proprietario ou patrão. O proletario vive nas grandes cidades e não tem, com seu patrão, mais que uma simples relação de dinheiro. A grande industria arranca ao operario de manufactura as suas relações patriarcaes, fa-lo perder a pequena propriedade que lhe cabia, e transforma-o em proletario. 11.<sup>a</sup> Pergunta — Quais foram as consequencias diretas da revolução industrial e da divisão da sociedade em burgueses e proletarios? Resposta — Primeiramente, foi destruido de todo o velho sistema da manufactura ou da industria que se apoia no trabalho manual, e a causa

da diminuição dos preços dos productos industriais fabricados em todos os países como consequencia da introdução do maquinismo. Todos os países semi-barbaros, que até então haviam permanecido mais ou menos à margem do desenvolvimento historico e cuja industria repousava sobre o sistema da manufactura, foram violentamente arrancados de seu isolamento. Compraram mercadorias inglesas baratas e deixaram morrer de fome a seus proprios operarios de manufactura. Assim, países, que não haviam realizado nenhum progresso desde seculos, tais como a Índia, foram completamente revolucionados e a propria China encaminha-se agora para uma revolução. A invenção de uma nova maquina na Inglaterra pôde determinar a condenação à fome, no espaço de alguns anos, a milhões de operarios chineses. Desta maneira, a grande industria ligou uns aos outros todos os povos da terra, transformando todos os mercados locais num vasto mercado mundial; introduziu em todas as partes o progresso e a civilização e daí resulta que tudo que se passa nos países civilizados tem necessariamente sua repercussão nos demais países, de sorte que, se, agora, os operarios se libertarem na Inglaterra ou na França, isto deve ter como consequencia revoluções operarias em todos os demais países. Em segundo lugar, a substituição da produção manufactureira pela grande industria teve como resultado um extraordinario desenvolvimento da burguesia, de suas riquezas e de seu poder e fez dela a primeira classe da sociedade. Em todas as partes onde isto se produziu, a burguesia apoderou-se do poder politico, destruindo as classes até então dominantes: a aristocracia e o patriciado, assim como a monarchia absoluta que representara os dois. A burguesia destruiu o poder da aristocra-

cia, da nobreza, suprimindo os morgados, isto é, a inalienabilidade da propriedade agraria, assim como todos os privilegios feudais. Destruiu o poder do patriciado, suprimindo todas as corporações e todos os privilegios corporativos. E os substituiu pela concorrência livre, isto é, por um sistema em que cada um tem o direito de exercer o ramo de atividade que lhe apraz, mas não pode continuar nesta atividade por falta de capital necessario. A introdução da livre concorrência é, por consequencia, a proclamação publica de que os membros da sociedade não são desiguais sinão na medida em que são desiguais seus capitais; que o capital é o poder decisivo; donde os capitalistas, os burgueses, se terem transformado na primeira classe da sociedade. Mas, a concorrência livre é indispensavel no principio e para o desenvolvimento da grande industria, porque é o unico regime que permite estabelecer o seu dominio sobre os demais modos de produção economica. Depois de ter destruido o poder social da nobreza e do patriciado, a burguesia destruiu tambem o seu poder politico. Quando chega a ser a primeira classe, do ponto de vista economico, quer ser tambem a primeira classe do ponto de vista politico. E consegue-o por meio da introdução do sistema representativo, que repousa na igualdade burguesa ante a lei e no reconhecimento legal da concorrência livre. Isto foi estabelecido nos países europeus sob a forma de monarchia constitucional. Nestas monarchias constitucionais não têm direito a voto senão os que possuem certo capital, por consequencia, somente os burgueses. Os eleitores burgueses elegem deputados burgueses e estes, por sua vez, elegem por meio do direito de recusar creditos, um governo burguês. Em terceiro lugar, o proletariado desenvolveu-se em todas

as partes concomitantemente com o desenvolvimento da propria burguesia. À medida que a burguesia se enriquecia, aumentava o numero de proletarios, porque, tendo em conta que os proletarios não podem ser ocupados sinão pelo capital e o capital não pode crescer sinão ocupando os operarios, daí se deduz que o aumento do proletariado é paralelo ao aumento do capital. O desenvolvimento da burguesia tem tambem como resultado: agrupar, tanto os burgueses como os proletarios, em grandes aglomerações, nas quais a industria é praticada com as maiores vantagens; é dar ao proletariado, por esta concentração de grandes massas, num reduzido espaço, a consciencia de sua força. Por outra parte, quanto mais se desenvolver o capital e mais se inventarem novas maquinas, que eliminarão o trabalho manual, mais tendencia terá a industria, como já temos dito, a rebaixar a seu minimo o salario, tornando, assim, a situação do proletariado mais precaria. Deste modo, o esforço da burguesia preparará, graças ao crescente descontentamento e ao desenvolvimento do poder do proletariado, uma revolução social proletaria. 12.<sup>a</sup> Pergunta — Que outras consequencias teve a revolução industrial? Resposta — Com a máquina a vapor e outras maquinas, a grande industria criou os meios de aumentar rapidamente e com poucos gastos, até o infinito, a produção industrial. A concorrência livre, imposta por esta grande industria devido a essa facilidade de produção, tomou um carater extraordinariamente violento. Consideravel numero de capitalistas lançou-se à industria e produziu-se, em seguida, mais do que se podia consumir. A consequencia disto foi que as mercadorias fabricadas se acumularam, o que redundou numa crise comercial. As fabricas tiveram que deter o traba-

lho, os fabricantes faliram e os operários foram condenados, com o desemprego, à fome. Resultou disto grande miséria em toda parte. Ao cabo dalgum tempo, vendidos os produtos superflúos, as fabricas começaram, de novo, a trabalhar, aumentaram os salários e, pouco a pouco, retomaram seu curso os negócios, porém não por muito tempo, porque de novo se produziram demasiadas mercadorias e houve nova crise, que tomou o mesmo curso exatamente como a superior. Assim é que, desde o começo do século, o estado da industria tem oscilado, constantemente, entre períodos de crise, que se produzem quasi regularmente cada cinco ou sete anos, arrastando toda vez os operários a uma grande miséria, ocasionando um estado de espirito revolucionario geral e pondo em perigo todo o regime existente. 13.<sup>a</sup> Pergunta — Quais são as consequências destas crises comerciais, que se reproduzem a intervalos regulares? Resposta — A primeira é que a grande industria, por mais que ela mesma criasse, em seu primeiro periodo, o desenvolvimento do regime de livre concorrência, não comporta, já agora, esse regime. A concorrência, e, de maneira geral, a realização da produção industrial por pessoas isoladas, constituem para ela um estorvo que deve afastar e afastará. A grande industria, enquanto for exercida sobre a base actual, não poderá manter-se sinão à custa de uma perturbação geral, que se reproduzirá cada cinco ou sete anos, perturbação que põe em perigo toda a civilização e não só precipita a miséria dos proletários como arruina também grande numero de burgueses. Por consequência, a grande industria ou se destruirá a si mesma, o que é absolutamente impossível, ou determinará uma organização completamente nova da sociedade, em que a produção industrial já

não estará dirigida por alguns fabricantes que fazem concorrência entre si, mas pela sociedade inteira, segundo um plano determinado e conforme as necessidades de todos. Em segundo lugar, resultará disto que a grande industria e a extensão da produção até o infinito, que ela torna possível, permitirá a criação de um regime social em que se produzirá tal quantidade de meios de subsistencia, que cada membro da sociedade terá consequentemente a possibilidade de desenvolver-se e de ocupar livremente suas forças e suas faculdades pessoais, de tal sorte que esta mesma grande industria, que, na sociedade actual, cria a miséria e todas as crises comerciais, suprimirá, noutra organização social, esta miséria e estas crises. Está, pois, claramente provado: 1 — Que, a partir de agora, todos estes males têm sua causa na ordem social actual, que já não corresponde mais a suas necessidades. 2 — Que já existem, desde agora, os meios para suprimir estes males e para a construção de uma nova ordem social. 14.<sup>a</sup> Pergunta — Como terá que ser esta nova ordem social? Resposta — Primeiro, terá que tomar a direção da industria e de todos os ramos da produção em geral aos individuos isolados, que fazem concorrência uns aos outros, para entrega-la à sociedade inteira, que a exercerá por conta de todos, segundo um plano comum e com a participação de todos os membros da sociedade. Suprimirá, por consequência, a concorrência e a substituirá pela cooperação. Tendo em conta, por outra parte, que a direção da industria por individuos isolados implica necessariamente na existencia da propriedade privada e que a concorrência não é outra coisa sinão o estímulo para o desenvolvimento da industria com ajuda de certo numero de pessoas privadas, a propriedade privada é inse-

paravel da actividade industrial por individuos isolados e da concorrência. A propriedade privada terá que ser, pois, suprimida e substituída pela utilização colectiva de todos os produtos, dito de outro modo, pela comunidade de bens. A supressão da propriedade privada é, inclusive, o facto mais breve e mais característico da transformação de toda a sociedade, provocada pelo desenvolvimento da industria, e é, frequentemente, por isto, indicada, com justa razão, como a principal reivindicação dos comunistas. 15.<sup>a</sup> Pergunta — A supressão da propriedade privada, não era, pois, possível antes? Resposta — Não. Toda transformação de ordem social, toda mudança nas relações de propriedade são a consequência necessária da aparição de novas forças produtivas, que não correspondem às antigas relações de propriedade. A propria propriedade privada appareceu assim. Porque a propriedade privada não existiu sempre. Quando, nos fins da Idade Media, surgiu um novo modo de produção na manufactura, modo de produção em contradição com a propriedade feudal e corporativa da época, esta produção manufactureira, que já não correspondia às antigas relações de produção, deu nascimento a uma nova forma de propriedade, a propriedade burguesa. Com efeito, para a manufactura e para o primeiro periodo do desenvolvimento da grande industria não havia outra forma possível de sociedade sinão a baseada na propriedade burguesa. Enquanto não se pode produzir uma quantidade sufficiente de produtos, não só para que haja bastante para todos mas também para que sobre certo excedente para o aumento do capital social e para o desenvolvimento das forças produtoras, deve haver, necessariamente, uma classe dominante que disponha das forças produtoras da

sociedade e uma classe pobre, oprimida. A constituição e o carácter destas classes dependem da fase de desenvolvimento da produção. A sociedade medieval, que repousa no cultivo da terra, dá-nos o senhor feudal e o servo; as cidades do fim da Idade Media dão-nos o mestre e os artesãos, o companheiro e o jornaleiro; o século XVIII, a manufactura e o operário; o século XIX, o grande industrial e o proletário. E' claro que, até agora, as forças produtivas não estavam sufficientemente desenvolvidas para produzir bastante para todos, bem como a propriedade privada já é um obstáculo para estas forças produtivas. Mas hoje, quando: 1) — Os capitalistas e as forças produtivas se multiplicam numa medida até agora desconhecida e existem os meios de aumentar rapidamente até o infinito estas forças produtivas; 2.<sup>o</sup>) — Estas forças produtivas estão concentradas em mãos de um pequeno numero de capitalistas, enquanto que a grande massa do povo é lançada cada vez mais ao proletariado e sua situação é também cada vez mais miserável e mais insuportável na mesma medida em que aumentam as riquezas dos capitalistas; e 3.<sup>o</sup>) — Estas potentes forças produtivas, multiplicando-se com tal facilidade, têm excedido de tal modo o quadro da propriedade privada e do regime burguês actual que provocam a cada instante as mais formidáveis perturbações na ordem social; a supressão da propriedade privada não só será possível, sinão absolutamente necessária. 16.<sup>a</sup> Pergunta — E' possível a supressão da propriedade privada por meio pacifico? Resposta — Seria de desejar que o fosse e os comunistas seriam certamente os ultimos a queixar-se dele. Os comunistas sabem demasiadamente bem que todas as conspirações secretas são, não somente inu-

teis, sinão também prejudiciais. Sabem demasiadamente bem que as revoluções não se fazem por decretos, sinão que são, em todas as partes e sempre, a consequencia necessaria de circunstancias absolutamente independentes da vontade e da direção dos partidos e, inclusive, das classes. Mas, vêm também que o desenvolvimento do proletariado sofre em quasi todos os países civilizados, com as mais brutais repressões e que estas, promovidas por todos os adversarios dos comunistas, mais não fazem que contribuir com todas suas forças para a revolução. Se o proletariado oprimido é assim empurrado para a reação, a revolução, nós outros, comunistas, defenderemos com a ação, como agora com a palavra, a causa dos proletarios. 17.<sup>a</sup> Pergunta — E' possível a supressão da propriedade privada de um só golpe? Resposta — Não, do mesmo modo que não podem aumentar de um só golpe as forças produtivas já existentes, da mesma maneira não pode estabelecer-se o comunismo de um dia para outro. A revolução proletaria não poderá, por consequencia, sinão transformar pouco a pouco a sociedade atual e não poderá suprimir completamente a propriedade privada sinão quando haja criado a quantidade necessaria de novos meios de produção. 18.<sup>a</sup> Pergunta — Que curso tomará esta revolução? Resposta — Estabelecerá, primeiro, uma Constituição democratica e, por ela, direta ou indiretamente, a dominação politica do proletariado. Na Inglaterra, onde os proletarios já constituem a maioria do povo, diretamente, indiretamente, na França e na Alemanha, onde a maioria do povo é composta não só de proletarios, mas também de pequenos camponeses e pequeno-burgueses, que não estão, todavia, em vias de proletarização e dependem do proletariado, mais ou

menos, em tudo o que concerne com seus interesses politicos, e terão, pois, por consequencia, que se submeter rapidamente às reivindicações da classe operaria, esta necessitará talvez de uma segunda luta, que não poderá terminar sinão com a vitoria do proletariado. A democracia não será de nenhuma utilidade para o proletariado, se não a utilizar imediatamente, para tomar medidas que impliquem num ataque direto à propriedade privada e assegurem a existencia do proletariado. As mais importantes destas medidas, tal como já estão desde agora indicadas, como que se desdobrando necessariamente da situação, são as seguintes: 1.<sup>a</sup> — Redução da propriedade privada por meio de impostos progressivos, fortes impostos sobre a herança, supressão do direito de herança em linha colateral (irmãos, sobrinhos, etc.), empréstimos forçados, etc. 2.<sup>a</sup> — Expropriação progressiva dos proprietarios agrarios, dos industriais, dos proprietarios de estradas de ferro e armadores, já por meio da concorrência da industria do Estado ou já diretamente contra a indenização em papel moeda. 3.<sup>a</sup> — Confisco dos bens de todos os emigrados e rebeldes em beneficio da maioria do povo. 4.<sup>a</sup> — Organização do trabalho ou ocupação dos operarios nas fabricas e oficinas nacionais, suprimindo a concorrência entre os operarios e obrigando aos industriais que continuem, todavia, a pagar o mesmo elevado salario que pague o Estado. 5.<sup>a</sup> — Obrigação de trabalhar para todos os membros da sociedade, até a supressão completa da propriedade privada; constituição de exercitos industriais, particularmente para a agricultura. 6.<sup>a</sup> — Centralização em mãos do Estado do sistema de credito e do comercio do dinheiro, por meio da criação de um banco nacional, com um capital do

Estado e supressão de todos os bancos privados. 7.<sup>a</sup> — Multiplicação das fabricas nacionais, das oficinas, estradas de ferro, navios, arroteamento de todas as terras e melhoramento das já cultivadas, à medida que aumentem os capitais e as forças operarias de que disponha o país. 8.<sup>a</sup> — Educação de todas as crianças, a partir do momento em que possam prescindir dos cuidados maternos, em instituições nacionais e por conta da nação. (Educação e Fabricação) (3). 9.<sup>a</sup> — Construção de grandes palacios nos dominios nacionais para servir de habitação à comunidade de cidadãos ocupados na industria ou na agricultura e que unam as vantagens da vida citadina às da vida do campo, sem seus inconvenientes. 10.<sup>a</sup> — Destruição de todas as habitações e bairros insalubres e mal construidos. 11.<sup>a</sup> — Direito de herança igual para os filhos legitimos e ilegítimos. 12.<sup>a</sup> — Concentração de todos os meios de transporte em mãos do Estado. Todas estas medidas não poderão, naturalmente, ser applicadas de um só golpe. Cada uma, porém, supõe necessariamente a seguinte. Uma vez realizado o primeiro ataque radical à propriedade privada, o proletariado ver-se-á obrigado a marchar para diante e a concentrar cada vez mais em mãos do Estado todo o capital, a agricultura e a industria, os transportes e as trocas. E' este o objetivo que perseguem todas estas medidas e serão applicaveis e obterão seu efeito centralizador, na proporção que cresçam as forças produtivas do país, graças ao trabalho do proletariado. Quando todo o capital, toda a produção e todas as trocas estiverem, enfim, concentradas em mãos do Estado, a propriedade privada cairá por si mesma, o dinheiro tornar-se-á superfluo, a produção aumentará e os homens se transformarão a tal pon-

to, que poderão suprimir também as ultimas relações da antiga sociedade. 19.<sup>a</sup> Pergunta — Far-se-á esta revolução num só país? (4) Resposta — Não; a grande industria, ao criar o mercado mundial, ligou tão estreitamente uns aos outros os povos da terra e, especialmente, os mais civilizados, que cada povo depende estritamente do que se passa com os outros. Unificou, ademais, em todos os países civilizados, o desenvolvimento social a tal ponto, que, em todos estes países, a burguesia e o proletariado se transformaram nas duas classes mais importantes da sociedade e o antagonismo entre estas duas classes é, hoje, o antagonismo fundamental da sociedade. A revolução comunista, por consequencia, não será uma revolução puramente nacional. Produzir-se-á ao mesmo tempo em todos os países civilizados, isto é, ao menos na Inglaterra, na America, na França e na Alemanha (5). Desenvolver-se-á em cada um destes países, mais rapida ou mais lentamente, segundo estes países possuam uma industria mais desenvolvida, uma maior riqueza nacional e uma massa mais consideravel de forças produtivas. Por isso, será mais lenta e mais difficil na Alemanha, mais rapida e mais facil na Inglaterra. Exercerá também em todos os demais países do globo consideravel repercussão e transformará completamente seu modo de desenvolvimento. Será uma revolução mundial e deverá ter, por consequencia, um terreno mundial. 20.<sup>a</sup> Pergunta — Quais serão as consequencias da supressão da propriedade privada? Resposta — Ao arrebatado dos capitalistas privados todas as forças produtivas e todos os meios de transporte, assim como o comercio e a divisão dos produtos, administrando-os segundo um plano estabelecido, baseando-se sobre os recursos e as necessi-

dades da coletividade, a sociedade suprimirá, primeiro, todas as consequências nefastas que estão, entretanto, ligadas à existência da grande indústria. As crises desaparecerão; a produção que é, em realidade, na sociedade atual, uma super-produção e constitui uma causa tão importante de miséria, não bastará para cobrir todas as necessidades e terá que ser, todavia, mais ampliada. Em lugar de criar a miséria, a produção, superior às necessidades de todos, assegurará a todos a satisfação das mesmas e fará aparecer novas necessidades, ao mesmo tempo que os meios de satisfazê-las. Será a condição e a causa de novos progressos que realizará sem produzir, como até agora, perturbações na sociedade. A grande indústria, libertada do jugo da propriedade, ampliar-se-á em tais proporções, que sua extensão atual parecerá tão mesquinha como a manufatura ao lado da grande indústria moderna. O desenvolvimento da indústria porá à disposição da sociedade uma massa de produtos suficientes para satisfazer as necessidades de todos. Do mesmo modo, a agricultura que sob o regime da propriedade privada e do parcelamento não podia aproveitar-se do aperfeiçoamento técnico e dos descobrimentos científicos, conhecerá um desenvolvimento completamente novo e porá à disposição da sociedade uma quantidade absolutamente suficiente de produtos. Assim, a sociedade fabricará suficientes produtos para poder organizar a divisão de maneira a satisfazer as necessidades de todos seus membros. A separação da sociedade em diferentes classes antagonicas tornar-se-á impossível. Far-se-á não só superflua, mas incompatível com a nova ordem social. A existência das classes é provocada pela divisão do trabalho. Na nova sociedade, a divisão do trabalho, sob suas antigas formas, desaparece-

rá completamente. Porque, para levar a produção industrial e agrícola ao nível que temos dito, os meios químicos e mecânicos não bastam. As capacidades dos homens, que utilizam estes meios, terão que ser igualmente desenvolvidas na mesma proporção. Do mesmo modo que os camponeses e os operários de manufatura do século XVIII, ao se incorporarem à grande indústria, modificaram toda sua maneira de viver e se transformaram, inclusive, em homens completamente diferentes, sob o ponto de vista ideológico, a produção em comum para o conjunto da coletividade e o novo desenvolvimento da produção, que resultará disto, necessitarão e criarão homens, sob o ponto de vista ideológico, completamente diferentes dos de hoje. A produção em comum necessita de homens diferentes dos de hoje. A produção atual necessita de homens diferentes do futuro, visto que, cada um, no presente, deve estar participando de um ramo particular da produção, preso a ele e sem desenvolver, por consequência, mais de uma só de suas faculdades à custa das outras, sem conhecer mais que um ramo ou mesmo apenas uma parte de um ramo da produção. A indústria futura terá cada vez menos necessidade de tais homens. A indústria exercida em comum e segundo um plano pelo conjunto da coletividade supõe homens cujas faculdades estarão desenvolvidas em todos os sentidos e em condições de dominar toda a produção. A divisão do trabalho, já minada pelo trabalho do maquinismo e que a um faz camponês, a outro sapateiro, a um terceiro operário de fábrica, e a um quarto especulador de bolsa, desaparecerá, pois, completamente. A educação fará os jovens participarem rapidamente de todo o sistema de produção, pondo-os em

condições de passar sucessivamente de um a outro dos diferentes ramos da produção, segundo as necessidades da sociedade ou de suas próprias inclinações. Tirar-lhes-á, por consequência, o caráter unilateral da atual divisão do trabalho. A sociedade organizada sobre a base comunista dará, portanto, a seus membros ocasião de ocupar em todos os sentidos suas faculdades desenvolvidas de uma maneira adequada. Disto se deduz que desaparecerá também toda diferença entre as classes. De sorte que a sociedade comunista, por uma parte, é incompatível com a existência das classes, e, por outra, ela mesma proporcionalmente os meios de suprimir estas diferenças de classes. O antagonismo entre a cidade e o campo desaparecerá também. O trabalho, na agricultura e na indústria, pelos mesmos homens, em lugar de ser feito por classes diferentes, já é, por causas absolutamente materiais, uma condição necessária da organização comunista. A dispersão da população rural no campo, ao lado da concentração da população industrial nas cidades, é um fenômeno que corresponde a uma etapa do desenvolvimento inferior da agricultura e da indústria, um obstáculo ao progresso que se faz sentir desde agora. A associação geral de todos os membros da sociedade para a utilização coletiva e racional das forças produtivas, a extensão da produção em tais proporções que possa satisfazer as necessidades de todos, a supressão do sistema de organização social em que as necessidades de uns são satisfeitas às custas das de outros, a completa supressão das classes e de seus antagonismos, o completo desenvolvimento das capacidades de todos os membros da sociedade por meio da supressão da divisão do trabalho, ao menos como tem sido realizado até agora, por meio da educação baseada no traba-

lho, da troca de atividade, da participação de todos os gozos criados por todos, da fusão entre a cidade e o campo, serão as principais consequências da supressão da propriedade privada. 21.<sup>a</sup> Pergunta — Que repercussão terá o regime comunista na família? Resposta — Transformará as relações entre os sexos em relações privadas, aproveitando unicamente às pessoas interessadas e nas quais a sociedade não terá que intervir. Esta transformação será possível, desde o momento em que se suprima a propriedade privada e educará as crianças em comum e destruirá, assim, as bases principais do atual matrimônio, a saber: a dependência da mulher com referência ao homem e a das crianças com referência a seus pais. Esta é a resposta a todas as tagarelices dos moralistas burgueses sobre a comunidade das mulheres, que querem, segundo eles, introduzir os comunistas. A comunidade das mulheres é um produto que pertence unicamente à sociedade burguesa e se realiza atualmente na prostituição. A prostituição, porém, repousa na propriedade privada e desaparecerá com ela. A organização comunista, por consequência, longe de introduzir a comunidade das mulheres pelo contrário, a suprimirá. 22.<sup>a</sup> Pergunta — Que atitude terá a organização comunista para as nacionalidades existentes? Resposta — As diferenças nacionais e o antagonismo entre os povos diminuirão cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, a liberdade do comércio, o mercado mundial, a uniformidade da produção industrial e as condições de existência correspondentes. O proletariado, no poder, fará desaparecer, todavia, completamente. Sua ação comum nos países civilizados ao menos, é uma das primeiras condições de sua emancipação. À medida que desaparecer a

exploração do homem pelo homem, deixará também de existir a exploração de uma nação por outra. Com o antagonismo das classes no interior das nações, desaparecerá a hostilidade das nações entre si. 23.<sup>a</sup> Pergunta — Qual será sua atitude em face das religiões existentes? Resposta — E' necessário uma muito grande penetração para compreender que, com os meios de existência dos homens, com suas relações sociais, sua existência social, se transformam também suas representações, suas concepções e suas idéias, numa palavra, sua consciência? Quando o mundo antigo entrou em decadência, as velhas religiões foram vencidas pela religião cristã. Quando, no século XVIII, as idéias cristãs cederam o posto às idéias do progresso, a sociedade feudal travou sua última batalha com a burguesia, então revolucionária. As idéias de liberdade de consciência e de liberdade religiosa não fizeram senão proclamar o reinado da livre concorrência no terreno do conhecimento. A revolução comunista romperá radicalmente com as antigas relações de propriedade. Que ha de estranho, pois, que, no curso de seu desenvolvimento, rompa da maneira a mais radical com as idéias tradicionais? 24.<sup>a</sup> Pergunta — Em que se diferenciam os comunistas dos socialistas? Resposta — Os socialistas (propriamente ditos), dividem-se em tres categorias: A primeira é composta de partidários da sociedade feudal e patriarcal. Todas as suas proposições tendem, direta ou indiretamente, para este objetivo. Esta categoria de socialistas reacionários será sempre, apesar de suas simpatias com os operários e as lágrimas que vertem pelas misérias do proletariado, combatida energeticamente pelos comunistas, porque: 1.<sup>o</sup>) Se propõe um objetivo impossível de realizar. 2.<sup>o</sup>) Se esforça em reestabelecer o domínio da aristocracia,

dos mestres de corporações e dos manufactureiros, com sua consequência de reis absolutos ou feudais, de funcionarios, de soldados e de curas, uma sociedade que, certamente, não tem os males da sociedade atual, porem que engendra, pelo menos, outros tantos, e não apresenta sequer a perspectiva da liberação pelo comunismo dos povos oprimidos. 3.<sup>o</sup>) Mostra seus verdadeiros fins, toda vez que o proletariado se faz revolucionário e comunista, aliando-se imediatamente com a burguesia contra o proletariado. A segunda categoria compõe-se de partidários da sociedade atual, aos que os males provocados necessariamente por ela lhes inspiram temores a respeito da manutenção. Esforçam-se, pois, por manter a sociedade atual, porém suprimindo os males que estão ligados a ela. Com este objetivo, alguns propõem simples medidas de caridade, outros grandiosas reformas que, com o pretexto de reorganizar a sociedade, não têm outro fim senão a manutenção desta mesma sociedade. Os comunistas terão também que combater com energia a estes socialistas burgueses, porque trabalham, na realidade, para os inimigos dos comunistas e defendem a sociedade que os comunistas se propõem precisamente derrubar. A terceira categoria, enfim, compõe-se de socialistas democratas, dispostos a sustentar, pelos mesmos meios que os comunistas, parte das medidas indicadas atrás, não como meio de transição para o comunismo, mas como meio de suprimir a miséria e os males da sociedade atual. Estes socialistas democratas são, ou proletários que não tenham apreendido suficientemente as condições de liberação de sua classe, ou representantes da pequena burguesia, isto é, de uma classe que, até a conquista da democracia e a realização das medidas socialistas que

dela resultarão, terão, em muitos aspectos, os mesmos interesses que os proletários. Por isto, os comunistas com eles se entenderão no momento da ação e se esforçarão por manter com eles uma politica comum, na medida, contudo, em que estes socialistas não se ponham ao serviço da burguesia no poder e não ataquem os comunistas. E' evidente que esta ação comum não exclui a discussão das divergências que nos separam deles. 25.<sup>a</sup> Pergunta — Qual deve ser a atitude dos comunistas para com os outros partidos políticos? Resposta — Esta atitude será diferente, segundo os diversos países. Na França e na Bélgica, onde domina a burguesia, os comunistas têm, pelo momento, interesses comuns com os diferentes partidos democraticos, interesses tanto maiores quanto mais se aproximem os democratas, nas medidas socialistas que defendem agora em todas as partes, do objetivo comunista, isto é, quanto mais defendam clara e firmemente os interesses do proletariado e mais se apoiem nele. Na Inglaterra, por exemplo, o movimento cartista, composto de operários, está muito mais perto dos comunistas do que os pequeno-burgueses democratas ou os revoltosos radicais. Na America, onde foi introduzida a Constituição democrata, os comunistas deverão aliar-

se ao partido que queira voltar esta Constituição contra a burguesia e utiliza-la no interesse do proletariado, isto é, aos reformadores nacionalistas agrários.

(1) Moisés Hess.

(2) Este trabalho — *Principios do Comunismo* — foi escrito em 1847, isto é, vinte e seis anos antes da Guerra de Secessão, que suprimiu a escravidão nos Estados Unidos. Ademais, na época em que Engels escrevia isto, a escravidão subsistia ainda nalgumas colônias francesas e no nosso país, que só a eliminou completamente em 13 de maio de 1888.

(3) As palavras entre parentesis parecem indicar que o autor se propunha desenvolver estes pontos mostrando a necessidade de apoiar todo o sistema de educação sobre o trabalho.

(4) O ponto de vista do autor foi superado pela teoria de Lênin do "elo mais fraco", materializada na pratica com a vitoriosa revolução proletária na Russia, em 1917. Aqui está uma bela demonstração de que o marxismo não é algo morto, definitivo e acabado, mas vivo e em completo desenvolvimento.

(5) Não esqueçamos que este trabalho foi escrito em 1847, portanto, à época em que a Russia era um país puramente agrário.

OS DA 2.<sup>a</sup> INTERNACIONAL — "Os partidos da II Internacional estavam contaminados de oportunismo já antes da guerra. Os oportunistas pregavam abertamente a renúncia à luta revolucionária, a teoria da "evolução pacífica do capitalismo para o socialismo". A II Internacional não queria lutar contra o oportunismo, era partidária de viver em paz com ele e o deixava fortalecer-se. E, seguindo a política de conciliação com o oportunismo, acabou por converter-se ela também em oportunista". (*Hist. del Part. Com (b) de la URSS*, pág. 192/3, ELE, Moscou, 1939).

## MAIS UM CRITICO DO MARXISMO DAS ARABIAS

de CALVINO FILHO

Na sessão da Constituinte do dia 13, surgiu, corajosamente, mais um crítico do marxismo das arabias, na pessoa do deputado Clemente Mariani.

Prestes cansou-se de ouvir as asneiras insuportáveis do Snr. Mariani e, por isso, perguntou:

“Vossa Excelência é marxista”?

Respondeu o deputado Mariani, pretendo crítico do marxismo:

“Não sou senão um pouco”...

Isto me faz lembrar o seguinte: Fui chamado para vêr um doente em estado grave. Chegado à casa do doente, fui recebido por um rapaz loquaz e desembaraçado, mas que se revelava profundamente ignorante. Examinava o doente, perturbado pelas “opiniões incríveis” do rapaz. Já aborrecido por tantos disparates, perguntei-lhe:

“O Sr. é médico”?

Respondeu-me, prontamente, o rapaz, sem pestanejar e “conscientemente”:

“Não senhor, sou charlatão...”

● ●

BERNARD SHAW — “Ele (Lénin) falou-me da falta de pensadores no movimento trabalhista britânico e disse que se lembrava de ter ouvido Bernard Shaw, num comício. “Shaw, — acrescentava — é um bom tipo caído entre os fabianos e muito mais de esquerda que os de sua roda”. Lénin não conhecia o *Perfeito Wagneriano* e ficou muito interessado quando lhe expus a idéia geral desse livro. Voltou-se vivamente para uma pessoa que interrompera, dizendo: “Shaw é um palhaço”, e replicou: “E’ possível que seja um palhaço num Estado burguês, mas não seria um palhaço numa revolução!” (Arthur Tansome, *Seis Semanas na Rússia em 1919*, pag. 103. Edições de *L’Humanité*, 1919.)

## Páginas de Lénin

### PROLETARIADO E CAMPESINATO

O Congresso da União Camponesa (1), que ora (1905) se reúne em Moscou, torna a pôr na ordem do dia a questão relevante das relações da social-democracia com o movimento camponês. Esta questão sempre foi atual para os marxistas russos, quando da fixação do respectivo programa e da respectiva tática. No primeiro projeto de programa da social-democracia russa, publicado no estrangeiro, em 1884, pelo grupo Emancipação do Trabalho, consagrar-se-á à questão camponesa a maior atenção.

Desde então, não houve um só trabalho marxista de importância, dedicado a questões gerais, um só órgão de imprensa social-democrático, que não haja reiterado, desenvolvido e aplicado às diversas circunstâncias as idéias e fórmulas marxistas.

Agora, a questão camponesa se atualiza não só do ponto de vista teórico, senão também em sua significação prática mais imediata. Agora, cumpre transformar as nossas palavras de ordem gerais em apêlos diretos, partidos do proletariado revolucionário ao campesinato revolucionário. Agora, chegou o momento em que o campesinato se apresenta como criador consciente das novas formas da vida russa. E da consciência exaltada do campesinato dependem também, em larga medida, o curso e o êxito da grande revolução russa.

Que é que o campesinato quer da revolução? Que é que a revolução pode dar ao campesinato? Aí estão duas questões que todo político e, particularmente, todo operário com consciência de classe, que fôr político — no melhor sentido, não envilecido pelas manobras políticas burguesas — terá de resolver.

O campesinato quer possuir terra e liberdade. Neste ponto, as opiniões não podem divergir. Todos os operários com consciência de classe sustentam com tôdas as forças o campesinato revolucionário. Todos os operários com consciência de classe querem e se esforçam para que o campesinato obtenha tôda a terra e completa liberdade. Tôda a terra — significa não se contentar com concessões parciais e esmolas de espécie alguma; significa partir, não do entendimento dos camponeses com os senhores da terra, mas da supressão da propriedade senhorial do solo. E o partido do proletariado, que tem consciência de classe, a social-democracia, declarou-se a respeito da forma a mais decidida: no seu III Congresso, realizado em maio do corrente ano, o Partido Ope-

rário Social-Democrático Russo aprovou uma resolução na qual se fala, sem reboços, do apoio às reivindicações revolucionárias dos camponeses até à confiscação de toda a propriedade privada do solo. Semelhante resolução demonstra, claramente, que o partido dos operários, com consciência de classe, sustenta a reivindicação, formulada pelos camponeses, de possuir toda a terra. Neste particular, a resolução aprovada pela outra metade do nosso Partido, em sua conferência, concorda, absolutamente, com a do III Congresso do Partido Operário Social-Democrático Russo.

A "liberdade completa" — quer dizer elegibilidade dos funcionários administrativos nos negócios públicos e oficiais. A "liberdade completa" — quer dizer aniquilamento total de um poder público que não depende, inteira e exclusivamente, do povo, que não é escolhido pelo povo, que não é responsável perante ele, nem por ele destituível. A "liberdade completa" — quer dizer que o povo não se subordina aos funcionários, mas os funcionários ao povo.

Nem todos os camponeses que lutam por terra e liberdade conduzem, naturalmente, esta luta com plena consciência; nem todos vão ao ponto de reclamar a República, mas a orientação democrática das reivindicações dos camponeses está fora de dúvida; daí poder o campesinato estar certo do apoio do proletariado a essas reivindicações. Os camponeses precisam saber que a bandeira vermelha desfraldada nas cidades é uma bandeira de luta pelas reivindicações mais urgentes e mais imperiosas não só dos trabalhadores industriais e rurais, mas também dos milhões e milhões de pequenos camponeses.

Os resíduos da servidão que existem sob diversas formas e aspectos, ainda continuam a representar jugo inexorável imposto à massa camponesa; os proletários declararam guerra, sob a bandeira vermelha, a esse jugo.

A bandeira vermelha, todavia, não significa, apenas, o apoio do proletariado às reivindicações camponesas. Significa também a luta pelas reivindicações próprias do proletariado. Significa não só luta por terra e liberdade, mas também luta contra toda exploração do homem pelo homem, luta contra a pobreza das massas populares, luta contra o domínio do capital. E defronta-nos aqui a segunda questão: Que é que a revolução pode dar ao campesinato? Muitos amigos sinceros dos camponeses (entre eles, por exemplo, os social-revolucionários) não dão solução a esta questão, não notam sua importância. Achem que basta propôr a questão: Que querem os camponeses? e resolvê-la com a resposta: Terra e liberdade. É um grande erro. A liberdade completa, a elegibilidade sem exceção de todos os funcionários até o chefe supremo do Estado não eliminarão o domínio do capital, não acabarão com a riqueza de poucos e a pobreza das massas. Nem a supressão completa da propriedade privada do solo eliminará quer o domínio do capital, quer a pobreza das massas. Só poderá explorar independentemente o solo, que a todo o povo pertence, aquele que dispuser de capital, aquele, unicamente, que possuir ferramentas agrícolas, gado, provisões, sementes, meios pecuniários em geral, etc. Quem, no entanto, nada tiver, além

dos braços, para trabalhar, continuará a ser escravo do capital, mesmo numa República democrática, mesmo que o solo pertença a todo o povo. A idéia da "socialização" do solo sem socialização do capital; a idéia da possibilidade de utilização compensadora do solo, com a sobrevivência do capital e da economia mercantil, é ilusão. Para o socialismo já passaram, em quase todos os países da Europa, os tempos em que essa ilusão ou outras do mesmo jaez foram partilhadas pela maioria. Em todos os países, a experiência da luta da classe trabalhadora demonstrou, na prática, o perigo absoluto de tal erro, do qual os socialistas proletários da Europa e da América já se libertaram.

Assim, a bandeira vermelha dos trabalhadores com consciência de classe significa, em primeiro lugar, que apoiamos, com todas as forças, a luta dos camponeses pela completa liberdade e por toda a terra; em segundo lugar, que não pararemos aí, mas que iremos avante. Além da luta por terra e liberdade, empreenderemos a luta pelo socialismo. A luta pelo socialismo é a luta contra o domínio do capital. Realizam-na, mais que quaisquer outros, os trabalhadores assalariados, que dependem, direta e inteiramente, do capital. Os pequenos camponeses, pelo contrário, dispõem, em parte, de capital, não poucas vezes até exploram trabalhadores. Por isto, nem todos os pequenos camponeses entram para as fileiras dos que lutam pelo socialismo, não, apenas, os que se colocam, decidida e conscientemente, do lado da propriedade comum contra a propriedade privada.

Daí dizerem os social-democratas que não se batem juntos com todo o campesinato contra os senhores da terra e os funcionários; de mais a mais, eles, proletários da cidade e o proletariado do campo, lutam juntos contra o capital. A luta por terra e liberdade é uma luta democrática. A luta pelo aniquilamento do domínio capitalista é uma luta socialista.

Daqui, mandamos também nossos mais calorosos cumprimentos à União Camponesa (2), que tomou a resolução de lutar, unificada e firme, sem reservas e sem vacilações, pela liberdade completa de toda a terra. Estes camponeses são democratas autênticos. Nós devemos esclarecê-los pacientemente sobre seus enganos na compreensão dos problemas da democracia e do socialismo, pois eles são aliados aos quais nos une a nossa grande luta comum. Estes camponeses são verdadeiros democratas revolucionários, com os quais podemos marchar, e marcharemos, unidos na grande luta pela vitória completa da atual revolução. Por outro lado, hipotecamos nossa maior e mais completa simpatia ao plano da greve geral e à resolução de fazer o próximo levantamento de comum acordo com os trabalhadores das cidades e a massa dos camponeses pobres. Todos os trabalhadores que têm consciência de classe se esforçarão por auxiliar à realização desse plano. Nenhuma aliança do mundo, porém, mesmo com os democratas revolucionários mais honestos e decididos, fará o proletariado esquecer seu objetivo maior e mais importante — a luta pelo socialismo, pelo aniquilamento completo do domínio do capital e da libertação de todos os trabalhadores de qualquer exploração. Avante, trabalhadores e camponeses, para a luta comum pela terra e

liberdade! Avante, vós, proletários unidos na Social-Democracia Internacional para a luta pelo socialismo!

*Nóvaia Jizn*, n. 11, 25 (12) de novembro de 1905.

Assinado: LÉNIN.

(1) O II Congresso da União Camponesa Pan-Russa realizou-se de 19 (6) a 23 (10) de novembro de 1905, em Moscou. Tomaram parte nele 187 delegados (dos quais 145 camponeses; os demais eram intelectuais) de 27 governos. A desigualdade do desenvolvimento do movimento camponês nas diversas regiões do país revelou-se no caráter da discussão sobre as formas próximas da luta. De conformidade com a fórmula do congresso de fundação: "Terra e liberdade ao povo", parte dos delegados (os zarotovistas) pronunciou-se pela insurreição armada e pela organização de comitês revolucionários nas diversas zonas, ao passo que a outra parte não julgou acertado esse método, por ser suscetível de assustar os camponeses e de provocar os "cem negros"; essa parte dos delegados (os rarkovianos) propôs a obtenção da efetivação das reivindicações por meios pacíficos. O Congresso, em consequência, tomou a resolução conciliadora do boicote aos proprietários, como providência tendente a conseguir a entrega do solo ao povo. "Caso a reivindicação do povo não seja satisfeita, a União Camponesa recorrerá à greve rural geral e, sobretudo, recusará trabalhar para os donos das citadas fazendas, com o que as paralizará." Ficou-se à espera de que a Assembléia Constituinte, a reunir-se, o mais tardar, até fevereiro de 1906, resolvesse definitivamente a questão do solo e a fixação das condições da entrega do mesmo aos camponeses. (*Proletariado e campesinato*, vol. VIII, p. 516.)

(2) A União Camponesa Pan-Russa, que, em pouco tempo, abrangeu a grande massa do campesinato, originou-se da iniciativa de um grupo de camponeses do distrito de Moscou, os quais a 18 (5) de maio de 1905 tomaram a resolução de criar uma União para defender os interesses do campesinato. O Congresso de instalação foi convocado para 13 e 14 de agosto (31 de julho e 1 de agosto) em Moscou. A esse Congresso, foi dedicado o artigo de W. Karpinski (assinado W. Kalinin) *Um Congresso Camponês*, publicado no n. 25 de 16 de novembro de 1905 do *Proletarii*. No manuscrito do artigo, que foi conservado, encontram-se anotações do punho de Lênin. Duas delas referem-se às resoluções tomadas no Congresso. Na primeira anotação encontra-se, entre outras coisas, o seguinte: "A luta dos camponeses por terra e liberdade é um grande passo para o socialismo, mas ainda está a uma distância enorme do socialismo". Na segunda anotação, porém, é citada a própria resolução do Congresso: "Uma tal resolução é extremamente insatisfatória. Ao invés de uma intimação revolucionária ao levante, ela dá apenas conselhos liberais de caráter geral. Ao invés de demonstrar a organização de um partido revolucionário, descreve apenas o procedimento de um apêndice dos partidos liberais. A evolução do próprio movimento levará

inevitável e inexoravelmente os proprietários liberais de terras e os camponeses revolucionários à separação. E nós, social-democratas, cuidaremos de acelerá-la". O Segundo Congresso realizou-se entre 19 (6) e 23 (10) de novembro. Nesses dois Congressos foram elaborados o programa e a tática da União. Ideologicamente, a União estava sob forte influência dos social-revolucionários e dos grupos a eles filiados.

A composição dos órgãos dirigentes, por um lado, e a maioria esmagadora de pequenos proprietários nas fileiras da União, por outro, imprimiram a todas as suas manifestações a marca da imperfeição pequeno-burguesa, da sua flexibilidade e indecisão. Além das exigências de liberdades políticas (de imprensa, reunião, de greve, etc.), e após a desobstrução dos caminhos para sua luta contra os elementos do governo, a União lançou como exigência principal a convocação de uma Assembléia Constituinte, a fim de dar a todos o direito a voto secreto, igual e direto. A União dedicou-se a questões políticas, embora mostrasse, em geral e relativamente, pouco interesse. O problema agrário foi considerado pela União como a questão fundamental. Aí, ela foi mais longe nas suas exigências, entre as quais se contavam: 1) abolição da propriedade privada; 2) entrega aos camponeses, sem indenização, dos latifúndios do clero, e das terras do Estado, e outras. Em novembro, a União propôs as seguintes medidas para a obtenção de suas reivindicações: a) não comprar terras aos proprietários; b) não mais trabalhar as terras enquanto não fossem satisfeitas as exigências do povo; c) declarar a greve agrária, isto é, não mais aceitar empregos dos proprietários de terras; d) recusar-se a pagar os impostos e, em caso extremo, promover um levante geral do povo. A União manifestou-se favorável ao boicote da Duma e esclamou, a todos os que participaram das eleições ao lado dos inimigos do povo e dos espertalhões, que, depois que o povo tomasse o poder, todos os empréstimos feitos pelo governo a partir de 23 (10) de novembro fossem anulados. A União mostrou indecisão ao aprovar, além daquelas duas exigências, o seguinte ponto: a terra seria tomada aos proprietários particulares, porém, nalguns casos, mediante indenização e, noutros, não; tratou-se, no Congresso, então, do problema de não se poder entregar os senhores à morte pela fome. Não é menos característica a circunstância de que o Congresso não teve nenhuma consideração para com os trabalhadores agrícolas. Aproximadamente, no fim do ano de 1906, a União perdeu sua importância e sua função passou a ser desempenhada pelo grupo *Trudovaia*. O secretariado todo e parte dos membros do Comitê já haviam sido aprisionados em novembro de 1905, tendo-se refugiado parte dos restantes no estrangeiro e outra parte continuando a trabalhar ilegalmente. Na sua brochura *A vitória dos kadetes e a lição do partido dos trabalhadores* (vol. 9 das *Obras completas*), Lênin caracteriza o papel da União Camponesa do seguinte modo: "A União Camponesa cresceu no período do fogo revolucionário, com velocidade maravilhosa. Ela foi uma verdadeira organização popular de massas, que permitiu o livre desenvolvimento de uma série de preconceitos nos camponeses e apoiou suas ilusões pequeno-burguesas (como também os apoiaram os nossos social-revolucionários); sem dúvida, porém, foi uma verdadeira organização natural de massas, e, no fundo, incontestavelmente revolucionária, capaz de

desenvolver métodos verdadeiramente revolucionários de luta. O desenvolvimento da força política do campesinato não a dificultou, antes auxiliou, e foi trazida ao cenário dos acontecimentos pelos próprios camponeses, com todo o seu ódio aos senhores feudais e funcionários do governo e não pelos semi-intelectuais que tão freqüentemente são propensos a elaborar tôda a espécie de planos de compromissos entre o campesinato revolucionário e os proprietários de terra liberais.

● ●

**REVOLUÇÃO CULTURAL** — “Se para a criação do socialismo é necessário um certo nível de cultura (se bem que ninguém possa dizer qual é esse “certo nível de cultura”) porque não poderíamos nós começar por conquistar, pelos meios revolucionários, as premissas desse certo nível e, somente *depois*, na base do poder operário e campones e do regime soviético, pormo-nos em marcha para alcançar a cultura de outros povos?” (Lénin, *Sobre Nossa Revolução e a proposito das Notas de Surránov*, 16 de janeiro de 1923.)

●

**CONSCIENCIA SOCIALISTA** — Comentando o projeto do novo programa do Partido Social-Democrático Austríaco, C. Kautski escreveu um artigo em *Neue Zeit* (Novos Tempos), 1901, o seguinte:

“Muitos de nossos críticos revisionistas crêm ter Marx afirmado que o desenvolvimento econômico e a luta de classes não só criam as condições necessárias para a produção socialista, como também engendram diretamente a *consciência* (grifado por C. K.) de sua necessidade. E eis que êsses críticos replicam que a Inglaterra, o país de mais elevado desenvolvimento capitalista, é mais alheia do que nenhum outro a esta consciência. A julgar pelo projeto, poder-se-ia crer que esta concepção, que se diz marxista ortodoxa, refutada do modo indicado, é também compartilhada pela comissão que redigiu o programa austríaco. Diz o projeto: “À medida que, com o desenvolvimento capitalista, aumenta cada vez mais o proletariado, mais obrigado e capacitado se vê êle para lutar contra o capitalismo. O proletariado chega a adquirir a “consciência” de que o socialismo é possível e necessário. Nesta ordem de idéias, a consciencia socialista seria o resultado necessário e direto da luta de classes do proletariado. Mas isto é completamente falso. E’ claro que o socialismo, como doutrina, tem suas raízes nas relações econômicas atuais, exatamente como a luta de classes do proletariado, e, do mesmo modo que esta, deriva aquele da luta contra a miséria e a pobreza das massas, miséria e pobreza que o capitalismo engendra. Mas o socialismo e a luta de classes surgem paralelamente e um não se deriva do outro; e surgem de premissas diferentes. A *consciência socialista* contemporânea não pode surgir senão à base de um profundo conhecimento científico”.

# Atualidades

## OS PRIMEIROS MILHÕES DE AMERICANOS DESEMPREGADOS

por E. LESNOV.

“E’ mais fácil empurrar o carro morro acima do que fazê-lo parar depois que tiver começado a rodar morro abaixo.” Ocorre-nos êste provérbio americano quando observamos a vida econômica dos Estados Unidos da América nos meses de após-guerra. E não podemos negar lógica ao financista americano, Bernard Baruch, que declarou: “Foi consideravelmente mais fácil levar a economia americana ao alto nível atual do que evitar o seu abalo, depois de anulados os pedidos de guerra.”

“POR QUE MOTIVO DEVO FELICITAR-VOS?”

Isto sôa como paradoxo, mas a vitória das Nações Unidas e o advento da paz trouxeram desgraça e privações a milhões de americanos. O desemprego, como uma sombra sinistra, caiu sobre o país. As maiores fábricas de material de guerra estão cerrando as portas e os operários sendo dispensados em massa. No dia do término da guerra, um dos grandes industriais americanos, reunindo os operários, disse-lhes:

— Por que motivo devo felicitar-vos? Amanhã fecharei a fábrica e porei na rua 33 mil operários. Bem, se se pode felicitar alguém por isso, eu vos felicito. Felicito-vos pelo fim da guerra, pela vitória... A companhia Ford dispensou 46 mil operários. Da mesma maneira foram “felicitados” os operários pelos magnatas do *trust* de aço e pelos “reis” dos automóveis — em Detroit e Filadélfia, em Pittsburg e Nova York, em Chicago e São Francisco, nos Estados do Sul e do Norte.

DOIS MILHÕES E MEIO

Já um mês depois do fim da guerra, o Ministério do Trabalho calculava em cerca de dois milhões e meio o número de desempregados. Os navios com soldados desmobilizados chegavam da Europa e da Ásia e traziam novos contingentes de homens, que engrossariam o exército operário de reserva.

A situação de milhares e milhares de soldados de ontem revelou-se trágica. Voltando à pátria, depois das desgraças e privações da guerra, depois de alguns anos vividos em terras estranhas, êles nem sequer podiam estar seguros de encontrar colocação para o seu trabalho. Na Conferência da Legião Americana, em Chicago, o general Bradley decla-

rou que o número de veteranos de guerra desempregados era superior a um milhão e, em breve, devido à diminuição da procura de mão de obra, esse número crescerá ainda de alguns milhões. Extraordinariamente difícil é a situação dos inválidos de guerra; 88 % dos veteranos inválidos não conseguem trabalho. Os empregadores evitam aceitar em suas fábricas operários de capacidade parcialmente prejudicada, considerando-os operários incompletos. Um dos delegados da Conferência Internacional da Juventude realizada em Londres, no ano passado, abateu profundamente o ânimo dos jovens soldados desmobilizados: "Mal termina a guerra, — disse — mal desaparece para a juventude o perigo de ser morta no *front*, surge outro perigo à sua frente, na figura do espectro da fome, conseqüente à queda da produção e ao desemprego".

#### CINCO MILHÕES

O exército dos desempregados americanos cresce incessantemente. Em janeiro de 1946, o secretário do Comércio dos EE.UU., H. Wallace, declarou que o número de desempregados existentes no país chegava a cinco milhões. O diretor do Bureau Americano de Mobilização e Reaptação, Schneider, acrescenta a essa declaração que o número atual de desempregados ainda não chegou ao seu limite extremo e que "o desemprego atingirá o grau máximo na primavera".

Cinco milhões de pessoas sadias, ansiosas por trabalhar, estão privadas do direito elementar e inerente de cada um: o direito ao trabalho, o direito a uma vida laboriosa! Nem o mais rico país capitalista — os Estados Unidos — é capaz de assegurar esse direito aos seus cidadãos!

#### O QUE ESCREVA DREISER

"...Encontrar trabalho é difícil até para as pessoas favorecidas, no grau máximo, pela saúde, mocidade e ambição. Nem é preciso falar sobre as dificuldades de obter emprego em condições menos favoráveis" — escrevia o famoso escritor norte-americano Teodor Dreiser, em seu romance *Gênios*.

A guerra absorvera consideravelmente o exército operário de reserva. Mas já agora — como nos anos anteriores à guerra — não é raro deparar-se nas ruas das cidades da América com uma figura aflitiva, a figura de um homem sem trabalho...

A situação material dos operários americanos piorou bruscamente depois da guerra. O presidente dos EE.UU., falando pelo rádio no outono do ano passado, admitiu que o salário de muitas famílias operárias americanas baixou de 25 % e mais, em relação aos anos de guerra. Em princípios de janeiro, Truman declarou que "existiam milhões de operários cujos salários não lhes garantiam um nível de vida decente". Não é difícil imaginar qual será o nível dos desempregados.

#### "UMA IDÉIA ABSURDA"

Todos os comitês possíveis, criados nos EE.UU., não têm o poder de dominar nem de atenuar o fenômeno do desemprego crescente. As próprias medidas adotadas pelo presidente encontram forte oposição dos

magnatas da indústria e das finanças, que sempre se esforçam em descarregar nas costas dos operários as dificuldades de após-guerra. O projeto de lei sobre "a garantia de emprego após a desmobilização industrial", ainda apresentado por Franklin Roosevelt, foi anulado quanto ao seu ponto fundamental. O Senador republicano pelo Estado de Ohio, Taft, acentuou com satisfação, que, do texto da lei aprovada, foi retirada até a menção da "garantia de emprego após a desmobilização industrial", e, principalmente, eliminada a tese sobre o direito dos americanos ao trabalho.

Os banqueiros e industriais riem abertamente da declaração sobre o direito ao trabalho. "Uma das idéias mais absurdas do nosso tempo — declara cnicamente o órgão dos banqueiros americanos — é a idéia de que cada um tem direito ao trabalho..."

Isso não impede, no entanto, desses banqueiros e industriais, que põem na rua milhares de homens e mulheres, afirmarem que na sociedade capitalista existem igualdade e liberdade individual verdadeiras. Difícilmente tal "igualdade e liberdade" asseguram a subsistência de milhões de americanos desempregados!

Há dez anos, conversando com o jornalista americano Roy Howard, o companheiro Stálin disse: "É-me difícil imaginar que espécie de "liberdade individual" pode ter um desempregado que anda esfomeado e não encontra um aproveitamento do seu trabalho. A verdadeira liberdade só existe onde a exploração foi aniquilada, onde não há escravidão do homem pelo homem, onde não existe desemprego nem mendicância, onde o homem não estremece ao pensar que amanhã poderá perder o emprego, a casa e o pão".

O número de pessoas, que não encontram aplicação para seu trabalho e são, por isso, condenadas à ociosidade e a uma existência miserável, continua crescendo nos EE.UU. A multidão de desempregados multiplica-se com centenas de milhares de operários dispensados e centenas de milhares de soldados desmobilizados.

Um destino sobremodo triste é o das moças americanas. Terminada a guerra, elas foram imediatamente licenciadas, "sem o direito de voltar às fábricas". Mas, certamente mais cruel é ainda o destino dos operários negros, índios americanos e mexicanos. Não raramente eles são expulsos das fábricas devido a preconceitos de nacionalidade e de raça. As tentativas de lutar contra tais preconceitos esbarram contra uma decidida resistência dos meios reacionários.

#### "NO ÍNDIO HÁ ALGO"...

Em 17 de janeiro de 1936, o Senado deveria examinar o projeto de lei relativo à criação da comissão de garantia de imparcialidade no emprego da mão de obra. Este projeto de lei foi dirigido contra as discriminações raciais e religiosas existentes da admissão dos operários. Os senadores democratas dos Estados do Sul, há muito notórios pelas suas convicções reacionárias, decidiram, a todo custo, derribar esse projeto de lei. Aproveitando-se da possibilidade de discussão ilimitada de qualquer questão no Senado, eles se sucederam durante três semanas

na tribuna, sob vários pretextos e não deram ao Senado possibilidade de se ocupar com a essência desse projeto. Prêgavam abertamente preconceitos raciais, difamavam os negros, judeus, mexicanos e indígenas americanos. O senador Bilbo, do Estado de Mississippi, declarou que "a separação das raças é ditada pelas leis da natureza", e o senador Bencket, de Alabama, com expressão de desdém no rosto, disse: "Em todo índio há algo de particular, por isso o americano branco não quer conviver mais intimamente com êle".

No final dessa tática, por assim dizer "flibusteira", isto é, a tática do palavreiro interminável (o ex-presidente dos EE.UU., Wilson, disse, numa ocasião, que êsse estratagema parlamentar permite a um pequeno grupo tornar "o grande Govêrno dos EE.UU. indefeso e lastimável"), os reacionários triunfavam. O Senado viu-se obrigado a desistir do exame do projeto de lei destinado à proteção das minorias nacionais. Agora, novos milhares de "peles negras" e "peles vermelhas" engrossam o exército de americanos desempregados, já bem vasto sem êles.

"QUEREMOS TRABALHAR"

"Direito ao trabalho" — a êste legítimo direito do homem, os industriais e banqueiros dos EE.UU. chamam de "exigência fantástica". E realmente: numa sociedade onde reinam a concorrência, as crises econômicas, a produção anárquica, — não pode estar assegurado o trabalho a cada homem.

— Trabalho! — exigem cinco milhões de americanos desempregados de após-guerra. — Queremos trabalhar!...

Êste brado aflitivo de milhões de homens e mulheres aptos ao trabalho é mais um testemunho dos vícios incuráveis da economia capitalista.

(M. Lesnov — Smiená — 1-2-946).

SOMOS UM PAÍS INDUSTRIAL? — "A muitas pessoas ingênuas, que não estão habituadas a compulsar dados da produção dos grandes países industriais e do comércio internacional das grandes nações — não agradará falarmos que ainda nos encontramos numa fase de indústria incipiente, ou, como disse recentemente o Sr. Roberto Simonsen, "a exposição industrial brasileira está apenas em seu início". Aqui nos dirigimos, porém, a pessoas que sabem que a produção do aço nos EE. UU. monta anualmente a 90 milhões de toneladas, devendo subir em 1942 a 100 milhões; no Império Britânico a 23 milhões, na Rússia a 20 milhões, etc. e que, assim, a futura usina de Volta Redonda, com a capacidade de 300 mil toneladas de aço, é um modesto começo que será rapidamente ultrapassado". Armando Vidal, conferência publicada no *Jornal do Comércio*, de 1 de março de 1942.

# O que está certo O que está errado

ESTÁ ERRADO — O deputado Jales Machado atribue aos "métodos (no seu dizer) empregados pelo Partido Comunista, de agitar as massas em torno das grandes cidades, provocando, portanto, o abandono do campo", como responsáveis pela desastrosa situação econômica do país.

ESTÁ CERTO — Prestes respondeu: "V. Excia. está equivocado, pois isso não faz parte do programa do Partido Comunista. Não estamos procedendo assim: pelo contrário, estamos lutando pela ligação com os homens do campo, pois, sabe V. Excia., é difícil a um comunista entrar numa fazenda brasileira.

Não somos os culpados da situação a que V. Excia. alude. A culpa do êxodo rural cabe ao capitalismo; da crise terrível decorrente da situação de pobreza das massas no interior da nossa Pátria não somos responsáveis. São restos feudais: o camponês que trabalha de sol a sol não tira o indispensável para comer, e sabe, através da própria experiência, que, muitas vezes, indo para junto de uma estação de estrada de ferro, na cidade, pode, num dia de mais ou menos sorte, conseguir pela esmola mais do que ganha num ano inteiro de trabalho. Nosso sertanejo é muito inteligente, muito vivaz e, naturalmente, quando sente a exploração, a brutalidade, trata de fugir. A situação, hoje, é de fuga acentuada para a cidade; mas, em absoluto, não somos nós os provocadores dessa fuga."

ESTÁ ERRADO — Feuerbach reduzia o conhecimento lógico ao nível das sensações elementares.

ESTÁ CERTO — Quando deveria explicar a unidade do pensamento lógico como uma etapa superior do conhecimento do mundo material que contém o conhecimento sensorial como um de seus momentos e dêle depende.

ESTÁ ERRADO — Os trotskistas negavam a possibilidade da vitória do socialismo num só país.

ESTÁ CERTO — “As novas contribuições de Lênin ao marxismo, a propósito da revolução proletária, consistem em que, na época imperialista, o socialismo pode vencer num só país capitalista e pode propagar-se, em seguida, aos demais países. Esta teoria de Lênin sobre a vitória do socialismo num único país provém, diretamente, de sua teoria do imperialismo, como continuação direta e como desenvolvimento do marxismo. Ela foi desenvolvida pelo camarada Stálin na luta contra o trotskismo e contra o bloco zinóviev-trotskista.

Quem nega a acentuação da desigualdade do desenvolvimento, na época imperialista, e a possibilidade de construir o socialismo, num só país, nega de facto a possibilidade da revolução proletária. Se o proletariado do país que aconteceu ser o elo mais fraco da cadeia imperialista, e no qual é possível a destruição da burguesia, deve adiar a revolução até o momento em que se crie nos demais países uma situação revolucionária, a revolução proletária não começará nunca, pois a desigualdade de desenvolvimento faz completamente inverossímil o aparecimento simultâneo de uma situação revolucionária em todos os países capitalistas mais importantes.” (Segal — Noç. Fund. de Econ. Polít., pág. 512 — Edit. Calvino, 1946.)

E A EXPLORAÇÃO CONTINUA — O que não é possível admitir-se é que, enquanto o gado está represado no interior, os grandes centros consumidores continuem a sofrer fome de carne, e os inverna-dores, por outro lado, impossibilitados de dispor de suas boiadas, porque os frigoríficos, em mãos de estrangeiros, impõem preços inferiores ao do custo do boi magro. (Dario Cardoso — Diário da Assembléia, 20-6-1946).

COMO PRODUZEM OS HOMENS? — “Na produção — diz Marx — os homens não atuam somente sobre a natureza, mas atuam também uns sobre os outros. Não podem produzir sem associar-se de um certo modo para atuar em comum e estabelecer um intercâmbio de atividades. Para produzir, os homens contraem determinados vínculos e relações, e através destes vínculos e relações sociais, e só através deles, é que se relacionam com a natureza e como se efetua a produção” (Karl Marx e F. Engels, Obras Completas, ed. cit. t. V, pág. 429, “Trabalho Assalariado e Capital”).

Conseqüentemente, a produção, o modo de produção, não abarca somente as forças produtivas da sociedade, mas também as relações que são, portanto, a forma em que toma corpo sua unidade dentro do processo da produção de bens materiais” (Stálin — *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*).

## AS IDÉIAS DOMINANTES SÃO AS DA CLASSE DOMINANTE

de MARX E ENGELS.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, quer dizer a classe que é a potência material dominante na sociedade, é igualmente a potência espiritual dominante. A classe que detém os meios de produção material dispõe igualmente, e por causa deles, dos meios de produção espiritual e detém, por isso, de maneira geral, sob seu jugo, as idéias daqueles que são privados dos meios de produção espiritual. As idéias dominantes não são mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes: são relações materiais dominantes traduzidas em idéias, e, por conseguinte, as próprias relações que fazem de uma classe a classe dominante; elas são, portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante têm, entre outras coisas, uma consciência, logo, eles pensam; na medida em que eles dominam como classe e determinam em toda sua extensão uma época histórica, está claro que eles o fazem inteiramente, que dominam, portanto, entre outras coisas, como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo; que suas idéias são as idéias dominantes da época. Numa época e num país, por exemplo, em que o poder real, a aristocracia e a burguesia disputam entre si a dominação, onde a dominação é, por conseguinte, dividida, a idéia dominante é a doutrina da separação dos poderes apresentada como “uma lei eterna”. A divisão do trabalho, que já nos apareceu como uma das forças principais da história, manifesta-se igualmente na classe dominante como divisão do trabalho espiritual e do trabalho material, de sorte que, no seio dessa classe, uns constituem os pensadores dessa classe (seus ideólogos ativos, criadores que tiram seu principal meio de existência da fabricação das ilusões desta classe sobre ela própria), enquanto outros se comportam de maneira mais passiva e mais receptiva para com essa idéia e essas ilusões, porque eles são, na realidade, membros ativos dessa classe e têm menos tempo para consagrar à elaboração de ilusões e de idéias sobre si mesmos. No seio dessa classe, esta divisão pode mesmo atingir uma certa oposição, uma certa hostilidade dos dois grupos que, contudo, desaparecem por si mesmas em todos os choques práticos onde a própria classe fique em perigo e quando desaparece inteiramente a hipótese de que as idéias dominantes sejam outra coisa que não as idéias da classe dominante e que elas têm um poder diverso do poder dessa classe. A existência das idéias revolucionárias, numa determinada época, pressupõe sempre a existência de uma classe revolucionária; já foi dito atrás o essencial sobre as condições preexistentes.

Se em nossa concepção do *processus* histórico separarmos as idéias da classe dominante da própria classe dominante, se lhes atribuirmos uma existência independente, se nos limitarmos a constatar que em tal época dominavam tais ou quais idéias, sem nos preocupar com as condi-

ções de produção e dos produtores dessas idéias, se, conseqüentemente, deixarmos de lado os indivíduos e a situação histórica que estão na base dessas idéias, poderemos dizer, por exemplo, que dominavam as noções de honra, de fidelidade, etc..., na época em que dominava a aristocracia, e as noções de liberdade, igualdade, etc... durante a dominação da burguesia. A própria classe dominante, de modo geral, assim pensa. Essa concepção da história, que principalmente, desde o século XVIII, é comum a todos os historiadores, se choca inevitavelmente de encontro ao facto de que as idéias dominantes se tornam cada vez mais abstratas, quer dizer que elas revestem cada vez mais a forma de universalidade. Notadamente, toda nova classe, que suplanta a classe que a precedeu no poder, é forçada, quando nada, para a realização de seu fins, em apresentar seu interesse como o interesse geral de todos os membros da sociedade, quer dizer, falando no plano ideal, dar às suas idéias a forma de universalidade, apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. A classe revolucionária, pelo próprio facto de se opor a uma classe, não se apresenta como classe, mas como representante da sociedade toda inteira, aparece como a massa total da sociedade em face da única classe dominante. Ela o pode fazer, porque, no início, seu interesse coincide ainda, realmente, com o interesse geral de todas as outras classes não dominantes e que, sob a pressão das antigas condições, não pôde ainda se desenvolver como interesse particular de uma classe particular. Sua vitória beneficia, portanto, a numerosos indivíduos das outras classes que não sobem ao poder, mas somente na medida em que ela dá a esses indivíduos a possibilidade de elevar-se até a classe dominante. Quando a burguesia francesa derrubou a dominação da aristocracia, permitiu com esse facto que numerosos proletários se elevassem acima do proletariado, mas somente na medida em que se tornavam burgueses. Cada nova classe não faz, portanto, mais do que estabelecer seu domínio sobre uma base mais ampla que a antiga classe dominante; por isto é que, mais tarde, o antagonismo das classes não dominantes contra a nova classe dominante se desenvolve de maneira tão aguda e tão profunda. Dessas duas circunstâncias, resulta que a luta a travar contra essa nova classe dominante chega de novo a uma negação das condições sociais anteriores, mais decisiva, mais radical, do que por ocasião de todas as lutas de classes precedentes, pela dominação.

Toda essa aparência, que faz com que a dominação de uma determinada classe pareça ser apenas a dominação de certas idéias, cessará, bem entendido, por si mesma, logo que a dominação das classes deixar de ser a forma da ordem social, logo que não seja mais necessário apresentar um interesse particular como um interesse geral ou o interesse "geral" como o dominante.

Uma vez que as idéias dominantes são separadas dos indivíduos dominantes e, antes de tudo, das condições que decorrem de um dado estado do modo de produção; uma vez que se chegou à conclusão de que, na história, são sempre as idéias que dominam, é muito fácil abstrair dessas diversas idéias, a "Idéia", a Noção, etc., de fazer dessa idéia que domina a história e de apresentar assim todas essas idéias,

todos esses conceitos isolados como as "auto-determinações" do Conceito que se desenvolve na história. E' então, também, natural que todas as relações humanas sejam deduzidas do conceito do homem, do homem representado, da essência do homem, do Homem. Foi o que fez a filosofia especulativa." (Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*. Obras, t. V, páginas 35-38. Ed. Al).

\* ORIGEM DAS ESPECIES — "Mas essa afirmação de que Darwin faz derivar todos os organismos atuais de um ser primitivo e unico não é mais que, para falarmos cortezmente, criação e "livre fantasia" do sr. Dühring. Darwin diz expressamente, na penultima pagina da *Origem das Espécies* (6.<sup>a</sup> edição) que ele considera "todos os seres, não como criações especiais, mas como descendentes em linha direta de um pequeno numero de seres". Haeckel vai ainda mais longe: admite "um tronco absolutamente independente para o reino vegetal, um outro para o reino animal", e, entre esses dois reinos, "toda uma serie de troncos protistas isolados, cada um dos quais se desenvolvendo de maneira inteiramente independente, a partir de um tipo particular de maneira arquigonica". (Ernst Haeckel, *Historia de la Creación*, pag. 337).

Trata-se de uma grave censura a Darwin, que não pode ser evitada, essa que se lhe faz quando se diz que suas investigações fatham quando se rompe o fio da descendencia dos seres! Infelizmente é uma censura que se estende a todo o conjunto da nossa ciencia da natureza. Uma vez partido o fio da descendencia, chega ao fim a missão de todas as demais ciencias. Nenhum naturalista conseguiu ainda fazer nascer seres a não ser pela descendencia, nem constituir com elementos quimicos um simples protoplasma nem mesmo um pouco de albumina. Tudo o que se pode dizer até agora, com certeza, sobre a origem da vida, é que deve ter sido por meios quimicos. Mas talvez a "filosofia da realidade" venha em seu auxilio, ela que dispõe de produtos da natureza coexistentes de um modo independente e sem descender uns dos outros. Qual, portanto, poderia ter sido a sua origem? Geração espontanea? Mas até aqui os mais intrepidos partidarios da geração espontanea não pretendem, senão inutilmente, criar, por esse meio, mais que bacterias, germes, cogumelos e outros organismos muito primitivos — nunca insetos, peixes, passaros ou mamiferos. Portanto, se essas produções equivalentes da natureza (organicas, já se vê, e apenas delas é que se trata) não estão ligadas pela descendencia, é preciso que elas procrias, ou cada um dos seus antepassados, tenham sido, "onde se rompe o fio da descendencia", postos no mundo por um ato especial da criação. Eis-nos, portanto, às voltas, outra vez, com o Criador ou "com o que se chama deísmo." (Engels, *Anti-Dühring*, pags. 92-93 — Editorial Calvino Ltda., 1945.)

## DITADURA DO PROLETARIADO

O Estado, em seu desenvolvimento histórico, sempre foi uma ditadura de classes.

Atualmente, "as formas dos Estados burgueses variam extraordinariamente, porém sua essência é sempre a mesma: todos esses Estados são, de uma forma ou de outra, em última análise, necessariamente, uma ditadura da burguesia" (1).

E, até aqui, as ditaduras de classe têm sido de uma minoria esmagando a maioria, ou, seja, os trabalhadores em geral.

"A transição do capitalismo ao comunismo não pode, naturalmente, deixar de proporcionar também enorme abundância e diversidade de formas políticas, porém, a essência de todas elas será, necessariamente, uma: a ditadura do proletariado" (2).

E sob a ditadura do proletariado, nova forma de ditadura, a ditadura é da maioria contra a minoria exploradora.

"Na realidade, este período (ditadura do proletariado) é inevitavelmente um período de encarniçada luta de classes, em que esta se reveste de formas agudas nunca vistas e, conseqüentemente, o Estado deste período tem inevitavelmente de ser um Estado democrático *de forma nova* (democrático para os proletários e os despojados em geral) e ditatorial também de *nova forma* (contra a burguesia)" (3), isto é, ditadura da maioria contra a minoria.

A democracia burguesa é, portanto, a democracia de uma minoria com a escravização da maioria; a democracia socialista é a democracia da maioria com a sujeição até a eliminação da minoria como classe; e a democracia comunista é a democracia perfeita, por que todos têm iguais direitos e deveres, não formais, mas reais, não existindo discriminações de classes.

CIERP.

(1-2-3) Lênin — *O Estado e a Revolução*, pág. 39 — Vitória, 1946.

ESMAGAMENTO DA PEQUENA PRODUÇÃO — "A tendência essencial do capitalismo consiste no esmagamento da pequena produção agrícola pela grande, tanto na indústria como na agricultura. Não se deve acreditar que se trata somente de uma expropriação imediata. A ruína pode prolongar-se durante dezenas e dezenas de anos, pois que o agravamento das condições das pequenas culturas camponesas equivale a um esmagamento. Este agravamento manifesta-se pelo trabalho excessivo e pela subalimentação do pequeno agricultor, pelo aumento de suas dívidas, pela qualidade inferior das ferragens e, em geral, por um tratamento inferior do gado, pelo agravamento das condições do cultivo das terras, de seu trato, seu adubo, etc.; pelo atraso técnico e por outros fenômenos semelhantes". (Lênin — *Questão Agrária*).

## PROBLEMAS DE ALIMENTAÇÃO

de SILVA MELO.

Na 21.<sup>a</sup> reunião da Comissão de Investigação Econômica e Social, da Assembléia Constituinte, em 18-6-1946, o Dr. Silva Melo fez longa exposição sobre a situação alimentar no Brasil, da qual destacamos os trechos seguintes:

"Descrevo, de começo, o estado atual da nossa população. Nas ruas — e essa é também a impressão que tem o estrangeiro — vêem-se quadros dolorosos de gente desnutrida, torta, aleijada, em situação miserável, franzina. Sob o ponto de vista da qualidade humana, nosso povo compõe-se de indivíduos em estado de tremenda inferioridade."

\* \* \*

"Que vemos no interior do Brasil? A população rural está inteiramente abandonada, enquanto fazemos barulho nas cidades. E que é a cidade dentro do Brasil? Núcleo relativamente pequeno. Nosso dever, portanto, é cuidar, em primeiro lugar, da população rural.

No particular, presenciei factos de estarrecer. As dificuldades da população rural, inteiramente desprovida de médicos, alimentação, remédios, são enormes. Admiro-me de que esses indivíduos consigam ainda viver, porque lhes falta tudo."

\* \* \*

"A soja, alimento maravilhoso para o Brasil". E' um estudo que pretendo ter completo sobre a soja, mostrando que ela resolve o problema da alimentação no Brasil, porque proporciona a quantidade de albuminas necessária à nutrição. No Oriente vive-se devido à soja.

\* \* \*

"Se digo que da soja se tira queijo, leite, manteiga, todos se admiram. Pode-se dizer que o segrêdo da vida no Oriente, o segrêdo da existência daquela população formidável, que é a da China, se resume na soja. A soja pode ser chamada a carne vegetal, porque a quantidade de albuminas que contém equivale e tem o mesmo valor nutritivo do leite, da carne e dos ovos. Conclui-se que, por meio da soja, podemos fornecer à população do interior alimento de alto valor nutritivo e até substitutivo da carne. Acresce que a soja é um feijão. E, assim, aproxima-se da alimentação habitual ao nosso povo. E um feijão que viceja em climas quentes. Facilite-se, portanto, sua cultura entre nós. Por que aproveitamos o arroz, elemento preponderante de nossa alimentação e desprezamos a soja? Geograficamente, não há explicação. E' de se ficar perplexo. A alimentação básica do Oriente é o arroz e a soja. O arroz, entre nós, domina de modo absoluto; mas a soja é inteiramente desconhecida. São dessas coisas que não se sabe por que acontecem. No entanto,

a soja resolve o problema alimentar. Seu plantio apenas deve obedecer à seleção prévia da qualidade apropriada ao meio. Sua difusão, no interior, pelos padres e militares, facilitará o problema do plantio, que, aliás, não oferece dificuldades.

O problema está sendo experimentalmente investigado, para se saber quando se deve plantar e qual a espécie que convém. Sob o ponto de vista alimentar, quando expus o problema na Comissão Nacional de Alimentação, um dos maiores especialistas do nosso meio disse: "Isso é uma fantasia. Soja é comida de chinês, alimento amargo, que não serve para o brasileiro".

Foi necessária larga discussão para esclarecer que centenas de milhões de indivíduos vivem devido a êsse alimento. Basta dizer que, na China, não há leite. E por que não há? Porque a população é tão densa que não sobra lugar para criação de gado. O leite é alimento que a maioria da população chinesa desconhece. Encontraram na soja o sucedâneo. Fabricam leite de soja, dando-o até às crianças de tenra idade.

Na América do Norte, já está averiguado o valor da soja. Sabe-se que os próprios alemães tiraram partido da situação. Importaram quantidades formidáveis de soja e parece que fizeram grandes depósitos, dela se servindo como arma de guerra, para alimentação das tropas durante os primeiros anos de luta. Afirmou-se que a soja era arma secreta de Hitler e essa afirmação baseava-se nos depósitos que haviam sido organizados. Os soldados, em seu avanço, carregavam nas mochilas certa quantidade de soja, e a possibilidade daquelas marchas, em comêço e em parte, foi explicada pelo concurso da soja, que teria proporcionado aos soldados maior resistência. Os americanos perceberam-no, desde logo, e intensificaram a cultura dessa planta. No início da guerra, a plantação atingia cerca de 500 mil toneladas. Em 1944, alcançou sete milhões de toneladas. Houve grande propaganda, de tal modo que havia trens com diversas secções para mostrar como se plantava e se colhia e como se preparava. Êsses trens viajavam pela América, demonstrando à população a necessidade da cultura dêsse vegetal. A soja, no quadro dos problemas de alimentação, preenche sua finalidade. Além disso, sendo um feijão, é de fácil plantio, principalmente em nosso clima quente.

\* \* \*

A soja oferece particularidade interessante: como tôda leguminosa, ela, mais do que outras, necessita de muito adubó. Têm-se de fornecer ao terreno a bactéria que penetra na raiz e forma substância, por meio da qual ela aproveita o azoto. Geralmente, a primeira cultura da soja é a menos produtiva, porque o terreno não está bem preparado. Na segunda plantação, aumenta, e invés de enfraquecer o terreno, regenera-o, torna-o fértil. Pode, portanto, regenerar as terras do Brasil. A fertilização faz-se automaticamente. E' questão já muito bem estudada e sôbre a qual estamos fazendo experiências comparativas em terras de Petrópolis. Por outro lado, a terra que já deu soja dá facilmente qualquer cultura.

\* \* \*

Prosseguindo em sua exposição, o Dr. Silva Melo estuda o problema do pão, entre nós, e diz:

"O primeiro aspecto que tentei resolver, sob o ponto de vista experimental, foi êste: se adicionamos mandioca e fubá ao trigo, por que não tentaremos a farinha de arroz, quando é sabido que o arroz se presta para a fabricação do pão?"

Nossa experiência feita com a farinha de arroz deu resultados decisivos, conseguindo-se um pão excelente, com 20 % dessa farinha. Qualquer padeiro pode, com facilidade, utilizar-se de 30 e até 40 % de farinha de arroz, obedecendo a todos os requisitos de um pão de primeira qualidade. A experiência prosseguiu, para tentar-se, em vez do arroz polido, o não polido, porque o pão feito com farinha descorticada é condenado. Não tem valor, porque se despreza a parte melhor do trigo, que contém proteínas e hidratos de carbono. O pão branco é condenado, sob o ponto de vista da nutrição. Todos os especialistas estão de acôrdo em que o pão de farinha completamente descorticada é condenável. Tentamos a mistura com farinha de arroz. Proporciona um pão que, com surpresa geral, não desmerece e não modifica o sabor comum, representando verdadeira descoberta científica. Acresce que há possibilidade de conseguirmos pão melhor do que qualquer outro dos que têm sido fornecidos, até aqui, á humanidade. Essa é a verdade."

Houve grande entusiasmo porque o problema estava resolvido. O próprio Sr. Presidente da República confessou-se grandemente satisfeito com a idéia. Êsse pão foi submetido a experiências, levado a Palácio, e parece que conquistou também todos os sectores. Afigurou-se-nos que o problema estava definitivamente resolvido. O entusiasmo foi de tal ordem, que a Comissão foi convidada a ir ao Guanabara para expor o que estou detalhando perante VV. Excias. Demonstrou-se que o pão era perfeito e combinou-se — numa sexta-feira — perante o Sr. Presidente da República, que se pediria o ponto de vista de outros técnicos.

Nessa altura, já o Sr. Presidente da República pediu ao ministro Sabóia Lima trouxesse a solução do assunto em forma de decreto para ser assinado na terça-feira seguinte. Na quarta-feira, procurei o decreto no jornal e não apareceu. E assim se passou até segunda-feira. Telefonei ao ministro, mas sem resultado. São assim as nossas coisas.

\* \* \*

O cartel do trigo é muito mais poderoso que o da gasolina. Devemos ter sempre presente o que aconteceu com a raspa de mandioca. Temos de fazer mistura e podemos fazê-la na proporção de 20 por cento. Isso representa, em nossa importação, de 1 milhão de toneladas, economia de 200 mil toneladas, isto é: de mais de quinhentos mil contos por ano. Será, portanto, diminuição de despesa considerável. Mas, por essa razão, fazem tôda a força para destruir aquilo que queremos criar. O trigo no Brasil dá admiravelmente; não se planta o trigo; o esforço fracassa. Por que? Porque êsse cartel não nos deixa produzir trigo. No momento

em que o produzirmos, não haverá transporte. Os moinhos não o poderão receber para moer e, nas localidades onde existir esse trigo, aparecerá produto muito mais barato com o qual os produtores nacionais não poderão correr. E' o mecanismo do negócio.

\* \* \*

Há um grande perigo. Esse cartel tem poder de tal ordem que pode impôr, gritar. E nós não teremos mais trigo. E' grande a dificuldade. Parece que não está sendo efetuada essa batalha, porque naturalmente, por via diplomática, o Itamaratí influe junto ao governo para que isso não tome posição. Decretada a mistura, o convênio seria anulado. O Itamaratí movimenta-se para não haver a mistura, para que isso não se efetue. Naturalmente, houve *démarches* diplomáticas. A questão é complicada.

● ●  
TRABALHAR PARA O MUNDO — Paulo Lafargue, recordando suas conversas com Marx, escrevia:

“...Achava ele que o sabio, que não deseje ver rebaixado seu nível intelectual, não deve nunca interromper sua participação ativa na vida social, não deve permanecer encerrado sempre em seu gabinete ou laboratório, como um rato dentro do queijo, sem intervir na vida, na luta social e politica de seus contemporaneos. A ciencia não é um prazer egoista: os afortunados, que se podem consagrar às atividades científicas, devem, em primeiro lugar, pôr seus conhecimentos ao serviço da humanidade. *Trabalhar para o mundo* foi sempre uma de suas expressões favoritas.”

Cada uma de suas conquistas teoricas, todos os seus grandes descobrimentos, entregava-os Marx, antes de tudo, às massas, ao proletariado. Marx concedia à propaganda, tanto oral como escrita, importancia de primeira ordem. (Paulo Lafargue, *Lembranças de Marx*, pags. 3-4.)

●  
MOEDA COLONIAL... — “Sabe-se que o algodão é nativo da América, embora não haja indícios de sua utilização pelos indígenas do Brasil. Mas o certo é que, com a colonização, o seu cultivo se difundiu. Entre outros lugares, e principal deles, no Maranhão, onde os novelos de fio e pano daquela fibra chegaram a circular como moeda (1), hábito que de tal forma se arraigou, que ainda em princípios do século XIX, segundo depoimento de Gayozo, se exprimiam naquelas mercadorias os valores monetários locais; *novelo* ou *rolo de pano* por 10\$ (2). (Caio Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 143.

(1) Frei Francisco de N. Sra. dos Prazeres, *Poranduba maranhense*, 106.

(2) *Compêndio histórico-político*, 169.

## AS GREVES E AS COALIZÕES DOS OPERÁRIOS

de KARL MARX.

“Todo movimento de alta nos salários não pode ter outro efeito senão o de uma alta do trigo, do vinho, etc., isto é, o efeito de uma escassez. Pois, que é o salário? E' o preço de custo do trigo, etc.; é o preço integral de todas as coisas. Vamos ainda mais longe: o salário é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza e são consumidos reprodutivamente todos os dias pela massa dos trabalhadores. Ora, dobrar os salários... é atribuir a cada um dos produtores uma parte maior que seu produto, o que é contraditório; e, se a alta não atingir sinão um pequeno número de indústrias, provocar-se-á uma perturbação geral nas trocas, numa palavra, uma *escassez*... E' impossível, eu o declaro, que as greves seguidas de aumento de salários não levem a um *encarecimento geral*: isso é tão certo como dois e dois são quatro” (Proudhon, t. I, pags. 110 e 111).

Negamos todas estas asserções, menos que dois e dois são quatro.

Em primeiro lugar, não há *encarecimento geral*. Se o preço de todas as coisas dobrar ao mesmo tempo que o salário, não haverá alteração nos preços, haverá mudanças apenas nos termos.

Em segundo lugar, uma alta geral dos salários não pode jamais produzir um encarecimento mais ou menos geral das mercadorias. Efetivamente, se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação com o capital fixo ou com os instrumentos de que elas se servem, uma alta geral dos salários produziria uma baixa geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria nenhuma alteração.

Mas, como a relação entre o trabalho manual e o capital fixo não é a mesma nas diferentes indústrias, todas as indústrias que relativamente empregam uma maior massa de capital fixo e menos operários, serão forçadas, mais cedo ou mais tarde, a baixar o preço de suas mercadorias. No caso contrário, no qual o preço de suas mercadorias não baixa, seu lucro se elevará acima da taxa comum dos lucros. As máquinas não são trabalhadores assalariados. Assim, a alta geral dos salários atingirá menos as indústrias que empregam, em comparação com as outras, mais máquinas que operários. Mas a concorrência tendendo sempre a nivelar a taxa dos lucros, aqueles que se elevam acima da taxa ordinária não poderiam ser senão passageiros. Assim, á parte algumas oscilações, uma alta geral dos salários trará em vez de encarecimento geral, como diz o sr. Proudhon, uma baixa parcial, isto é, uma baixa no preço corrente das mercadorias que se fabricam principalmente com o auxílio das máquinas.

A alta e a baixa do lucro e dos salários não exprimem sinão a proporção na qual os capitalistas e os trabalhadores participam do produto de um dia de trabalho, sem influirem, na maior parte dos casos, sobre o preço do produto. Mas que “as greves seguidas de aumento de

salários levem a um encarecimento geral, e mesmo a uma escassez" — são dessas idéias que não podem nascer senão no cérebro de um poeta incompreendido.

Na Inglaterra, as greves têm dado regularmente lugar à invenção e ao emprêgo de algumas máquinas novas. As máquinas eram, pode-se dizer, a arma que os capitalistas empregavam para abater o trabalho especializado em revolta. A *self-acting mule*, a maior invenção da indústria moderna, pôs fora de combate os fiandeiros revoltados. Mesmo que as coalizões e as greves não tivessem outro efeito senão o de fazer reagirem contra elas as conseqüências do gênio mecânico, elas teriam de qualquer modo exercido influência imensa sobre o desenvolvimento da indústria." (Marx, *Miséria da Filosofia*, págs. 149-151.)

● ●

HOMEM-BURGUEÛS — ... "Todos eles vos dizem que a concorrência, o monopólio, etc., em principio, isto é, tomados como pensamentos abstratos, são os únicos fundamentos da vida, embora deixem muito a desejar na pratica. Todos eles desejam a concorrência sem as conseqüências funestas dessa mesma concorrência. Todos eles desejam o impossível, isto é, as condições de vida burguesa sem as conseqüências necessarias que resultam dessas condições. Todos eles não compreendem que a forma burguesa de produção é uma forma histórica e transitoria do mesmo modo que o foi a forma feudal. Esse erro provém de que, para eles, o homem-burguês é a única base possível de toda sociedade, de que eles não admitem um estado social em que o homem deixasse de ser burguês." (Engels, Prefacio ao livro *A Miséria da Filosofia*, de Marx.)

●

A CIENCIA VIVA — "Falamos da ciencia. Dizem que os dados da ciencia, os dados dos relatórios e das informações de instruções técnicas contradizem as exigências dos starrânovistas quanto às novas normas técnicas mais elevadas. Mas de que ciencia se trata? Os dados da ciencia foram sempre verificados pela pratica, pela experiencia. Uma ciencia que rompeu seus laços com a pratica, com a experiencia, que vem a ser essa ciencia? Se a ciencia fosse tal como a representam certos de nossos camaradas conservadores, já era tempo de haver morrido para a humanidade. A ciencia precisamente se chama ciencia porque não reconhece os fetiches, porque não teme lançar mão de coisas que já tiveram sua época, que são velhas, porque escuta atentamente a voz da experiencia da pratica. Se fosse de outra maneira, não teríamos a ciencia em geral: não teríamos, digamos, a astronomia e continuaríamos acomodados ao sistema caduco de Ptolomeu: não teríamos a biologia e continuaríamos nos consolando com a lenda da criação do homem; não teríamos a química e continuaríamos de acordo com os vaticínios dos alquimistas." (Stálin, Discurso à Primeira Conferência dos starrânovistas, em 17 de novembro de 1935.)

## O AMOR CAVALHEIRESCO E O CASAMENTO BURGUEÛS NA LITERATURA

por F. ENGELS.

A primeira forma do amor sexual que aparece historicamente como paixão, paixão própria a todo ser humano (pelo menos nas classes dirigentes), como forma superior do instinto sexual — o que constitui precisamente seu caráter específico — esta primeira forma, o amor cavalheiresco da Idade Média, não foi em absoluto o amor conjugal. Pelo contrário. Em sua fisionomia clássica, entre os Provençais, ela desliza de velas soltas para o adultério e é este o exaltado pelos seus poetas. A flor dos poemas de amor provençais, são as *Albas* (1), em alemão as *Tagelieder* (2). Esses poemas descrevem, em cores ardentes, como o cavaleiro deitou no leito junto à sua amada — a mulher de outro — enquanto fora está aquêle que vigia e o chama desde que surgem os primeiros clarões da aurora (alba), a fim de que ele possa fugir sem ser visto; a cena da separação constitui então o ponto culminante do poema. Os franceses do norte, assim como nossos alemães, adotaram esse gênero poético como a maneira de amor cavalheiresco que lhe correspondia, e nosso velho Wolfram von Eschenbach deixou sobre este tema atraente três magníficos *Tagelieder* que eu prefiro a seus três longos poemas heróicos.

Em nossos dias, há duas espécies de casamento burguês. Nos países católicos são, como antigamente, os pais que procuram para o rapaz da burguesia a mulher que lhe convém, e a conseqüência natural disso é que se desenvolve plenamente a contradição que a monogamia contém: exuberância do hetairismo do lado do homem, exuberância de adultério do lado da mulher. A Igreja católica só aboliu o divórcio porque ela está convencida que, contra o adultério como contra a morte, não há erva curativa. Nos países protestantes, pelo contrário, é de regra que se dê ao filho de burguês mais ou menos liberdade de escolher uma mulher de sua classe: daí resulta poder existir uma certa dose de amor no casamento e, por conveniência, supõe-se que amor sempre existe, que corresponde à hipocrisia protestante. Aqui o hetairismo do homem é menos elevado e o adultério da mulher é menos comum. Mas, como em toda espécie de casamento os seres humanos continuam a ser aquilo que eram antes de casar, e como os burgueses dos países protestantes são, em sua maior parte, filisteus, esta monogamia protestante só consegue, na média dos casos mais favoráveis, tornar comum ao casal um tédio de chumbo que é designado pelo nome de felicidade doméstica. O melhor espelho desses dois métodos de casamento é o romance, o romance francês quanto à norma católica, o romance alemão quanto à norma protestante. Em cada um desses casos, o homem "ganha seu quinhão" no romance alemão, para o rapaz, a moça; no romance francês para o marido, os cornos. Qual dos dois é o que sofre mais? A questão continua aberta. E' também por isso que o tédio do romance alemão inspira aos burgueses franceses o mesmo horror que a "imortalidade" do romance

francês inspira ao filisteu alemão. Nestes últimos tempos (3), contudo, depois que "Berlim se tornou uma capital mundial", o romance alemão começa a fazer incursões um pouco menos tímidas, no hetairismo e no adultério, bem conhecidos na Alemanha desde há muito tempo." (Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, págs. 95-97, Edit. Calvino Ltda., 1944.)

- (1) Alvorada.
- (2) Cânticos da manhã.
- (3) Em 1880.

UM BOM CONSELHO — "As pessoas, isoladamente, não podem decidir. A experiência tem-nos ensinado que as decisões individuais, que não são controladas por ninguém mais, contêm uma grande percentagem de erro." (Stálin.)

STALIN E A IMPRENSA SOVIÉTICA — Os periódicos soviéticos nunca publicam informações sobre a vida doméstica de Stálin. De acordo com a tradição russa, todo mundo, até mesmo um dirigente político, tem direito a que se respeite sua vida particular. Quando morreu a esposa de Stálin, as notícias fúnebres publicadas pelos periódicos mencionavam a senhora pelo seu próprio nome, fazendo menção de seu trabalho em diversas organizações públicas e do facto de ser ela a "amiga e camarada de Stálin." (Ana Louise Strong.)

LÊNIN E A ARTE — "Em 1906, aconteceu-me passar uma noite em companhia de Lênin na casa de D. I. Liahtchenko. Essa camarada possuía uma biblioteca de monografias sobre os artistas, editadas por Knakfuss. Fizeram Lênin dormir perto dessa biblioteca. Na manhã seguinte, ele saiu do quarto, pálido, a fisionomia alterada. — Que houve?, perguntamos. Ele não dormira toda a noite. Por que? Todos se inquietaram. Talvez tivesse sido incomodado ou tivesse pulgas? Haviam feito barulho?. Não. Então foram as preocupações que o impediram de dormir? Enfim Vladimir Ilitch disse: "Não dormi a noite toda, li esses livros; são tão interessantes! Tomei-os um depois do outro e esqueci as horas. Que terreno encantador é a história da arte! Quanto trabalho aqui para um comunista! Que pena que não se possa fazer tudo ao mesmo tempo! Se eu tivesse mais tempo, queria estudar de maneira bem profunda esse lado da vida social dos homens". Lembrome com extrema nitidez dessas palavras de Lênin". (Lunatchárski, *Lênin e a Arte*, 1924, ed. russa.)

## SHAKESPEARE, GOETHE E O DINHEIRO

*Durante sua estada em Paris, Marx escreveu, em 1844, numerosos estudos sobre assuntos filosóficos e econômicos, que ficaram em manuscritos fragmentários.*

*Pela primeira vez, Marx aborda os problemas econômicos e o faz do ponto de vista materialista.*

*Em seu estudo, O Dinheiro, ele demonstra, sob o regime da propriedade privada, o poderio do dinheiro e suas conseqüências sociais: a exploração e a degradação dos homens.*

"Shakespeare descreve muito bem a natureza do dinheiro. Para compreendê-lo, comecemos pela explicação da passagem de Goethe (1).

O que eu posso conseguir com o dinheiro, o que eu posso pagar, isto é, aquilo que o dinheiro pode comprar, eu o *sou* — eu *sou* o possuidor do próprio dinheiro. Minha força é tão grande quanto for a força do dinheiro; as forças do dinheiro são as minhas virtudes e meu poderio, — as virtudes e o poder de seu possuidor. O que *eu sou* e o que *eu posso* não é, portanto, em absoluto, determinado pelo meu indivíduo. *Sou feio*, mas posso comprar a mulher *mais bela*. Logo não sou *feio* porque o feita da *feiúra*, sua força repulsiva, é aniquilada pelo dinheiro. Eu sou — meu indivíduo o é — *coxo*, mas o dinheiro dá-me 24 pés; não sou portanto *coxo*. Sou um homem mau, desonesto, sem consciência, sem espírito, mas o dinheiro é respeitado, seu possuidor o é igualmente. O dinheiro é o maior bem, logo seu possuidor é bom; o dinheiro afasta de mim, aliás, o trabalho de ser desonesto; sou portanto presumidamente um ser honesto; sou *desprovido de espírito*, mas o dinheiro é o verdadeiro espírito de todas as coisas, e, portanto, como seu possuidor seria desprovido de espírito? E depois, ele pode comprar pessoas inteligentes e aquêles que possuem pessoas inteligentes não é mais inteligente que o mais inteligente? Eu, que graças ao dinheiro *tudo posso* daquilo que aspira o coração humano, não tenho em meu poder todas as riquezas humanas? Meu dinheiro não transforma todas as minhas insuficiências no contrário?

Se o *dinheiro* é o laço que me prende à vida *humana*, à sociedade, à natureza e ao homem, o dinheiro não será o laço de todos os *laços*? Não pode ele desfazer ou fazer todos os laços? Não é ele, por conseqüência, ao mesmo tempo, a fonte geral de toda a distribuição? Ele é a verdadeira *moeda divisionária* assim como o verdadeiro *meio de ligação*, a força *galvano-química* da sociedade.

Shakespeare põe em relêvo sobretudo duas particularidades do dinheiro:

1. Ele é a divindade visível, a transformação de todas as virtudes humanas e naturais em seus contrários, a confusão e a falsificação gerais das coisas; ele reconcilia os irreconciliáveis;

2. Ele é a prostituta universal, o rufião universal dos homens e dos povos." (Marx, *O Dinheiro. Obras*, t. III, pág. 148, ed. al.)

(1) Marx alude a duas passagens de *Fausto* e de *Timon de Atenas* que ele citara antes.

MARX ESTUDOU RUSSO — "Nos cadernos de Marx são conservados apontamentos que demonstram o interesse e a assiduidade com que estudava o idioma russo. Anotava o significado de determinadas palavras, as taboas das declinações e conjugações e dedicava-se, com grande empenho, à assimilação das formas perfeitas e imperfeitas dos verbos, dos diversos casos, etc. O primeiro livro que Marx começou a ler para praticar foi o de Hértzen, *Nos cárceres e no desterro*. Ao cabo de seis meses de estudo do idioma, Marx já podia ler no original a literatura russa: lia Púchkin, Gógol, Saltikóv-Chtchedrín e, passados outros seis meses, a 21 de janeiro de 1871, na carta dirigida a Sigfrid Mayer, diz que já lê em russo com bastante rapidez.

Eis aqui um fragmento da referida carta:

"Não sei se lhe comuniquei que, desde os começos do ano de 1870, estudo o idioma russo, no qual já leio atualmente com bastante rapidez. A isso fui impellido por haver recebido de São Petersburgo a obra de Flerovski, de extraordinario interesse, sobre "a questão da classe operaria (e, em particular, dos camponeses) da Rússia" e o facto de querer conhecer as obras sobre economia (magníficas) de Tchernitchévski (condenado, em agradecimento, a sete anos de trabalhos forçados, na Siberia). O resultado merece os esforços que precisa realizar uma pessoa de minha idade para conseguir o domínio de um idioma que tanto se diferencia dos idiomas clássicos, germanicos e latinos. O movimento ideologico que, atualmente, se verifica na Russia demonstra que, no seio profundo das massas, há uma grande fermentação. As forças intelectuais acham-se sempre unidas por laços invisíveis ao corpo do povo..." (Glasser, *Como estudavam Marx e Engels*.)

STÁLIN, NO CONCEITO DE BELA-KUN — Bela Kun, referindo-se a Stálin, diz, numa bela fórmula: "Ele não sabe ir depressa demais. *Ele sabe pesar o momento*". E Bela Kun julga que esta é a qualidade específica de Stálin, a que lhe é inerente, mais que as outras: Esperar, temporizar, resistir às tentações que arrastam, ter uma paciência terrível. Não é esta força que faz com que, de todos os revolucionários da história, seja Stálin o que mais enriqueceu praticamente a Revolução, e quem menos erros cometeu?

## QUAL FOI, REALMENTE, A AJUDA MATERIAL ANGLO-AMERICANA À URSS, NESTA ÚLTIMA GUERRA?

S. KURNAKOFF.

O escritor militar soviético Sérguei Kurnakoff publicou na imprensa soviética interessante trabalho sobre o custo da guerra para a URSS, do qual transcrevemos alguns dados.

### GASTOS E EMPRÉSTIMOS E ARRENDAMENTOS

A quantidade total de materiais enviados à URSS, a título de empréstimos e arrendamentos, pelos Estados Unidos até 1945, é a seguinte: artilharia e munições (pouca artilharia), 793.343.000 dólares; aviação e peças sobressalentes, 1.495.986.000 dólares; tanques e peças sobressalentes, 460.059.000 dólares; veículos a motor, peças sobressalentes, etc., 1.157.064.000 dólares; embarcações, 240.591.000 dólares em material bélico. Também foram enviados: produtos petrolíferos, 84.878.000 dólares; produtos e materiais industriais, 2.700.223.000 dólares; produtos agrícolas, 1.473.000.000 dólares. Em conjunto foram, pois, 5.409.695.000 dólares. Se juntarmos a esse total o material recebido através da Inglaterra, dela mesmo ou cedido por ela, teremos o total geral de mais ou menos 10 bilhões de dólares.

E' desses números, verdadeiramente astronômicos, que a imprensa a serviço do imperialismo hoje se serve para mostrar que a URSS venceu a Alemanha graças unicamente ao material e à ajuda em geral recebidos dos Estados Unidos, cujos gastos no grande conflito (incluído a guerra contra o Japão) ascenderam à soma fantástica de 300 bilhões de dólares, neles incluídos também os materiais e os empréstimos concedidos a tôdas as Nações Unidas, inclusive à China e a muitas nações sul-americanas que não lutaram (exceto, é claro, o caso honroso do Brasil).

Mas é preciso que se saiba que não foi com esses 10 bilhões de dólares apenas que a União Soviética fez a guerra, porque além disso gastou ela, dos recursos que ela mesma mobilizou, segundo os cálculos do ex-ministro francês Pierre Cot, radical independentê, nada menos de 170 bilhões de dólares ouro. Não chega, portanto, a 6% desse gigantesco total a contribuição dos Estados Unidos e da Inglaterra à URSS de 1941 a 1945.

Nos países sul-americanos, é comum fazer confrontos colocando-se as estatísticas que lhes dizem respeito diante das norte-americanas. A desproporção é alarmante, e, daí, essa creança, neles difundida, de que o mundo se resume nos Estados Unidos.

## AS BATALHAS E O MATERIAL GASTO

Até Stalingrado, em 1942, o Exército Vermelho lutou quase que exclusivamente com material de fabricação soviética. Com efeito, até dezembro de 1942 ou janeiro de 1943 não havia ainda chegado à URSS material de guerra capaz de poder influir no curso das operações. Só a partir da batalha de Kursk, em meados de 1943, foi que o material norte-americano passou a ser usado em maior escala. A esta altura, os alemães já se retiravam derrotados de toda a parte na URSS. Esse material não decidiu a sorte da guerra, embora tivesse daí em diante contribuído para apressar o seu fim.

Os povos soviéticos nunca deixaram de reconhecer essa ajuda e de agradecê-la. Por isso, o povo norte-americano goza na URSS de tanta simpatia, apesar da campanha de difamação que contra a pátria do socialismo dirige permanentemente a grande imprensa ianque controlada pelo imperialismo.

Mas é também preciso salientar que essa ajuda não foi dada de mão beijada, porque dela se beneficiaram tanto os norte-americanos como os soviéticos e as demais nações do mundo empenhadas na luta contra o nazismo. A partir de 1943, os Estados Unidos — livres de invasão, com o seu poderio intacto — dispunham de material de guerra de sobra, mas não estavam ainda em condições de aparecer na Europa com grandes exércitos.

Fornecendo armas, munições, veículos e produtos industriais à União Soviética e à Inglaterra, a nação de Roosevelt não só apressava a vitória, como poupava centenas de milhares de vidas da juventude norte-americana. Porque, quanto mais alemães fôssem liquidados no front oriental, tanto melhor seria para os soldados de Tio Sam, quando desembarcassem no velho continente. E a prova disso tivemos-la no número relativamente pequeno de baixas norte-americanas na Itália e na Segunda Frente. O inimigo já havia sido dizimado, no seu maior número, pelo Exército Vermelho. E é o que a imprensa imperialista de Nova York ainda não se dispôs a reconhecer...

Nos três primeiros anos da guerra, o Exército Vermelho perdeu, para conter e fazer recuar depois o nazismo, nada menos de 35.000 aviões, 49.000 tanks e 48.000 canhões. As suas perdas totais, até à batalha de Berlim, somavam 85.000 aviões, 60.000 tanks e 60.000 canhões. Isso quer dizer que a indústria bélica soviética produziu de 1941 a 1945 a cifra espantosa de pelo menos 140.000 aviões, 240.000 tanks e 240.000 canhões. Dos Estados Unidos e da Inglaterra recebeu até meados de 1945 um total de 13.300 aviões, de 6.800 tanks e de 312.000 toneladas de explosivos, além de 406.000 veículos. Os canhões recebidos foram poucos.

Só a fábrica Stálin de artilharia produziu 95.000 canhões de todos os calibres no curso da guerra e uma das fábricas soviéticas de aviação 15.000 aviões militares. Houve uma fábrica de tanks — dessas imensas fábricas soviéticas — que produziu 35.000 tanks, inclusive os grandes tanks Vorochilov e Stálin.

Mas há coisas, nessa guerra, que só se poderiam explicar num regime socialista como o da URSS. Referimo-nos, sobretudo, à mudança das fábricas da região ucraniana e da central para a retaguarda profunda, sob o fogo inimigo, e à rapidez com que poucos meses depois sua produção começava a chegar às linhas de frente para esmagar os nazistas. Veja-se este exemplo, único no mundo mas não na URSS, de uma fábrica de tanks de Karkov. Em julho de 1941 foi desmontada e embarcada para Nijni-Taghil, nos Urais, a uma distância de 1.200 milhas. Marchavam esses comboios gigantescos por estradas de ferro, rumo ao Este, no mesmo momento em que para o Oeste se deslocavam os elementos mobilizados no Este. E tudo correu perfeitamente bem. Os edifícios foram levantados em pleno deserto. Não havia alojamento para os trabalhadores, que se enghavam para descobrir um lugar onde dormir. No entanto, dois meses depois já as máquinas funcionavam e, assim, nos primeiros dias de dezembro — é desses seus feitos heróicos que a classe operária soviética se orgulha — os tanks saídos dessa magnífica epopéia de trabalho e patriotismo chegavam a Moscou para a batalha histórica do fim do ano, a batalha que acabou com a lenda da invencibilidade da Wehrmacht nazista!

Foi nesse clima dramático que os engenheiros soviéticos conceberam as novas armas de guerra, que tantos êxitos permitiram aos soldados de Stálin, e que os operários construíram: os célebres canhões-foguete "Katucha", o canhão "Ivan, o Terrível", o avião anti-tank "Stormovik", o fuzil anti-tank de longo alcance, o prodigioso tank Stálin, etc.

Mas nada disso foi improvisado. Tudo isso já estava previsto no discurso de Stálin pronunciado 12 dias depois de começada a invasão. E como estava previsto aconteceu.

Tão grande foi a contribuição prestada pelo homem soviético à causa da humanidade que só com o passar do tempo é que todos chegarão a compreendê-la para fazer justiça ao seu povo e aos seus dirigentes, os dirigentes do glorioso Partido de Lênin.

● ●

DESPISTAMENTO, MAL ANTIGO — O Brasil-colônia se agitava. O Príncipe D. Pedro, Pedro I com a independência, escreveu a seu pai, D. João VI, comunicando-lhe os acontecimentos que então se desenrolavam na Colônia. Como sabia o Príncipe D. Pedro que a sua carta seria remetida às Côrtes, exprimiu-se da seguinte forma: "A independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa. Com nenhum consegui e nem conseguirá, porque a minha honra e a dela é maior que todo o Brasil. Queriam-me e dizem que me que-rem aclamar imperador. Protesto a Vossa Majestade que nunca lhe serei falso, e que eles farão essa loucura, mas será depois que eu e todos os Portugueses estivermos feitos em postas, o que juro a Vossa Magestade, à nação e à Constituição". (Proclamação de 5 de outubro de 1821). Em 7 de setembro de 1822, o gajo dava o golpe e tornava-se imperador. Lembrem-se os leitores de uma carta famosa de Getúlio Vargas ao então Presidente Washington Luis?

## Correspondência dos nossos leitores

MANUEL RIBEIRO DA COSTA — Nossa revista é quinzenal. Os que a compram e lêem, e somente esses leitores nos interessam, facilmente, pelo índice publicado na capa, verificarão se já possuem ou não o número exposto à venda. Dentro em breve, matematicamente, todo dia 1 e 15 lançaremos a revista à venda. Este será o melhor guia. Todos os assuntos sugeridos irão sendo tratados, a pouco e pouco.

MANUEL SOARES JUNIOR — Os graus de cultura variam muito. Procuramos atender a todos, isto é, para cada grupo mais ou menos instruído fornecemos textos especiais. Leia a revista toda, da primeira à última página, e verificará que há de tudo — do mais simples ao mais complexo.

LUIS S. GUERREIRO FILHO — Obrigado pelo recorte. A Internacional foi publicada no n. 3 desta revista — letra no original e traduzida e mais a música. *O Capital* de Marx abrangeria cerca de 4.000 páginas da nossa revista. Acompanhe nossa secção: *Questões econômicas*.

LEON HOCHMAN — Por favor, mande-nos datilografado, novamente, o trecho d'*O Capital* de Marx que nos enviou em manuscrito, bem como a indicação do Livro, Capítulo, etc., para que possamos confrontar com as edições em francês, inglês, espanhol ou alemão, que possuímos.

AFONSO TEIXEIRA MUNIZ — Não abrimos mão de sua cooperação, seja propagando nossa revista entre os seus amigos e também enviando-nos trechos dos clássicos do marxismo.

JORGE MOREIRA — Vide nossa resposta acima ao nosso leitor Manuel Soares Junior. Valorizamos devidamente a sua crítica. Com prazer receberemos sua colaboração.

JOSAPHAT FALCÃO, MODERNO SOUSA E LUIS SOARES — Agradecendo os termos generosos do telegrama, esperamos que colaborem na maior difusão e redação desta nossa revista.

JOSE' DE OLIVEIRA E SILVA — Sua tradução será publicada, mas precisamos antes do original para alguns confrontos. Esperamos que nos empreste. Continue a cooperar.

## A INSTRUÇÃO NO BRASIL

BRIGIDO TINOCO.

O deputado Brígido Tinoco apresentou, na Assembléia Constituinte, em 25-4-1946, um interessante estudo sobre o problema do analfabetismo entre nós, rico de dados históricos e informações estatísticas. Infelizmente, nossa imprensa não tomou conhecimento de tão interessante estudo, de onde não ter tido a menor divulgação, como seria de desejar. Publicamo-lo, pois:

“Sr. Presidente, inicio hoje, nesta Casa, um combate sem tréguas, permanente e progressivo, contra o analfabetismo em nossa terra, germe de todos os males e de tôdas as nossas crises econômicas, e convido para essa campanha de redenção nacional todos os homens de boa vontade do Brasil, a imprensa e os nobres colegas do Parlamento.

Se a ninguém é dado fazer afirmativas sem convicção sobre o caso, também cometem crime contra as instituições aquêles que ocultam a sua realidade.

Venho, escudado em dados seguros, e, por isso mesmo, trago à Casa um triste depoimento de nossa mentalidade.

Triste democracia a nossa, Sr. Presidente, em que a maioria esmagadora da população brasileira não sabe ler nem escrever. Estamos, em consequência, entre o precipício e a salvação, entre a renovação de métodos e o perecimento e, na expectativa das horas, através dos anos, não surge o milagre da salvação nacional, enquanto a *débacle* nos espreita, no campo educacional.

E' paradoxal, irrisório, que existam dificuldades de vida num país de vastos recursos econômicos, e que a pátria de Rui seja o celeiro da mediocridade sobre a terra. Não podemos perpetuar os erros do passado no rastro do automatismo e da repetição. A educação deve ser erigida, desde já, numa campanha sem precedentes, em autêntico caso de salvação pública, hamonizando-se o sentido da escola com o sentido da Pátria, porque a comunidade de consciência é o vínculo mais duradouro e significativo da unidade das nações.

De que vale, Sr. Presidente, assegurar, em nossa Constituição, o direito de pensamento, a liberdade e a democracia, se não garantimos o direito à própria vida, que é o direito à instrução, porque, sem esta, não poderá subsistir nenhum direito?

O objetivo principal da instrução é unir o homem com a Pátria.

“A produção — já o disse Rui, e muito bem — é um efeito da própria inteligência”. Por isso mesmo, a Suíça sistematizou, como verdade, estas palavras: “A instrução é a força”; daí, a alegria de sua própria felicidade.

E' verdade, experimentalmente demonstrada, que a instrução diminui a criminalidade e fomenta a riqueza do país. Via de regra, as nações mais cultas são as mais fortes, economicamente.

Os Estados Unidos só se impuseram definitivamente ao mundo depois que ficaram reduzidos a 8% de analfabetos.

A Rússia transformou-se em primeira potência depois que, em consequência de um plano patriótico e gigantesco de vinte anos, reduziu seus 90 % de analfabetos a 8 %.

A Argentina é olhada com espanto pelo mundo inteiro, agora, que conta apenas com 5 % de analfabetos.

O próprio México vai se impondo aos mercados mundiais depois que Ávila Camacho e o seu Ministro da Instrução, Torres Botê, fizeram a reforma popular do ensino, em março do ano passado e muitos patriotas viram, com lágrimas nos olhos, que homens, completamente incultos seis meses antes, iam, em praça pública, ler trechos da Constituição de sua Pátria, confundindo, assim, o bater do seu coração com o bater do coração da grande Pátria mexicana.

Byron dizia sempre que o único factor capaz de levar a Grécia ao esplendor antigo seria a instrução. Entre nós, Nilo Peçanha criou escolas profissionais e entrou em contacto com os homens dos campos. Eis a razão por que um e outro vivem no coração de sua gente.

André Maurois, descrevendo a vida acidentada de Byron, diz que os pescadores, na Grécia, desconhecem a vida pública e particular do poeta, mas, se lhes pronunciam o nome, acrescentam entusiasmados que foi um inglês corajoso, que veio morrer pela Grécia, porque a amava.

Também lá para as bandas do Estado do Rio de Janeiro, às margens do Paraíba, ou em suas matas agrestes, ensolaradas, seus pobres habitantes guardam o nome de Nilo Peçanha com fervor religioso. Muitos nem sabem se êle foi Governor do Estado ou da República, mas ao ouvirem proferir-lhe o nome, comentam, igualmente entusiasmados, que foi um homem bondoso, que queria a felicidade da Pátria e a felicidade dos homens.

Somos, Srs. Representantes, um povo capaz da maior cruzada cívica pela redenção nacional.

A história revela a luta dos nossos homens contra as forças telúricas e sociais que trabalharam para o seu desmembramento.

Vou, por isso, fazer o histórico do passado educacional; citar as indecisões do presente e vejamos — o que é principal — os remédios plásticos e imediatos para a salvaguarda do futuro.

O instante educacional é difícil, não, porém, para desanimar. Devemos tirar das indecisões, dos sofrimentos do presente e do passado, as nossas forças para a reabilitação.

Em nenhuma fase da vida nacional o Brasil precisou tanto da colaboração persistente e da vontade decisória de seus filhos para a solução dos magnos problemas. A instrução primária é um deles, talvez o maior de todos, porque nele reside o milagre da propagação de valores. Há quem diga, mesmo, que em sua própria essência se encontra a extinção de tôdas as crises, a fórmula infalível da felicidade do Estado.

Realmente, só um povo culto, devidamente educado em função do seu trabalho, possui o seu mercado aparelhado, a sua indústria e comércio organizados, seus direitos respeitados, sua vida emancipada.

O ensino primário e profissional elementar no Brasil sempre viveu em estado lastimável de incompreensão, sem processo educativo, sem

racionalização, seguido bem de perto pela instrução secundária, que nunca passou de curso utilitário de acesso às academias.

Os males de nossa subversão educacional vêm de nossa própria formação socio-política, agravados, mais tarde, pela impassividade da maioria dos nossos homens públicos, pela mercantilização do ensino e pela falta de preparação de professores.

\* \* \*

Vamos à fonte histórica, em síntese, numa caminhada ligeira até o presente, para a conseqüente apresentação de medidas que interessem à melhoria do ensino primário e à nossa educação rural.

Nossos colonizadores não tiveram a mínima preocupação com a cultura popular, embora as sociedades se desenvolvessem em torno dos domínios rurais, à vista da expressão omniproductente dos engenhos e das fazendas. No patriarcalismo da primitiva família brasileira, o jesuíta foi a primeira força a serviço do ensino popular, realizando, via de regra, um proveitoso trabalho social e educativo, não obstante a perfídia dos colonos interessados na expansão da incultura e os tropeços criados pela metrópole, que não compreendia a ação da escola como auxiliar do Estado em sua atividade política.

A verdade é que, já em 1580, possuíamos 16 escolas mantidas pela Companhia dos Jesuítas, distribuídas em 13 setores diferentes do território nacional.

Contava o Brasil, nessa época, com uma população de 57.000 habitantes; 25 mil brancos, 18 mil índios civilizados e 15 mil escravos.

Em 1600, mais duas escolas foram criadas por D. Francisco de Sousa, 7.º governador geral. Tínhamos, então, uma população de cem mil almas, sendo que 25 %, apenas, eram de raça branca-européia. Mas, do século XVII até meados do século XVIII, a instrução primária vive a sua fase mais negra, com os preconceitos capitaneando desassossegos e malquerenças. Ostentávamos mais de 95 % de analfabetos, porque os escravos ficavam privados de instrução e os que podiam recebê-la deixavam-na de lado, como elemento dissolvente dos bons costumes. Os pais, quasi sempre incultos, alimentavam a incultura das crianças e das jovens, cuja principal educação era a aprendizagem dos serviços domésticos.

Com o advento do Marquês de Pombal é traçado um vasto plano de organização pedagógica. Discipulo de Diderot, pôs de parte o absolutismo das teorias metafísicas. Pelo alvará de 23 de junho de 1759 organizou 17 escolas elementares, criando, em seguida, para a manutenção das mesmas, um imposto especial denominado "subsídio literário". Mas a expulsão dos jesuítas prejudicou a realização de suas idéias, porquanto havia escassez de professores.

Dêsse modo, ao terminar o período colonial, só possuíamos reduzidas escolas, mal providas de mestres e de precaríssimo material técnico. Não obstante, a capital do Brasil ostentava três cursos populares de latim — gesto recalçado de preciosismo e de mentalidade bacharelesca, que se projeta aos nossos dias em detrimento da educação popular e com sérios prejuízos às nossas populações rurais.

O próprio D. João VI manifestou simples tendência pelos estudos acadêmicos. O plano de ensino popular traçado em 1815 pelo general Borja Garção não foi aproveitado pelo Bragança, porquanto, depois de haver criado o lugar de Diretor Geral de Estudos e nomeado para o mesmo o Visconde de Cairú, extinguiu imediatamente esse cargo.

Feita a independência, determinava o projeto constitucional de 1823 a criação de uma escola pública em cada vila ou cidade, em cada comarca um liceu e que se estabelecessem universidades nos mais apropriados locais. O plano era interessante, apesar de inequívoco para a época. A Carta Constitucional, de 24, contando com os tropeços do momento político, apenas declarava "o direito do cidadão à gratuidade do ensino" — disposição que, de qualquer modo, colocava o Estado como responsável.

A lei de 15 de outubro de 1827 autoriza a fundação de escolas primárias em todos os recantos do Brasil. Mas essa determinação, como inúmeras outras subsequentes, ficaria apenas no papel. Com o ato adicional de 1834, houve a descentralização da instrução, passando o ensino primário e o secundário às assembleias provinciais.

Mas a coisa continuou tão desastrosa quanto antes. Não que escasseassem idéias e planos, conforme nos demonstram Lourenço Filho, Estevam Pinto, Primitivo Moacir e outros estudiosos do assunto. Havia, porém, falta de professores, falta de material, falta de estatística para observação, falta de verba, e, sobretudo, a ausência de um Governo corajoso que compreendesse as intimações da realidade. Entretanto, o imperador sempre acrescentava em sua *fala* do trono: "a instrução continua a ser objeto dos mais árduos cuidados do governo..."

\* \* \*

O Rio Grande do Sul é um dos Estados líderes do Brasil, em matéria de ensino primário, pois como já disse, tem 38 % de analfabetos. E' o Estado mais culto do Brasil.

A instrução primária era completamente relegada ao abandono. Nas escolas secundárias, frequentadas por semi-analfabetos, viamos o estudo obrigatório do latim no primeiro ano, e, nos últimos anos do curso, o grego e o alemão. Era tal a situação, que Teixeira Mendes, num artigo datado de 1882, na *Gazeta de Notícias*, concitava a que se acabasse "com essa fábrica escandalosa de preparatórios", acrescentando: "O fim do Governo não é formar filósofos. O mais é transformar as escolas em oficinas do charlatanismo". Mas falava em vão. Antes, em 1874, João Alfredo propunha, sem êco, a criação de escolas profissionais e bibliotecas populares; em 1879, Leôncio de Carvalho falava na necessidade inadiável de se subvencionar todo colégio primário, propondo a manutenção de escolas ambulantes pelos sertões e cursos para adultos iletrados. Mas, como diz muito bem Lourenço Filho, "a economia do Império estava fundada na escravidão e no latifúndio", não interessando diretamente a educação do povo.

Assim, em 1865, a proporção era de uma escola para 600 crianças de 6 a 15 anos. Em 1874, apenas 140 mil alunos frequentavam as escolas primárias do Brasil — estatística que, incluindo os alunos que desistiam

do curso a cada ano, num crescendo alarmante, outorgava à nossa Pátria o triste privilégio de mais de 90 % de analfabetos. Isto é, em 300 anos, o Brasil nada progredira no campo do ensino primário.

\* \* \*

No ano crepuscular do 2.º Império o número de matrículas nas escolas primárias não atingia a 250 mil, mas já possuíamos, no entanto, mais de 12 milhões de almas. Todavia, recomendava D. Pedro II, em sua última *fala*, a criação de Universidades no Brasil...

O maior grito que se ouviu em nossa terra contra o criminoso abandono da educação popular foi o de Rui Barbosa, em seu relatório apresentado ao Senado em 12 de setembro de 1882. Esse trabalho significa o maior esforço despendido por um homem público em proveito da instrução, a maior canseira mental já experimentada na esfera educacional. Aí, êle demonstra a existência de uma escola para 200 alunos inscritos, na capital do Império, onde tínhamos uma população escolar de 42 mil indivíduos e uma população livre de 250 mil. No Brasil, a proporção era de 300 alunos por escola, ou melhor, uma escola para cerca de 1.400 habitantes livres. Logo, a matrícula abrangia 27 % da população escolar e pouco mais de 5 % da população livre, o que provava o aspecto regressivo da nossa cultura primária.

\* \* \*

Cotejando a instrução do Brasil com a dos demais países do mundo, conclui Rui Barbosa pela nossa inferioridade em relação ao Luxemburgo de 1871, a Portugal, Antilhas, Jamaica e Filipinas. Confronta o Brasil da época com a Dinamarca de 1869 e prova que o logarejo mais inferior desse país era dez vezes mais culto do que a capital do Império. E exclama: "Desgraçada realidade! Vergonhosa depressão da estatística intelectual!"

Em seguida, Rui fala na miséria das nossas verbas para o desenvolvimento da instrução, em contraste com os países de cultura superior e mediana, antipedagógica, pugnando pela modificação de métodos e substituição do material escolar; esmiúça a frequência dos alunos, que diminui dia a dia, assustadoramente; e, após demonstrar que a culminância econômica de um país está na razão direta da instrução do povo, acrescenta: "Ao nosso vêr, a chave misteriosa das desgraças que nos afligem, é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação; eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do país. Para o vencer, releva instaurarmos o grande serviço da *defesa nacional contra a ignorância*, serviço a cuja frente incumbe ao Parlamento a missão de colocar-se, impondo intransigentemente à tibieza dos nossos governos o cumprimento do seu supremo dever para com a Pátria".

Acoimaram-no, por isso, de pessimista e de sedicioso. Também os inconfindentes mineiros, com Tiradentes à frente, obtiveram a maior execução do governo depois da descoberta do seu programa revolucionário

de disseminação do ensino primário e técnico-profissional, bem como de abono familiar aos pais que possuíssem mais de 5 filhos. Era a mentalidade rotineira da época.

Com a República federativa, após a pedagogia política de um Império centralizador, o negro saiu do cativeiro para o aviltamento, enquanto, em planos fantásticos, o governo cavava a desordem na circulação monetária. O regime, sem dúvida, surgiu bem intencionado. Muita ação. Muita vontade de acertar. E, ao lado disso, federalismo e liberalismo revolucionário em substituição aos velhos dogmas e à hierarquia monárquica. Mas a ruptura da velha tradição, a sede devoradora de vencer, a era da imigração, o americanismo descentralizador, as grandes aventuras sem peias, o surto da cidadania republicana contra o ruralismo monárquico, — toda essa insurreição espiritual nos levaria a anos de incompreensão e de desequilíbrio.

A República nascente abandonou o antigo critério da emissão sobre lastro metálico, consentindo a bancos nacionais que fizessem emissão sobre apólices. Permitiu-se, por outro lado, que as sociedades anônimas se constituíssem com privilégios excepcionais, que deram margem a fraudes e negociatas de toda a ordem. As empresas mais disparatadas foram fundadas, com os fins mais absurdos, numa correria louca à fortuna. Era o encilhamento, a psicose generalizada, o mais extraordinário delírio de grandeza contaminando a alma coletiva.

“Num passe de mágica — conforme observa Fernando de Magalhães — a fantasia republicana pensou transformar fundamentalmente o país, que mal vencera meio século de vida independente. A grei desvalorizada entrou a participar do liberalismo republicano perdulário. No Império, éramos uma aristocracia modesta; na República, constituímos uma democracia anônima. A federação e a ignorância, plantaram o regionalismo, que frutificou no caciquismo”.

A República, dessarte, manteve quasi a mesma tendência, certamente aliviada pelo processo natural dos tempos. Mas a idéia de um ensino popular e técnico-profissional não encontrava ressonância no pensamento nacional, saturado de fórmulas jurídicas *a priori*. O Ministério de Instrução Pública, por isso mesmo, foi de vida efêmera. Permanecia, apenas o gosto pelos debates, que foram longos, principalmente a respeito da intervenção ou não intervenção do governo central na educação primária dos Estados.

A indiferença pela resolução do problema suscitou os mais vivos protestos da Câmara e do Senado desde 1900. De 1907 a 1917, Tavares de Lira, Augusto de Lima, José Bonifácio, Félix Pacheco, Otávio Mangabeira, Miguel Calmon, Monteiro de Sousa e muitos outros bateram-se pela estatística escolar, sem qualquer ressonância no ambiente nacional. O plano de Nilo Peçanha das escolas profissionais e a sua idéia de divisão do Brasil em zonas econômicas não interessavam aos governos nem à opinião pública. Por ocasião da reforma constitucional, de 1925-26, o deputado Afrânio Peixoto fez-se paladino de uma nova orientação para o ensino primário e profissional, que se tornara formal e, particularmente, vítima do empirismo e do arbítrio.

A revolução de 30, portanto, recebia uma triste herança de incultura geral. Criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, que reais serviços prestou à nação, traçando tremulamente caminhadas objetivas. Mas faltou-lhe à frente um homem prático e corajoso, que compreendesse a questão como problema de ordem nacional. A Constituição de 34 admitia a educação planejada, encaminhada no sentido das necessidades gerais, e a Carta Constitucional de 37 expunha as necessidades educativas ao país. Mas uma e outra não viram êsses planos transformados em princípio de realidade.

Não regredimos, é certo, mas caminhamos muito lentamente. Em 1872 tínhamos 14 crianças matriculadas para cada mil habitantes; em 1889 não excedia de 18; em 1907 subia a 26; em 1920 ia a 41; em 1930 ascendia a 50; em 1936 atingia a cota de 67; e, finalmente, em 1940, chegamos a 75. Entretanto, isso pouco representa de esforço porquanto a República Argentina possuía, em 1930, cerca de 130 matrículas para cada mil habitantes, ou seja quasi o triplo em relação ao Brasil, àquela época. Demais, ainda há 70 anos atrás, a Argentina contava 80 % de analfabetos, e, há vinte anos, nada menos de 40 %; hoje, porém, não apresenta senão 15 % de iletrados, enquanto o Brasil ainda embala, com carinho, cerca de 60 % de analfabetos.

Como frizamos, o aumento do número de matrículas não significa diminuição de incultura. Em cem alunos, 40 % não frequentam as aulas por falta de roupa, de material escolar ou por motivo de doenças. Para cada cem alunos frequentes apenas 45 são aprovados. E, o que é mais doloroso, ainda: apenas 8 % de alunos chegam ao fim do curso primário. De modo que, dêsse 40 % de letrados que o Brasil possui, mais de 20 % mal sabem ler e escrever.

Segundo dados de 1932, de M. A. Teixeira de Freitas, tínhamos apenas uma unidade escolar para cada 325 quilômetros quadrados; e uma só escola para cada 1.421 habitantes. De onde se conclui que mais de 5 milhões de crianças brasileiras não frequentam colégios e que a nossa área escolar não chega a cobrir 750 mil quilômetros quadrados ou seja pouco mais do que a superfície de Goiás. Por conseguinte, se admitirmos a idéia de que três quartas partes do país esteja despovoado, ainda assim o raio de ação normal de nossas escolas não poderia abranger 45 % da área escolarizável. Dêsse modo, necessitamos de algumas dezenas de milhares de colégios, além de um batalhão poderoso de professores bem orientados, que deverão, uns e outros, ser distribuídos de acôrdo com as necessidades de cada Estado, isto é, de conformidade com a densidade demográfica variável de região a região.

Nos municípios do interior de Alagoas há 85 % de analfabetos; e nos dos Estados do Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco há, nada menos de 80 %. Vejamos, porém, um exemplo mais concreto com o Estado de Pernambuco: nessa unidade da federação, que não é das mais incultas, há 400 mil crianças sem escolas; na capital do Estado a população sem colégio é de mais de 50 %, ou seja 22.500 crianças. A despesa orçada para o ensino primário nesse Estado, em 1932, representou tão somente 6 1/2 % da estimativa geral dos gastos do Estado e 64 % da despesa orçada com a instrução pública. Enquanto isso, o próprio Piauí

despendia 14 %, o Distrito Federal 16 %, o Rio Grande do Norte 10 %, Santa Catarina 14 %, o Rio Grande do Sul 5 %, Minas Gerais 11 %; enfim, os Estados caminham como podem. Daí os contrastes: o Distrito Federal com 18 % de analfabetos e os Estados de Alagoas e Piauí com 80 %. Nas próprias capitais dos Estados os contrastes ressaltam: Curitiba e São Paulo com 16 % de analfabetos e Teresina com cerca de 62 % de iletrados — a capital mais inculta do Brasil, seguida bem de perto por Goiânia. Nesse particular, a capital do meu Estado — Niterói — vai em ritmo acelerado, pois conta atualmente com 20 % de analfabetos, sendo das mais bem servidas da federação. Em Minas Gerais verificamos um triste espetáculo: Belo Horizonte é cidade requintada, no mesmo pé de igualdade com o Distrito Federal, enquanto o Estado, de vastas zonas agrícolas, caminha com 62 % de analfabetos.

Os Estados e os Municípios devem orçar atualmente os seus gastos anuais em pouco mais de 400 mil contos com o ensino primário. Temos pouco mais de três milhões e quinhentas mil crianças matriculadas. Entretanto, para que possamos manter um total razoável de seis milhões de alunos devemos despendir o mínimo de 750 mil contos anuais. E nenhum Estado do Brasil está em condições de subvencionar o ensino de acordo com as necessidades, sob pena de ruína desastrosa dos seus orçamentos. Da receita tributária nacional, 53 % são recolhidos pelos cofres federais; 29 % pelos Estados; 11 % pelos municípios; 7 % pelo Distrito Federal.

A política de fragmentação do poder não repele a descentralização do ensino. Mas o mal não é centralização ou descentralização. Há, entre outros, motivos de ordem econômica, política, histórica e geográfica. A educação tem de ser vista de um prisma superior, como um processo de vida, uma função natural. Não é forma convencional, é supremo interesse, é cooperação de todos os modos e em todos os graus. No campo educacional, a União deve fraternizar-se com os Estados e os municípios, num sentido de vida perene, que isso, sim, é vincular e consolidar autonomias.

O ensino, com o aparelhamento que possui, não pode ir mais além. Cumpre ao Governo empreender medidas radicais, nem que seja o recurso dos empréstimos. Ou, ainda, o que é mais fácil: tratar da imediata modificação do regime tributário, fazendo melhor distribuição das rendas públicas, para justa proteção dos Municípios. Também, de conformidade com os seus haveres, cada pessoa ou entidade deve concorrer para o desfogo da situação, numa cruzada sem precedentes.

O rádio e a imprensa podiam ser, desde logo, os pregoeiros eficazes da disseminação do ensino, ou, melhor: podiam ensinar diretamente, como se fossem colégios ambulantes, até que se ultimasse a construção de novos prédios escolares.

\* \* \*

Tenhamos presente a lição do México, que em seis meses se impôs ao mundo. Lá, formou-se a *cadeia da responsabilidade*: cada letrado é responsável por um analfabeto; as donas de casa, a mocidade universi-

tária, igrejas, clubes, grupos operários e patronais constituem brigadas voluntárias do ensino; 800 mil núcleos de combate ao analfabetismo foram fundados; os jornais imprimem gratuitamente cartilhas, de acordo com as necessidades da região, a idade e sexo do analfabeto, indicando como se lavra a terra, como se evita a doença, como se cuida do bebê. As estações de rádio, dia e noite, concitam os cidadãos à instrução, enquanto os aviões derramam toneladas de cartilhas pelos sertões mexicanos. O próprio Exército mexicano, que era um centro de analfabetismo, transformou-se em grupos irradiadores de cultura, lembrando-se, certamente, das palavras de Confúcio: "Quem leva à guerra um povo sem educação, desbarata-o".

\* \* \*

Precisamos ter força. Mais do que isso: carecemos de pundonor nacional para enfrentar o problema. Não há condições cosmológicas que imponham uma condenação à nossa civilização. Se não temos verba, façamos como o México; e, se uma nova discriminação de rendas nos favorecer, cuidemos desde logo, da estatística do ensino, da alimentação e vestuário dos alunos, do aumento do professorado, com majoração dos vencimentos e instalação condigna, em meio escolar condigno; tratemos do cooperativismo, dos esportes, do cinema educativo, das festividades cívicas, dos sistemas sócio-políticos no meio escolar, aproveitando os alunos segundo a sua inteligência e as inclinações naturais do seu temperamento.

De qualquer modo, o ensino primário deve ser imediatamente modificado. A educação da criança, segundo as idades, não pode ser procrastinada. Como ensina Ferrière, dos 6 aos 9 anos é a idade dos interesses imediatos, porquanto a criança somente se interessa pelo que ocorre no meio restrito; dos 10 aos 12 anos a criança sai dos limites de sua personalidade exclusiva e interessa-se por pessoas ausentes e lugares diferentes; aos 13 anos, então, o menino inicia a idade dos interesses propriamente abstratos. A pedagogia, hoje, é um núcleo de afirmações organizadas: analisa os meios, mede-lhes os defeitos, prescreve-lhes as solicitações e indica o caminho.

O indivíduo que só sabe ler é pior, muitas vezes, do que o próprio analfabeto. O essencial é dar educação em função do trabalho, protegendo o agricultor na técnica do serviço e cercado-o das condições higiênicas necessárias. O Governo deve estancar o egoísmo das latifundiários e cuidar, igualmente, da expansão da nossa rede de comunicações, à qual se encontra ligado o problema da difusão do ensino rural, cuja população se encontra ao abandono. Os homens que fazem a riqueza do Brasil não podem ser os mais desgraçados da comunhão nacional — grandes obreiros anônimos, sem conforto e sem higiene. As nossas leis constituem um corpo de proteção aos centros urbanos, quando deviam ser visceralmente rurais, de proteção agrária.

Cuidemos, quanto antes, dessa campanha de regeneração, que elevará o sentimento inteiro da nação, aumentando a sua capacidade realizadora e os anseios de solidariedade cívica dos seus filhos. Recordemo-nos das palavras de Monroe: "Um governo popular sem instrução popular é

apenas o prólogo de uma farsa ou de uma tragédia, se não de uma e outra coisa”.

Conjuguemo-nos, pois, almas e pensamentos pela liberdade da Pátria e pelos seus altos postulados de justiça, que resumem o ideal supremo da nacionalidade. (*Muito bem. Muito bem. O orador é cumprimentado.*)

● ●

ORDEM E PROGRESSO... — “A ironia da historia vira tudo de cabeça para baixo. Nós, os “revolucionarios”, os “rebeldes”, progredimos muito mais com os meios legais do que com os meios ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se chamam, afundam-se com a legalidade criada por eles mesmos. Exclamam, desesperados, com Odilon Barret, “*La légalité nous tue*” (a legalidade mata-nos), enquanto nós conseguimos, com essa legalidade, musculos vigorosos e faces rosadas e parece que fomos alcançados pelo sopro da eterna juventude. E se não somos bastante loucos para nos deixarmos arrastar ao combate de rua a fim de agradar-lhes, serão eles proprios finalmente obrigados a destruir essa legalidade que lhes é tão fatal.” (Engels, introdução ao livro *As Lutas de classes na França*, de Marx.)

●

GENEROSO CAPITALISMO NOS ESTADOS UNIDOS... — ...“legalizando (Suprema Corte), destarte, a sordida exploração de menores, obrigados a trabalhar dez e onze horas por dia, em troca de salarios que, não raramente, nas epocas mais criticas, desciam a meio dolar por semana (*The Literary Digest*, 20 de maio de 1933, pag. 9) pois embora livres para legislar (Congresso norte-americano) sobre o “salario minimo” de menores (*Adkins v. Children's Hospital*, pag. 261, 1933), apenas cito Estados que adotaram em seus Estatutos (Constituição) disposições coibindo os abusos dos patrões.”

●

GORKI, MAU MARXISTA — “Quem escreve estas linhas teve ocasião, no decorrer de seus encontros na Ilha de Capri com Gorki, de preveni-lo e de recriminá-lo pelos seus erros políticos. Gorki esquivava-se com seu sorriso de encanto inimitável e com essa declaração desprovida de artifício: “Sei que sou um mau marxista. Depois, nós outros, artistas, somos todos um pouco irresponsáveis”. A isto é difficil responder.

Não há dúvida que Gorki é um imenso talento artístico, que ele foi e será muito útil ao movimento proletário mundial.

Mas por que então Gorki se ocupa de política?” (Lénin, *Cartas de Longe*, de 12 de março (25) de 1917. Coletânea Lénin, t. II, págs. 356-357, ed. russa).

## Documentos Célebres

### DECLARAÇÃO DE PRINCIPIOS DA CONFEDERAÇÃO DE TRABALHADORES DA AMERICA LATINA

Os trabalhadores manuais e intelectuais da América Latina declaram que o regime social, atualmente prevalecendo na maior parte dos países da terra, deve ser substituído por um regime de justiça, baseado na abolição da exploração do homem pelo homem; no sistema democrático com meio para governar os interesses da comunidade humana; no respeito à autonomia econômica e política de cada nação e na solidariedade de todos os povos do mundo; proscrevendo para sempre a agressão armada como instrumento para resolver os conflitos internacionais e condenando a guerra de conquista como contrária aos interesses da civilização.

Declaram que, para ser possível o ideal de justiça social, é urgente conseguir a unificação da classe trabalhadora no seio de cada país, a aliança permanente, indestrutível, dos trabalhadores no território de cada região e de cada continente, e o entendimento claro e firme entre todos os trabalhadores do mundo para realizar a verdadeira unidade internacional.

Declaram que a principal tarefa da classe trabalhadora da América Latina consiste em conseguir a plena autonomia econômica e política das nações latino-americanas e liquidar as sobrevivências semi-feudais, que caracterizam estes países, com o propósito de elevar as condições econômicas, sociais e morais, em que se acham as grandes massas destes povos.

Declaram que os trabalhadores da América Latina devem desfrutar se taxativos, dos seguintes direitos, como base das demais garantias sociais que deve conter o regime jurídico de cada país: direito de reunião, direito de associação, direito de greve, direito de contrato coletivo de trabalho, direito de livre expressão de idéias, liberdade para seus órgãos de imprensa, direito ao seguro social.

Declaram que a vitória das Nações Unidas contra as potências do Eixo nazi-fascista deverá ter não só um caráter militar, mas também e fundamentalmente um conteúdo ideológico, que garanta a extirpação, sobre toda a face da terra, dos regimes fascistas, tenham ou não participado da guerra ao lado das potências do Eixo, e evite toda possibilidade de instauração ou de restauração do fascismo em qualquer de suas formas, em qualquer país do mundo.

Declaram, da mesma forma, que a paz, produto da vitória militar, deverá inspirar-se nos postulados da Carta do Atlântico e nos acordos da Conferência de Teerã, com o fim de evitar que o livre jogo das forças imperialistas, engendradoras da guerra, fomentem rivalidades entre as grandes potências e levem novamente o mundo a uma sangrenta crise,

pois só desta maneira se poderá garantir uma convivência internacional fecunda e autenticamente democrática.

## DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA LIGA MATERIALISTA DA BELGICA

1. *Princípio fundamental:* Nada existe fora do mundo material. As idéias resultam das sensações. Procedem de uma propriedade da matéria, que se torna consciente quando organizada.

2. Sendo as idéias resultantes dos factos materiais, conclui-se que o homem é produto do meio em que vive. Sua idéias transformam-se com esse meio, ou porque se adaptam passivamente, ou porque reagem contra as forças exteriores.

3. A história primitiva dos homens é a da luta contra os elementos naturais para a conservação da espécie. Dessa luta surgem as primeiras idéias, a primeira formação intelectual.

Para um ser primitivo, uma coisa é justa se é favorável às suas necessidades vitais e injusta se lhes é contrária.

Assim nasceu no homem a idéia de justiça.

4. Essa primeira formação intelectual intervém, pouco a pouco, na organização lenta da sociedade.

Numa sociedade organizada, o modo de produção econômica tem mais importância do que os factores naturais e forma, em cada época histórica, a base da estrutura social e, portanto, da história política e intelectual da época.

A produção intelectual é função da produção material e transforma-se com ela.

5. A religião, a moral e a filosofia evoluem e exprimem em cada época, a vida econômica. Aparecem como super-estruturas de um regime cuja estrutura é de natureza puramente material.

6. Os modos de produção, que se têm sucedido até nossos dias — escravidão, servidão, salariato — têm por base a exploração do homem pelo homem. Por isso, constatamos que a história da civilização é a história das lutas entre classes dominantes e classes dominadas.

As idéias predominantes numa época são sempre as idéias da classe que domina.

E' assim que uma coisa é justa, quando contribui para o desenvolvimento da classe dominante, e injusta, quando se lhe opõe.

Mas a essa justiça de classe exercida de cima para baixo, se opõe outra justiça de classe, exercida de baixo para cima pelas classes oprimidas. A princípio, existe apenas no estado de reivindicações, desenvolve-se à medida que o regime se decompõe pela decadência material da classe dominante e, finalmente, impõe-se pela força. Exemplo: o movimento filosófico do século XVIII.

7. Se, no século XVIII, vemos as idéias de liberdade de consciência se afirmarem e se propagarem, é porque a existência e o desenvolvimento da classe burguesa — a classe revolucionária da época — tinham por base, no campo material, a livre concorrência.

A liberdade de consciência e o livre-pensamento que dela resulta não são mais do que transposições, no domínio intelectual, da livre concorrência.

Nos países em que a liberdade de opinião é um direito proclamado para todos os indivíduos, constitui um facto que esse direito somente existe para aqueles cujas opiniões não representam um perigo para as classes dominantes.

8. Os itens precedentes definem o materialismo do ponto de vista histórico.

A Liga Materialista da Bélgica adere a esses princípios.

Na nossa época, a classe dominante é a burguesia capitalista e a classe dominante é o proletariado.

A Liga Materialista da Bélgica propõe-se propagar a filosofia materialista, que deve ser, para o proletariado do século XX, o que era, para a burguesia, o movimento filosófico livre-pensador do século XVIII.

IDEALISMO FILOSOFICO — “O *idealismo*, no sentido filosofico desse termo, não é mais que estupidez do ponto de vista de um materialista grosseiro, simplista, metafísico. Ao contrário, do ponto de vista do materialismo *dialético*, o idealismo filosofico é um crescimento *unilateral*, uma protuberancia, uma superfetação, um dos traços ou uma das facetas do conhecimento que leva, exageradamente, ao absoluto, *destacado* da materia, da natureza, divinizado.

N. B.: Este aforismo: O idealismo é clerical, é verdadeiro. Mas ele é também (“*antes disso*” e “*além disso*”) uma via para o misticismo clerical, através das gradações do infinitamente complexo *conhecimento* (dialético) do homem.

O conhecimento do homem não se processa em linha reta, mas em uma linha curva que se aproxima indefinidamente de uma sequência de círculos, de uma espiral. Um fragmento desta curva pode ser considerado (unilateralmente) como uma linha independente, reta e integral, a qual, se se perde de vista a floresta por causa das árvores, conduzirá ao lamaçal do misticismo (no qual ela se fixa, pelo interesse de classe das classes dominantes). Marchar em linha reta, não andar senão de um lado, senão com andar de automato, pela rotina, como os cegos do subjetivismo, essas são as raízes sociológicas do idealismo. Os místicos (a saber, os idealistas em filosofia) têm, bem entendido, o pé na terra, na terra do conhecimento; são flores infecundas, mas brotam sobre a árvore viva, produtiva, todo-poderosa, do verdadeiro conhecimento humano objetivo, absoluto.” (Lénin, *A proposito da dialética*, escrito em 1904.)

# O Pensamento de Lênin



O ÚNICO INDÍCIO SEGURO para se julgar da grandeza de uma exploração agrícola é o da importância da sua produção. (Lênin, *Questão Agrária*, pág. 76.)

A TEORIA DA MAIS-VALIA é a pedra angular da teoria econômica de Marx. (Lênin — *Obras Completas*, tomo XVI, pág. 351, edição soviética.)

O IMPERIALISMO é a véspera da revolução social do proletariado. (Lênin — *O Imperialismo, Última Etapa do Capitalismo*.)

O IMPERIALISMO desenvolveu-se como uma continuação direta das particularidades fundamentais do capitalismo. (Lênin — *O Imperialismo, Última Etapa do Capitalismo*.)

A APROPRIAÇÃO POR PARTICULARES do produto do trabalho social organizado pela economia mercantil, eis a essência do capitalismo. (Lênin — *Obras Completas*, tomo I, pág. 127 — edição soviética.)

...E PARA SER DE VANGUARDA (Partido) é necessário precisamente atrair as outras classes... (Lênin — *Que Fazer?*, pág. 140.)

PARA CHEGAR A SER UMA FÓRÇA POLÍTICA aos olhos do público, não basta colocar a etiqueta de "vanguarda" sobre uma teoria e uma prática de retaguarda; é preciso trabalhar muito e porfiadamente para desenvolver nossa consciência, nossa iniciativa e nossa energia. (Lênin — *Que Fazer?*, pág. 140.)

## CONCEPÇÃO GERAL DA HISTÓRIA

de M. N. POKRÓVSKI.

"Que necessidade temos de olhar para o passado? Por que nos ocuparmos do que aconteceu há dez, cem, mil, dez mil anos atrás? Não seria preferível procurarmos conhecer melhor o que acontece atualmente, o que sucede em derredor de nós e de que depende nossa vida? Estudamos o passado precisamente para compreender o presente. Na terra tudo evolue, isto é, tudo se modifica. Ha centenas de milhões de anos atrás, a terra era um enorme globo incandescente rodeado de vapores e não havia e nem podia haver nela vida humana. Ha dezenas de milhões de anos atrás, a vida surgiu na terra. Ha uns milhões de anos, a terra já apresentava uma luxuriante vegetação, bosques enormes, multidões de animais aquáticos e terrestres de toda natureza. Mas isso em nada se parece com o mundo de hoje. Seu desenvolvimento supõe uma interminável serie de modificações incessantes. As plantas, os animais atuais, descendem dos que existiram ha milhões de anos. Como se produziu tudo isto? Não foi de modo casual, mas de acordo com leis determinadas. Observando-se apenas a vida tal como ela é na atualidade, não percebemos as ditas leis, isto é, a regularidade que presidiu às suas modificações. Enquanto o passado remoto da terra não foi estudado, até se descobrirem os restos fosseis dos animais e das plantas existentes ha milhões de anos atrás, os homens de ciência acreditavam que o mundo havia sido sempre igual e criado de uma só vez. Ha cem anos atrás, quando os raros investigadores se decidiam a afirmar o contrario, passavam por ex-

centricos ou loucos, e, no fundo, nada mais faziam que proclamar o que agora parece evidente e natural, isto é, que a vida se desenvolveu paulatinamente no decurso de um numero consideravel de seculos. O estudo dos restos do mundo vegetal e animal antigo, enterrados ha mais de mil anos e conservados assim até nossos dias, mostrou como essas modificações se verificaram. A fabula de que o mundo foi criado em 6 dias evaporou-se sem deixar rastros. E hoje não só não ha nenhum sabio, mas nem sequer um homem medianamente instruido, que creia que os animais e as plantas foram sempre como são agora. Todo mundo sabe perfeitamente pelos livros — e as pessoas que vivem nas cidades podem verifica-lo diretamente nos museus — que o mundo animal e vegetal anterior não se parecia com o atual, que o mundo se foi modificando no transcurso dos tempos e continua evoluindo sem cessar. Tal é a lei da Natureza. Sabios e não sabios não só por ignorancia sustentavam a doutrina da invariabilidade do mundo e da criação mosaica. E' que esta doutrina tinha suas vantagens. Uma vez aceito que o mundo era imutavel, não havia razão para se esperar mutações profundas da sociedade humana, que, organizada tal como nós ao nascer a encontramos, continuaria intacta nos seus fundamentos pelos seculos dos seculos. Assim era ensinada a Historia noutros tempos. As vantagens desse metodo tornam-se patentes. Era uma interpretação que agradava aos que gozavam de todos os beneficios na sociedade existente. Aqueles que tinham o

poder nas mãos, que dispunham da riqueza, pensavam, o que, aliás, era natural, que assim devia ser sempre: para os ricos e privilegiados, as culminâncias; para o povo, operários e camponeses, a planície imensa do trabalho. Daí o empenho em convencê-rem a si próprios e, sobretudo, aos demais, aos operários e camponeses, sujeitos ao seu poderio, de que o mundo devia ser assim e não podia ser de outra forma. Se o estudo do passado da terra, do passado do mundo animal e vegetal, da Geologia e da Paleontologia, destruiu a fábula de que o mundo fora criado de uma só vez e era, por conseguinte, imutável, a História e a Arqueologia destruíram outra fábula segundo a qual a sociedade humana foi sempre, e o será pelos séculos em fora, tal como é. O homem transforma-se e se transformará como tudo. Uma ordem social aparece, outras se desmoronam, e, em seu lugar, surgem novas ordens e assim sucessivamente. Não podemos prever nem imaginar o fim dessas modificações, mas, se as observarmos no decurso de dezenas e centenas de anos, compreenderemos então as leis que as regem. E, se não podemos preconceber qual será a sociedade humana dentro de alguns milhares de anos, podemos pelo menos saber em que sentido e por que meios se verificará sua modificação no transcorrer desse tempo. Quem prevê o futuro domina-o, visto que, ao prevê-lo, pode preparar-se afim de evitar os infortúnios porvindouros e utilizar melhor os benefícios que esse futuro deve trazer. Saber significa prever e prever significa poder ou domínio. O conhecimento do passado dá-nos, deste modo, o poder sobre o futuro. Eis porque é necessário conhecer o passado. Mas, se só podemos perceber a regularidade das modificações verificadas na sociedade humana graças à

observação das mesmas no decorrer de muitos anos, isso não significa que devamos começar nosso estudo necessariamente pelos tempos mais remotos. Podemos seguir o caminho inverso. É mais fácil observar a regularidade das modificações efetuadas na sociedade humana, partindo para o remoto. Vejamos, por exemplo, o que sucede atualmente. Em todo o mundo, os operários aspiram derrubar o poder da burguesia, isto é, dos que os exploram; noutros termos, dos que enriquecem à sua custa e os obrigam a dispender o máximo esforço, retribuindo-lhes com o mínimo possível e embolsando a diferença existente entre o valor do objeto criado pelo operário e a retribuição que o mesmo percebe pelo seu trabalho. Pode-se perguntar: só na atualidade existe exploração? Antigamente, os privilegiados e os ricos não exploravam o povo? A exploração sempre existiu. Antes de surgir a atual ordem burguesa, com suas fabricas, bancos, estradas de ferro, etc., existia a sociedade feudal, o direito servil, e, então, não eram os fabricantes os usurpadores do produto do trabalho dos operários, os pagadores de uma retribuição miserável, mas os latifundistas, que tiravam aos camponeses o fruto do seu trabalho, nada lhes pagando por isso. E naquela época também houve insurreições dos explorados contra os exploradores, revoluções semelhantes às atuais? Sim, mas fracassavam sempre. Por que? Porque os camponeses não tinham meios de organizar-se, isto é, de formar uma massa compacta e unida que trabalhasse segundo um plano comum. E por que isto acontecia? Porque os camponeses viviam isolados em seus tratos de terra, ajudando-se raramente uns aos outros, e, quando vendiam seus produtos, tornavam-se rivais. Quanto mais escassos no mercado o feno, o trigo, os legumes, etc., mais

encarecem, e o camponês pode vendê-los com muita vantagem. Quanto mais abundantes, mais baratos, e o camponês percebe menos pela venda desses produtos. Como consequência disso, a consciência de que os homens se devem auxiliar mutuamente e de que se acham ligados uns aos outros não se pode desenvolver no camponês. Desconhecem o espírito de solidariedade. Os operários, pelo contrário, trabalham juntos na fabrica, ajudam-se constantemente nos seus trabalhos. Um operário isolado nada pode fazer e por isso todos se devem auxiliar mutuamente. Na classe operária, por consequência, desenvolve-se o espírito de solidariedade, que falta aos camponeses. Eis porque os operários se organizam melhor e mais facilmente do que aqueles. Eis porque as revoluções operárias são muito mais fortes, muito mais numerosas do que as insurreições camponesas, que houve noutros tempos. Os camponeses não se puderam libertar de seus exploradores. Os seus levantes fracassavam constantemente. Os camponeses nunca puderam conquistar o poder, ao passo que os operários já dispõem de um dos maiores países do mundo, a Rússia, e se acham a caminho da conquista de outros países europeus. Deste modo, observando o que sucede na atualidade, ou o que aconteceu num período relativamente recente, percebemos a regularidade das mutações históricas, ou seja, que a História é impulsionada por homens de uma ocupação determinada, modificando-se segundo a classe social que a impulsiona. Assim vemos que, quando a massa popular era composta de camponeses, a História marchava com um ritmo diferente do de agora, em que se acham os operários à frente do movimento. Pois bem: como se formam essas classes? Por que, antes, a produção estava inteira-

mente nas mãos dos camponeses? Por que, naqueles tempos, não só o trigo, o linho ou a lã eram recebidos da aldeia onde cada qual trabalhava em sua fração de terra, mas, também, as botas e as roupas, feitas por artesãos isolados, que trabalhavam em suas casas, ao passo que agora temos grandes fabricas de calçados, grandes armazéns de vestuários, etc., etc.? Porque, naqueles tempos, o homem devia fazer tudo com suas mãos. Não se pode dizer que não houvesse máquinas, mas eram movidas a água, como, por exemplo, os moinhos, e pouco numerosos. Há menos de duzentos anos, o homem começou a construir máquinas movidas a vapor; mais tarde, pela eletricidade e pelo calor; atualmente, pelos motores a petróleo e por outros combustíveis. Com o aparecimento das máquinas, foi possível produzir objetos de toda natureza em muito maior quantidade e com muito mais rapidez. Sirva de exemplo o seguinte: quando se limpava o algodão à mão, era necessário empregar uma jornada inteira de trabalho para se limpar  $\frac{1}{2}$  quilo: agora, com a limpeza à máquina, um operário pode limpar, num dia, 50 quilos de algodão. Daí resultou tornar-se desvantajoso o trabalho individual, e, como era impossível cada operário prover-se de uma máquina, começaram a agrupar-se em torno delas. Assim nasceu a produção em grande escala, assim surgiram as fabricas. Os proprietários das máquinas, os patrões ou a burguesia, converteram-se em donos de tudo. Ao passo que davam aos operários a possibilidade de trabalhar nas máquinas, tiravam-lhes tudo o que produziam, pagando-lhes uma miserável retribuição. Assim formou-se a classe dos operários que não trabalhavam em sua casa e sim na alheia, não com suas próprias mãos, mas com o au-

xílio de maquinas que não lhes pertenciam. Deste modo formou-se o proletariado. Consequentemente, a aparição de uma classe social explica-se pela forma por que se rege a economia. Antes, a economia era pequena, cada qual trabalhava isoladamente; este era um regime social. Depois, o trabalho passou a realizar-se em comum e surgiu outro regime. Na base de todas as transformações achava-se, por conseguinte, uma transformação de ordem economica. Que obriga o homem a produzir? Isto é claro para todos. Para compreendê-lo, basta ver o que produziam os camponeses noutros tempos e o que se produz agora nas fabricas. A economia agraria produz cereais, carne, lã, linho, numa palavra, as materias primas de que temos necessidade para a alimentação e a indumentaria. As fabricas fazem conservas destes produtos, roupas, calçados, numa palavra, transformam essas materias primas na forma mais adequada ao consumo. Tudo isto, no fim de contas, serve para sustentar a vida humana. O homem, por conseguinte, produz para ter a possibilidade de subsistir. Para isto, repito, não ha necessidade de explicações, pois até uma criança é capaz de compreendê-lo. De modo que, se, na base de todas as transformações historicas, se acham as transformações de ordem economica, isto significa que o que obriga o homem a trabalhar são suas necessidades materiais, o desejo que o impele a salvar-se da fome e do frio. Logo, toda ação humana e toda a Historia tem sua base nas necessidades materiais. Daí chamar-se materialismo historico a interpretação que damos à Historia. Esta concepção da Historia foi divulgada pela classe social, que compreendeu primeiramente a solidariedade dos interesses comuns de todos os trabalhadores e que leva a seu termo a

revolução atual. A concepção materialista da Historia é a concepção proletaria. Antes, quando a instrução se achava nas mãos da burguesia, isto é, da classe que possui os meios de produção, as fabricas, as estradas de ferro, a terra, etc., numa palavra, que vive da exploração dos demais, a Historia interpretava-se de outro modo. Todas as transformações da sociedade humana eram explicadas pelas transformações operadas no pensamento dos homens que disputavam a riqueza e do poder. Apresentavam as coisas do seguinte modo: a principio, os homens não refletiam sobre a causa e o meio por que se havia formado tal ou qual ordem social e submetiam-se docilmente à mesma. Daí o não haver revoluções. Mas apareceram pessoas que começaram a criticar essa sociedade, isto é, a ver nela alguns defeitos, e contagiaram a massa com a duvida sobre a justiça de tal ordem de coisas. A massa ouviu esses agitadores e instigadores e começou a revoltar-se. Segundo a burguesia, nasceram deste modo as revoluções. Em resumo, para a burguesia, as coisas passavam-se na Historia do mesmo modo que na fabrica ou no armazem: o patrão raciona, projeta e manda; os operarios ou os empregados obedecem. Não é difficil compreender o erro desta explicação. Com efeito, a não ser pelo que dissemos atrás, se os exploradores da classe operaria, os capitalistas, não roubassem aos operarios os produtos do seu trabalho, e pagassem por esses produtos o seu justo valor, que agitadores seriam capazes de obrigar essa massa a revoltar-se? Se, por meio da agitação, se, por processos de divulgação, orais ou escritos, se pode provocar a revolta, isto indica que ela pode ser provocada no seio de qualquer classe, e, por consequência, deveria ser tão possível revoltar a burgue-

sia como os operarios. Melhor ainda, seria mais facil provocar a revolta da burguesia, pois sendo, como é, mais instruida, pode compreender mais facilmente qualquer propaganda. Por que só a classe mais pobre e por isso mesmo a mais ignorante se deixa influenciar, enquanto a classe burguesa, mais ilustrada, é em todas as partes inimiga da revolução, e, digam o que quiserem os agitadores, não os escutam e lhes viram as costas? Porque essa agitação é desvantajosa para a burguesia e se acha em opposição com os seus interesses materiais. E, ao mesmo tempo que defende estes interesses materiais, que defende o direito de explorar o trabalho alheio, vivendo tranquilamente em magnificas vendas, a burguesia não só não escuta os agitadores, mas fuzila e enforca todo aquele que lhe cai nas mãos e luta raivosamente contra os operarios que aspiram a uma existencia melhor. Assim, pois, o motor da Historia é a luta de classe, isto é, das classes oprimidas, exploradas, dos operarios e camponeses, contra as classes que as oprimem e as exploram, contra a burguesia e os camponeses ricos. Em segundo lugar, a Historia é movida pelos interesses materiais, ou melhor, pela necessidade que o homem tem de alimentação, vestimentas, habitações, calor, etc. Os homens aspiram à satisfação dessas necessidades e é preciso esforçarem-se para que sejam satisfeitas da maneira mais justa possível, isto é, que todos os bens restres se distribuam entre todos segundo suas necessidades: esta é a aspiração socialista. Este exemplo revela que não só compreendemos o presente pelo passado, mas também explicamos o passado pelo presente, com a condição de observarmos um periodo de tempo suficientemente longo. Se observarmos unicamente o que acontece em volta de nós, não com-

preenderemos o que sucede agora. Observando-se apenas o que succede em nossa volta, não vendo classes, mas unicamente individuos isolados, poderemos crer que, com efeito, a Historia é feita por estes. Para ver o processo historico, isto é, o movimento da Historia em seu conjunto, deveremos separar-nos um pouco dela e contemplá-la, por assim dizer, de fora. A essencia da Historia está, pois, no desenvolvimento gradual ou, melhor, na modificação gradual da sociedade humana. O fim immediato deste desenvolvimento é o socialismo, isto é, a passagem da terra e de todos os seus produtos, assim como de todos os demais instrumentos de produção, fabricas, oficinas, etc., e todos os meios de transportes, estradas de ferro, etc., para as mãos dos que trabalham. E' este o fim immediato. Mas, com isto, naturalmente, não terminará a evolução da sociedade humana. Agora não podemos prever o que ocorrerá mais adiante, como se desenvolverá a sociedade socialista. Mas, quando forem conhecidas exatamente as leis que presidem ao desenvolvimento da sociedade humana, poderemos, então, prever a marcha da evolução humana, não só nos anos proximos vindouros, mas, também, nos seculos futuros. Não vamos, no entanto, tão longe e vejamos melhor o que ela é e o que foi. Dissemos já que a base do desenvolvimento da sociedade humana reside na economia, ou seja, na luta do homem com a Natureza pela existencia, pelo pedaço de pão e pelo carvão, etc. E' claro que esta luta depende, antes de mais nada, da Natureza que rodeia o homem. Para compreender o processo historico, isto é, o modo por que se desenvolve a Historia neste ou naquele país, é necessario ter, antes, uma ideia das condições naturais do mesmo e do grau de desenvolvimento das forças produtivas à época. Se

olharmos para o modo como estão disseminados pela terra os diferentes povos, instruídos e não instruídos, cultos e selvagens, veremos que os povos mais cultos ocupam as partes do globo em que reina um clima temperado, em que não faz nem demasiado calor nem demasiado frio. Em sentido oposto, encontraremos os povos selvagens, ora nos países mais quentes, nos quais é difícil toda vida económica em consequência do calor excessivo, ora nos países mais frios. As tribus primitivas que mais se assemelham ao homem de ha centenas de milhares de anos são, de um lado, os esquimaus, que habitam o norte polar, onde não existe nenhuma vegetação, onde só é possível subsistir graças à caça e à pesca, e, de outro lado, os *vedhaki* na ilha de Ceilão, quase no Equador, e as chamadas tribus anãs da Africa central, que vivem em paragens onde não existe o inverno e onde o calor asfixiante é seguido de chuvas torrenciais. Apesar disso, a economia pode desenvolver-se também em países muito quentes, no proprio Equador; porém, não na planície, mas nas alturas, nas montanhas, onde o ar é muito mais fresco. Assim, por exemplo, os europeus acharam na America Latina um povo muito instruído, os "Incas", entre os quais a agricultura se achava bastante desenvolvida, a irrigação artificial, etc., numa região ocupada atualmente por um Estado que traz precisamente o nome de "Equador". Mas os "Incas" viviam numa altura de duas ou tres *verstas* (1) acima do nível do mar. Por conseguinte, é preciso tomar em consideração não só a latitude do lugar que nos interessa — encontra-se numa zona torrida ou numa zona fria — mas, também, sua altitude —

(1) Uma *versta* corresponde a 1.067 metros.

tratam-se de montanhas ou planícies. A Natureza influi sobre a economia particular de um povo não só sob o ponto de vista do clima. Às vezes, este ou aquele carater da economia depende da existência de um determinado animal util. Assim, por exemplo, muitas tribus das regiões longinquas do norte da Europa e da Asia vivem dos veados: o veado fornece-lhes os alimentos (carne), a roupa (pele) e o material para os utensilios (chifres), etc. Essas tribus lidam com rebanhos de veados semi-selvagens e a epizootia dos veados significa a morte, pela fome, não só de famílias, mas de tribus inteiras. Isto sucede não só aos selvagens, mas, também, aos povos cultos: o bem estar dos habitantes da França occidental, das margens do Oceano Atlantico, depende em grande parte das sardinhas. A população que habita essas margens vive dessa pesca e o facto de não haver sardinhas produz para os pescadores francezes os mesmos efeitos que a seca para os camponeses russos. Isto não quer dizer que esta influencia tenha sido sempre igual em todos os lugares e em todos os tempos. Não. Os homens modificam-se, e, à medida que se vão modificando, modificam também suas relações com a Natureza. Assim, por exemplo, para a população primitiva da planície russa, que ainda não dispunha de ferramentas, a floresta representava um obstaculo invencível. Abrir passagem através da floresta era muito difícil. Consegui-lo era tido como uma façanha da qual se falava durante muito tempo. A floresta era considerada um lugar terrível, povoado por toda especie de monstros e a população da Russia mantinha-se habitualmente, nessa epoca, nos limites das florestas e das estepes. Mas chegaram à Russia central os primeiros eslavos que trouxeram a acha de ferro. Quando,

nas excavações, se descobrem restos das povoações eslavas, cemiterios, etc., reconhecemo-las imediatamente por essas achas. Com o seu auxilio, o homem abria caminho na selva, cortava as arvores e construia suas habitações com a madeira. E o que, antes, era um motivo de pavor, se converteu, pelo contrario, na base principal da economia do homem, pois a primeira economia dos eslavos foi florestal. As primeiras occupações que encontramos são: a apicultura, a caça, a extração de peles ou de carne das feras, e, depois, a chamada agricultura florestal. Cortavam as arvores, queimavam-nas, empregavam a cinza como excelente adubo e, na terra adubada, semeavam o trigo. Por conseguinte, a economia estava intimamente ligada à floresta. Isto demonstra como se transformam as relações do homem com a Natureza, à medida que se modificam as suas condições de existência. Eis aqui outro exemplo ainda mais eloquente: quando os primeiros povoadores europeus chegaram à America, a população indigena, os peles vermelhas dedicavam-se exclusivamente à caça. Pequenas tribus erravam pela planície imensa e como unica occupação perseguiram as feras. Mas, chegando os europeus à America, ao cabo de duzentos anos, naquelas planícies em que vagavam as hordas caçadoras, apareceu um dos Estados mais cultos do mundo, com uma magnifica agricultura, com enormes fabricas, com estradas de ferro, etc. Na actualidade, os Estados Unidos são um país que, do ponto de vista tecnico, se acha na vanguarda de todos os países do mundo. Foi isto o que sucedeu quando os europeus, que trouxeram consigo a cultura europeia, isto é, os processos e os habitos do trabalho europeu, chegaram à America, cujos primitivos habitantes se dedicavam exclusivamente à caça. Se des-

tes exemplos gerais passarmos ao exemplo da Russia, de cuja historia nos vamos ocupar, veremos que as condições naturais das planícies do oriente da Europa, ocupadas pelo povo russo, se distinguem pelo seu carater rigoroso. No nosso país, o inverno é longo e o verão curto. Por isso, os trabalhos agricolas ocupam na Russia pequena parte do tempo. Na Russia central, é preciso arar, semear e colher num periodo de cinco meses. Num dos nossos vizinhos, a Alemanha, os trabalhos agricolas podem prolongar-se durante sete meses, isto é, a maior parte do ano, ao passo que na Russia os agricoltores nada têm que fazer na terra durante a maior parte do ano. E, se avançamos mais para o oeste, na França, nas margens do Oceano Atlantico, encontramos tais condições climatericas que permitem ao homem trabalhar durante o inverno, isto é, todo o ano. Assim, na Bretanha ou nas hortas das redondezas de Paris, durante todo o ano crescem legumes! Daí falar-se em legumes de verão e legumes de inverno. Não é difícil compreender que nesses países, onde se pode trabalhar a terra durante todo o ano, o rendimento do trabalho agricola é maior que naqueles países em que o agricultor trabalha somente uma parte do ano. Noutras palavras: naqueles países a acumulação de bens realiza-se com maior rapidez. Assim, pois, em consequencia do nosso clima rigoroso, o desenvolvimento agricola da Russia tinha que se efetuar mais lentamente do que nos países de melhores condições climatericas. É natural que, enquanto a principal occupação do povo russo fosse a agricultura, a Russia marchasse na retaguarda dos demais povos. Só conseguiu alcança-los quando começou o desenvolvimento das industrias e aparceram as fabricas. Estas podem transformar não só a materia prima

que o país proporciona, mas, também, a que vem de países longínquos. Nossas fabricas de tecidos trabalham com o algodão da America ou do Turquestão. O comercio e a industria, por conseguinte, aceleram extraordinariamente o desenvolvimento da economia e tornam-na independente das condições naturais. Convem dizer aqui que, mesmo do ponto de vista do desenvolvimento comercial, a Russia se acha em condições menos favoráveis do que os países da Europa Central. A agua foi, e continua sendo, a melhor via de transporte. O melhor meio de comunicações entre os diversos países é o mar. Noutros tempos, quando não havia estradas de ferro, era o unico meio de comunicação. O grande comercio só se podia efetuar pelo mar; pela via terrestre, só era possível transportar escassas mercadorias, e caras, pois o transporte das mesmas por meio da força animal, de um país para outro, era excessivamente custoso. O mesmo acontece atualmente. Repito, pois, que, antes de existirem estradas de ferro, a via de comunicação mais comoda e mais barata era o mar; o transporte de mercadorias em grandes quantidades podia efetuar-se unicamente por via marítima. Assim se explica a industria e o comercio começarem a desenvolver-se naqueles povos europeus que tinham acesso mais facil ao mar. Começam a desenvolver-se, em primeiro lugar, nos países das costas do Mediterraneo, como a Grecia e a Italia; depois, nos países insulares, como a Inglaterra, ou países como a Holanda, tão intimamente unida ao mar que, nalguns lugares, apenas se chega ao nível de mesmo. A Russia, desse ponto de vista, está muito desfavorecida. A Russia central, na qual se desenvolveu principalmente a Historia, acha-se a uma distancia de 600-800 *verstas* do mar mais proximo; ade-

mais, a parte oriental do Baltico, o mar Branco e o golfo do mar Glacial cobrem-se de gelo no inverno e são inacessíveis à navegação. O mar Negro, no sul, não gela, porem dista da Russia central, não 600-800 *verstas*, mas muito mais de mil. E' verdade que afluem ao sul varios rios caudalosos como o Dnieper, o Don, o Volga, mas estes rios gelam no inverno e, no mais importante deles, o Dnieper, que desemboca no mar Negro, existem obstaculos que dificultam constantemente a navegação; o maior desses rios, o Volga, não desemboca no mar, mas num lago, que, apesar de ser chamado mar Caspio por suas enormes dimensões, não tem saída alguma. Todas estas circunstancias determinaram que na Russia central o comercio, e com ele a industria e a agricultura, se desenvolvesse com mais dificuldade do que noutras partes. Era mais difficil para a Russia começar, por esse motivo, mas, uma vez iniciada, avançou, como veremos mais adiante, com maior rapidez que os outros países, pois o aparecimento do comercio e da industria provoca sempre novos progressos da ciencia e da tecnica. Isto acelera, por sua vez, extraordinariamente, o desenvolvimento economico e dá possibilidade ao homem de defender-se com exito contra as condições naturais desfavoráveis, vencendo a Natureza. A parte setentrional da Africa é ocupada pelo deserto esteril do Saara e enquanto viveram nela os arabes não foi possível quase nenhum cultivo. Só nos lugares em que havia agua se formavam oásis, que eram, contudo, pouco numerosos. Quando os franceses ocuparam a parte setentrional da Africa trouxeram consigo sua tecnica. Os franceses começaram a perfurar o solo e não tardaram em descobrir que no Saara havia agua — ainda que se achasse a grande profundidade — e

que era possível consegui-la por intermedio de poços artesianos. Uma vez obtida assim a agua, os franceses construíram um sistema de irrigação artificial, graças ao qual surgiu uma serie de oásis cheios de palmeiras, que fornecem magníficas colheitas de tamaras. Estas constituem, nessas regiões, quase que o unico alimento, substituindo o pão, a carne, etc. Assim, pois, graças à superioridade da tecnica europeia, foi possível converter-se em jardins floridos, o que antes era considerado como um deserto condenado para sempre à esterilidade. Outro exemplo mais novo e ainda mais admiravel. Graças aos recentes progressos da ciencia, conseguiu-se não só fazer surgir uma vegetação em lugares considerados estereis, mas criar variedades de plantas completamente novas. Resumindo: o homem depende da Natureza e a Historia avança

com maior ou menor rapidez, conforme forem as condições naturais a que cada povo se ache submetido. Mas este poder da Natureza não é ilimitado. O homem pode vencer a Natureza e, portanto, ela não é a base da economia. A Natureza constitui apenas o material para essa economia. A base da economia é o trabalho humano: quanto mais perfeito fôr este trabalho, quanto mais tenaz e inteligente, menos dependerá o homem da Natureza. E não é difficil prever que, no futuro, quando a ciencia e a tecnica chegarem a um grau de perfeição que, agora, não podemos imaginar, a Natureza será, nas mãos do homem, uma substancia maleavel; com a qual fará o que melhor lhe aprouver. (Pokróvski — *As causas economicas da revolução russa*, pags. 4 a 13 — Edit. Calvino Ltda., 1944).

DOS IMBECIS E EXPLORADORES TUDO SE ESPERA — “Quando se diz que certos industriais ganham mais de 100 mil cruzeiros por dia, ou que alguém perdeu 1 milhão de cruzeiros na vertigem da roleta, ou ganhou 2 milhões na histeria do pif-paf, é um simples comentário que, na roda imbecil dos granfinos, ainda serve de recomendação ou de honraria. Se, porém, nos mesmos círculos, alguém disser que um pedreiro ganha 40 cruzeiros por dia, é um Deus nos acuda.” (João Mangabeira).

CAPITALISMO, UM OBSTACULO — ... “se na América do Norte as forças produtoras atingiram ao máximo do seu desenvolvimento no período da guerra, foi exatamente porque, a bem dizer, durante esta fase, o regime capitalista hibernou, deixando de dirigir a produção, quase toda ela na posse ou sob o contróle do Estado. Assim, o capitalismo, que diziam ser a livre iniciativa, a empresa livre e a livre concorrência, só atinge o seu apogeu quando a iniciativa é dirigida, a empresa é circunscrita e o mercado é controlado. (João Mangabeira).

## De Tudo, um Pouco...

**RELIGIÃO, PRODUTO SOCIAL** — “Em geral, o reflexo religioso do mundo real só poderá desaparecer no dia em que as condições da vida cotidiana prática do homem trabalhador apresentarem relações nitidamente racionais, não só dos homens entre si como com a natureza. O ciclo da vida social, isto é, do processo material da produção, só se despojará de seu véu místico e nebuloso no dia em que seu conjunto aparecer como produto de homens livremente associados e que exerçam controle consciente e metódico. Mas, para tanto, é preciso que a sociedade tenha uma base material ou que exista toda uma série de condições materiais da vida, que, por seu lado, sejam o produto natural de uma longa e penosa evolução.” (Marx — *O Capital*, pág. 147, vol. 1, Livro I — Edit. Calvino Ltda., 1946).

**LEDO ENGANO!** — ... “Os reacionários e fascistas, sabem que para liquidar a democracia é preciso começar pelo começo. (Aplausos). “É” preciso começar pelo começo, repito. E o começo é a liquidação do Partido do proletariado”. (Palmas e vivas).

E Prestes prossegue: as forças da reação acreditaram que podiam liquidar o nosso Partido e dar assim o primeiro passo para a instauração de uma ditadura fascista em nossa terra. Acreditaram que isso constituiria uma fácil tarefa e que dessa maneira acabariam com o comunismo no Brasil. “Mas como é ilusória essa esperança dêsses senhores reacionários! Porque enquanto existir capitalismo, enquanto existir miséria e fome, enquanto existir a exploração do homem pelo homem, existirá o Partido Comunista!” (A massa aplaude com enorme entusiasmo). (Prestes — *Discurso na Esplanada do Castelo*, em 22-4-1946).

**CONTRADIÇÃO BÁSICA** — “Enquanto a força produtiva aumenta em proporção geométrica, a expansão dos mercados marcha quando muito em proporção aritmética”. (Engels — prefácio a *O Capital*, 1.<sup>a</sup> edição inglesa). Eis a origem fundamental das guerras imperialistas e a base da revolução social, pela incapacidade do capitalismo resolver essa contradição fundamental do desenvolvimento da produção e circulação capitalistas.

## Perguntas e Respostas

Em 9 de setembro de 1927, Stálin recebeu a Primeira Delegação Operária Americana que visitou a URSS. A delegação apresentou-lhe uma série de perguntas, das quais destacamos a seguinte:

**PERGUNTA** — *Sendo legal, na Rússia, apenas um Partido, como podeis saber que as massas simpatizam com o comunismo?*

**RESPOSTA** — Stálin respondeu nos seguintes termos: “É verdade que, na URSS, não existem partidos burgueses legais; que apenas um partido, o partido dos operários, o Partido Comunista, goza da legalidade. Existem, entretanto, entre nós, meios e modos de nos convencerem de que a maioria dos operários, a maioria das massas trabalhadoras simpatizam com os comunistas? Trata-se evidentemente das massas operárias e camponesas e não da nova burguesia, não dos restos das antigas classes exploradoras, já derrotadas pelo proletariado. Sim, temos a possibilidade, temos meios e modos de saber se as massas operárias e camponesas simpatizam ou não simpatizam com os comunistas. Tomemos os períodos mais importantes da vida do nosso país e vejamos se há lugar para afirmar que as massas simpatizam realmente com os comunistas.

Tomemos, antes de mais nada, um período importante como foi o da revolução de outubro de 1917, em que o Partido Comunista, precisamente como partido, concitava abertamente os operários e os camponeses a derrubar o poder da burguesia, período êsse em que o Partido teve o apoio da imensa maioria de operários, soldados e camponeses. Qual era, então, a situação? No poder, encontravam-se os socialistas-revolucionários (os S.R.) e os social-democratas (os mencheviques), que formavam um bloco com a burguesia. O aparelho do poder, no centro e nas províncias, da mesma forma que o comando de um exército de doze milhões de homens, encontrava-se nas mãos do Governo. O Partido Comunista estava reduzido a uma semi-legalidade. Os burgueses de todos os países profetizavam a derrota inelutável do Partido Bolchevique. A Entente estava, inteiramente e sem reservas, a favor do governo de Keriénski. No entanto, o Partido Comunista, o Partido Bolchevique, não cessava de concitar o proletariado a derrubar êsse governo e a instaurar a ditadura do proletariado. E que aconteceu afinal? A enorme maioria das massas trabalhadoras, na retaguarda e nas frentes de luta, apoiaram da maneira mais resoluta o Partido Bolchevique e o Governo Keriénski foi derrubado, instaurando-se o poder do proletariado. Como foi possível conseguir que os bolcheviques saíssem afinal vitoriosos, apesar de todas as profecias hostis dos burgueses de todos os países sobre a queda do Partido Bolchevique? Não é essa uma prova de que as grandes massas de trabalhadores simpatizam com o Partido Bolchevique? Acredito que o seja. Eis aí, pois, uma primeira verificação da autoridade e da influência do Partido Comunista sobre as grandes massas da população.

Temos o período seguinte, o da intervenção militar, o da guerra civil, quando os capitalistas ingleses ocupavam o norte da Rússia, a região de Arrânguelsk e de Murmansk; quando os capitalistas americanos, ingleses, japoneses e franceses ocupavam a Sibéria tendo à sua frente Koltchák; quando os capitalistas franceses e ingleses haviam tomado medidas para ocupar o "sul da Rússia", quando o máximo apoio a Denikin e Wrangel. Essa foi uma guerra sustentada pela Entente e pelos generais contra-revolucionários da Rússia contra o Governo comunista de Moscou, contra as conquistas de nossa Revolução de Outubro. Foi um período de verificação da força e da estabilidade do Partido Comunista no seio das grandes massas operárias e camponesas. E que aconteceu? Não é verdade que a guerra civil deu como resultado serem os ocupantes de nosso território lançados fora da Rússia e os generais contra-revolucionários exterminados pelo Exército Vermelho? Verificou-se, então, que aquilo que decide da sorte da guerra, afinal de contas, não é a técnica, da qual os inimigos da URSS tinham abundantemente aperelhado Koltchák e Denikin, mas uma política justa, a simpatia e o apoio da massa popular. Teria sido por acaso que o Partido Bolchevique conseguiu a vitória nessa época? Evidentemente não. Não é isso uma prova de que o Partido Comunista goza entre nós da simpatia das grandes massas trabalhadoras? Acredito que é uma delas. Eis aí, portanto, uma segunda verificação da força e da estabilidade do Partido Comunista na URSS.

Passemos ao período atual, ao período do após-guerra, quando os problemas da edificação pacífica foram inscritos em ordem do dia; quando a fase da desordem econômica cedeu lugar à fase da reconstrução da indústria e, em seguida, à fase da reconstrução de toda nossa economia nacional sobre uma nova base técnica. Tivemos nós, nesse período, meios e modos para verificar a força e a estabilidade do Partido Comunista, para determinar o grau de simpatia das grandes massas trabalhadoras em relação a esse Partido? Acredito que sim. Tomemos primeiramente os sindicatos que agrupam perto de dez milhões de proletários e vejamos a composição dos organismos dirigentes de nossos sindicatos. Será por acaso que à frente desses organismos se encontram elementos comunistas? Evidentemente não. Seria absurdo acreditar que os operários da URSS se desinteressassem da composição dos organismos sindicais dirigentes. Os operários da URSS aumentaram em número e se organizaram dentro da tormenta de três revoluções. Melhor do que ninguém eles aprenderam a fiscalizar seus dirigentes e afastá-los sempre que não satisfaçam os interesses do proletariado. O homem que gozou de maior prestígio popular em nosso Partido, durante certa época, foi Plerránov. Entretanto, os operários não hesitaram em afastá-lo resolutamente desde que adquiriram a convicção de que Plerránov havia abandonado a linha proletária. E se tais operários manifestam sua plena confiança aos comunistas, elevando-os aos postos de responsabilidade nos sindicatos, isso representa necessariamente uma prova direta de que a força e a estabilidade do Partido Comunista são enormes entre os operários da URSS. Eis aí, portanto, uma verificação do facto de

que as grandes massas operárias simpatizam incontestavelmente com o Partido Comunista.

Examinemos as últimas eleições para os Soviets. Entre nós, tem o direito de eleger os Soviets toda a população adulta da URSS, a partir da idade de 18 anos, sem distinção de sexo nem de nacionalidade, exceto os elementos burgueses; que exploram o trabalho alheio e são privados de direitos eleitorais. Essa massa perfaz um total de cerca de sessenta milhões de eleitores. A imensa maioria dessa massa é, evidentemente, de camponeses. Sobre esses sessenta milhões de eleitores, cerca de 51 %, ou sejam mais de trinta milhões de pessoas, exercem o direito de voto. Vide agora a composição dos organismos dirigentes dos nossos Soviets, no centro e nas províncias. Podemos atribuir ao acaso o facto de que os comunistas constituam a imensa maioria dos elementos dirigentes eleitos? Está claro que não poderíamos considerar tal facto como um efeito do acaso. Esse facto não prova que o Partido Comunista goza da confiança das massas camponesas? Creio que sim. Eis aí, portanto, uma outra verificação da força e da estabilidade do Partido Comunista.

Tomemos o *Komsomol* (União da Juventude Comunista), que agrupa perto de dois milhões de jovens operários e camponeses. Poderemos atribuir ao acaso o facto de que os comunistas constituam a imensa maioria dos elementos dirigentes eleitos pela União da Juventude Comunista? Penso que não se pode atribuir esse facto ao acaso. Eis aí, portanto, outra verificação da força e da autoridade do Partido Comunista.

Tomemos, enfim, nossas inumeráveis conferências, assembléias, reuniões de delegados, etc., que englobam milhões de trabalhadores, homens e mulheres, operários e operárias, camponeses e camponesas, de todas as nacionalidades que constituem a União Soviética. No Ocidente, faz-se, por vezes, ironia a respeito dessas assembléias e conferências, afirmando-se que os russos, de uma maneira geral, gostam muito de falar. Ora, essas assembléias e conferências têm, para nós, enorme importância, no sentido de que permitem verificar o estado de espírito das massas, assim como de focalizar nossos erros e fixar os meios de remediá-los. Porque a verdade é que cometemos nossos erros e não procuramos dissimulá-los, preferindo confessá-los e corrigi-los lealmente, o que constitui a melhor maneira de aperfeiçoar a direção do país. Examinai os discursos dos oradores nessas conferências e nessas assembléias; examinai as observações cheias de senso comum e sem malícia desses "homens simples", desses operários e camponeses; examinai suas decisões e verificareis como são imensas a autoridade e a influência do Partido Comunista; verificareis que qualquer partido existente noutras partes do mundo poderá invejar essa influência e essa autoridade. Eis aí, portanto, ainda uma verificação da estabilidade do Partido Comunista.

Tais são os meios e modos que nos permitem verificar a força e a influência do Partido Comunista no seio das massas populares. Eis aí a maneira pela qual eu sei que as grandes massas operárias e camponesas da URSS apoiam o Partido Comunista."

## De Tudo, um Pouco...

O PROLETARIADO INGLÊS E A LITERATURA — “E, — o que demonstra a que ponto o proletariado inglês conseguiu adquirir uma cultura independente, — as manifestações mais importantes da nova literatura filosófica, política e poética são lidas quase exclusivamente pelos operários. O burguês, escravo do regime social e dos preconceitos que ele encerra, treme e se benze diante de tudo o que é verdadeiramente o ponto de partida de um progresso; o proletário tem os olhos abertos sobre isso e o estuda com prazer e sucesso. A esse respeito, os socialistas principalmente, muitíssimo fizeram pela cultura do proletariado; traduziram os materialistas franceses Helvecius, Diderot, etc., e os difundiram ao mesmo tempo que as melhores produções inglesas a baixo preço. A *Vida de Jesus*, de Strauss e a *Propriedade*, de Prudhon, circulam igualmente entre os proletários. Shelley, o genial e profético Shelley e Byron com seu ardor sensual e sua amarga sátira à sociedade existente, encontram a maior parte de seus leitores entre os operários; os burgueses só possuem dêles edições expurgadas, *family editions*, que são preparadas de acordo com a moral hipócrita da época. Os dois maiores filósofos práticos dos últimos tempos, Bentham e Godwin, são também, principalmente este último, propriedade quase exclusiva do proletariado; se bem que Bentham tenha também feito escola entre a burguesia radical, só o proletariado e os socialistas conseguiram desenvolvê-lo. Nessas bases, o proletariado criou-se uma literatura que lhe é própria, constituída principalmente pelos jornais e brochuras e cujo valor ultrapassa de muito toda a literatura burguesa.” (Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Obras, t. IV, págs. 227-228, ed. al.; Edit. Costes, t. II, págs. 182-184).

COMO ERA A NOSSA MOEDA — “Devido à insuficiência (nos séculos XVI e XVII) de moeda que sempre se registrou em S. Paulo, utilizavam-se aqui, como instrumentos de trocas, artigos de produção local.

“Variavam, de ano para ano, as mercadorias que faziam as vezes de moeda. Acompanhar essas variações é ter idéia exata da atividade econômica dos Paulistas, naqueles tempos afastados”. (Alcantara Machado.)

“Farinhas, carnes salgadas, couros, açúcar, algodão e pano de algodão e varias outras comodidades já funcionaram em S. Paulo como padrão de valores. O metal precioso sempre se mostrou escasso na primeira metade dos tempos coloniais.” (Simonsen, *Hist. Econ. do Brasil*, pag. 342.)

## Questões de Economia Política

### INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA (II)

#### O caráter histórico da Economia Política

“A Economia Política, no sentido mais amplo da palavra, é a ciência das leis que regem a produção e o intercâmbio dos meios materiais da vida na sociedade humana. Produção e troca são duas funções distintas. A produção pode desenvolver-se sem a troca, mas esta pressupõe, sempre, necessariamente, a produção, pelo próprio facto de que o que se troca são os produtos. Cada uma destas funções sociais sofre a influência de grande número de fenômenos exteriores, sendo que essa influência é subordinada, em grande parte, a leis próprias e específicas. Mas, ao mesmo tempo, a produção e a troca condicionam-se a cada passo, reciprocamente e influem de tal modo uma sobre a outra, que se pode dizer que são a abcissa e a ordenada da curva econômica.

“As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e, dentro de cada país, de geração para geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas, já foi dito, linhas atrás. Desde o arco e flecha, passando pelo machado de pedra do selvagem, com os seus atos de troca, raríssima e excepcional, até a máquina a vapor de mil cavalos de força, os teares mecânicos, as estradas de ferro e o Banco de Inglaterra, existe um verdadeiro abismo. Os habitantes da Terra do Fogo não conhecem a produção em grande escala, assim como não conhecem o comércio mundial, nem tão pouco as letras de câmbio que circulam a descoberto e os inesperados *craks* de Bôlsa. Quem quer que se empenhasse em reduzir a Economia Política da Terra do Fogo às mesmas leis por que se rege hoje a Economia da Inglaterra, não poderia, evidentemente, tirar nenhuma conclusão, a não ser uns quantos lugares comuns da mais vulgar trivialidade. A Economia Política é, portanto, uma ciência essencialmente histórica. A matéria sobre que versa é uma matéria histórica, isto é, sujeita a mudança constante. Somente depois de investigar as leis específicas de cada etapa concreta de produção e de troca, como conclusão, nos será permitido formular, a título de resumo, as poucas leis verdadeiramente gerais, aplicáveis à produção e à troca, quaisquer que sejam os sistemas. Com isto, quer se dizer que as leis, que se aplicam a um determinado sistema de produção ou a uma forma concreta de troca, são válidas também para todos os períodos históricos em que esse sistema de produção ou essa forma de troca se apresentem. Assim, por exemplo, no período em que se implanta na Economia o sistema de dinheiro metálico entra em ação toda uma série de leis que passam a reger e se mantêm vigentes

em todos os países e em tôdas as épocas da história em que a troca se realiza tendõ como mediador o dinheiro metálico.

“O regime de produção e de troca de uma sociedade histórica determinada, e, com êle, as condições históricas prévias que presidem a vida dessa sociedade, determinam, por sua vez, o regime de distribuição do que foi produzido. Na comunidade tribal ou na comuna camponesa, organizadas à base da propriedade coletiva do solo, regime pelo qual passaram — como se pode observar em seus nítidos vestígios — todos os povos civilizados da história, é perfeitamente compreensível que imperasse um sistema de distribuição quasi igualitário dos produtos. Ali onde aparece, na distribuição, uma desigualdade mais ou menos assinalada, esta desigualdade é mais um sintoma de que a comunidade começa a desagregar-se. A grande e a pequena agricultura correspondem a formas muito distintas de distribuição, conforme as condições históricas prévias de que tenham nascido. Mas é evidente que a agricultura em grande escala condiciona sempre um regime de distribuição completamente diferente do da pequena agricultura; é evidente que, enquanto a primeira pressupõe ou engendra necessariamente um antagonismo de classes — divisão em amos e escravos —, a segunda forma, pelo contrário, modela uma diferença de classes que não está condicionada, de modo algum, pelos indivíduos que trabalham na produção agrícola, mas que já revela a decadência que se inicia no regime de exploração parcelada do solo. A implantação e a difusão do dinheiro metálico nos países em que a Economia vinha se desenvolvendo, exclusiva ou predominantemente, pelas vias naturais, trouxeram consigo uma perturbação, mais ou menos intensa, mais ou menos rápida, do sistema tradicional de distribuição, uma modificação que torna ainda mais agudas as desigualdades da distribuição entre os indivíduos, acelerando assim a divisão entre ricos e pobres. A indústria artesanal da Idade Média, do tipo local e gremial, impossibilitava a existência de grandes capitalistas e de operários, assalariados por toda a vida, com a mesma força de necessidade com que a grande indústria moderna, a atual estrutura do crédito e a forma de troca adequada ao desenvolvimento desses dois factores, que é a livre concorrência, fazem crescer esses mesmos grandes capitalistas e operários assalariados.

“E com as diferenças no regime de distribuição surgem as *diferenças de classe*. A sociedade divide-se em classes privilegiadas e desprotegidas, exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas. E o Estado, que nasceu do desenvolvimento dos grupos naturais e primitivos em que se começaram a organizar as comunidades descendentes do mesmo tronco, para a direção de seus interesses comuns (irrigação da terra, nos países do Oriente, etc.), e para se defender contra os perigos de fora, formou para si, a partir de então, uma nova finalidade: a defesa, pelo uso da força, das condições de vida e de governo da classe dominante frente à classe dominada.

A distribuição não é, pois, um mero produto passivo da produção e da troca, mas, pelo contrário, repercute também e com força não inferior, sobre elas próprias. Todo novo regime de produção, toda nova forma de troca, tropeça, logo ao nascer, não só com a resistência passiva que lhe opõem as formas tradicionais e as instituições políticas ajusta-

das a elas, mas também com as barreiras do velho regime de distribuição. Por isso devem esse regime e essa forma lutar duramente e durante largo espaço de tempo até conquistar um sistema de distribuição adequado à nova modalidade de produção ou de troca. Mas, quanto mais dinâmico e mais capaz de aperfeiçoamento e desenvolvimento fôr um determinado regime de produção e de troca, mais depressa deverá alcançar também o regime de distribuição um grau de desenvolvimento que deixe para trás o regime seu predecessor, um grau de progresso que se torne incompatível com o regime antigo de troca e de produção. As velhas comunidades naturais, a que nos referimos atrás, puderam viver milhares de anos, como aliás ainda perduram em nossos dias entre os índios e muitos eslavos, antes que o comércio com o mundo exterior engendrasses em seu seio as diferenças de patrimônio que deveriam acarretar a sua dissolução. Ao contrário, a moderna produção capitalista, que não conta mais de trezentos anos de existência e não se impôs mesmo depois da implantação da grande indústria, isto é, até há uns cem anos, provocou, no entanto, durante este curto período, muitos antagonismos no regime de distribuição — de um lado a concentração de capitais em poucas mãos e, de outro, a concentração das massas não possuidoras nas cidades mais populosas, — de tal modo que estes antagonismos necessariamente a farão perecer” (1).

\* \* \*

*Dado o caráter histórico do estudo da Economia Política, verifica-se que, dialéticamente, cada regime econômico cumpre o seu papel progressista, pois, ao mesmo tempo que se desenvolve, vai desenvolvendo em seu seio a sua negação, que originará outro regime econômico superior, e, no desenrolar histórico, se produz revolucionariamente a síntese: um novo regime econômico e social.*

A escravidão cumpriu um papel progressista, porque permitiu o desenvolvimento das forças produtivas de então. Do regime escravagista — tese — e sua desagregação — antítese — surgiu o feudalismo — síntese. Dentro do regime feudal — tese — o desenvolvimento mercantil deu lugar ao nascimento dos burgos e da burguesia — antítese. O desenvolvimento, dentro do regime feudal, do sistema burguês, fez com que rompessem violentamente os pilares que o sustentavam. O Terceiro Estado (burguês) vence os aristocratas possuidores das terras e o alto Clero: a Revolução Inglesa de 1688, a Revolução Francesa de 1789, etc.

O progresso do regime burguês e do Terceiro Estado — tese — vai criando concomitantemente formas econômicas de organização socialista e uma força humana antitética: o proletariado, de que resultará o “Quarto Estado” — síntese. Com efeito, o industrialismo e o maquinismo criam a grande produção industrial e superam os quadros nacionais da economia. Os países ricos dominam os mais débeis. Vai-se formando uma só cadeia econômica mundial, dominada pelos principais Estados imperialistas. Mas, ao mesmo tempo, o proletariado une-se internacionalmente. E, assim como o Terceiro Estado rompeu, na França, a cadeia feudal-absolutista, o proletariado rompeu, na Rússia, a cadeia imperialista.

\* \* \*

A evolução — desenvolvimento dialético — não se detém nem mesmo no regime socialista. O regime socialista, dirigido pelo proletariado, evolue. Ao coletivizar a produção, ao resolver as contradições sociais, ao elevar a cultura, vai destruindo as classes sociais e, entre elas, o próprio proletariado como classe, criando as premissas para uma sociedade sem classes, a sociedade comunista, em que todos serão igualmente trabalhadores, sem distinção de manuais ou intelectuais. Terminará aí o processo histórico? Não. Terminarão, sim, as lutas de classes, com o desaparecimento das mesmas, mas perdurarão as contradições: Forças humanas e Forças naturais, Ignorância e Ciência, Paixão e Raciocínio, etc., continuarão provocando, já agora, numa evolução pacífica, novos e maiores progressos” (2).

1) Engels — *Anti-Dühring*, págs. 192-4.

2) Harari — *Introdução à Economia Política*, in *Introdução ao Estudo do Marxismo*, pág. 199 — Edit. Çalvino Ltda., 1946).

### Método de estudo da Economia Política

Marx afirmava: “E’ evidente que se deverá distinguir formalmente a arte da exposição do método de investigação. A investigação ou pesquisa deverá examinar a matéria em seu detalhe, analisar as diferentes formas de seu desenvolvimento e descobrir suas relações íntimas. E somente depois de realizado esse trabalho é que se poderá dar do movimento real a exposição correspondente”.

“Depois de se conseguir isso, ao apresentar a vida da matéria refletida na nossa consciência, acreditar-se-ia ter em nossa frente uma construção apriorística” (1).

“Portanto, uma vez descoberto o processo dialético da natureza real do movimento material, expressamos a lei desse processo e dizemos: Tese-Antítese-Síntese, que não são categorias mentais das quais depende a realidade ou categorias que acomodamos à realidade aprioristicamente, mas, pelo contrário, realidade à qual devemos acomodar nosso pensamento.

O método dialético supera o método dedutivo “puro”, que se contradiz quando parte de uma verdade induzida ou quando deriva em parte de uma concepção pretensamente não-induzida.

Supera também o método indutivo “puro”, porque este é limitado e exclusivamente empírico, pois não chega às leis científicas que, por sua vez, por dedução, nos guariam nas investigações.

Além disso, o método dialético supera o ecletismo indutivo-dedutivo da ciência atual, pois este escamoteia a relatividade de ambos os conceitos. Isto se deve a que supõem existir um abismo entre o particular e o geral, entre causa e efeito.

Quando eu digo: “Preciso de uma secretária” estou dizendo que necessito de uma secretária, de modo geral, isto é, de um móvel do

qual existem muitos tipos diferentes, mas que têm um conjunto de qualidades comuns que nos permite a generalização; ao mesmo tempo estou afirmando que preciso de uma coisa concreta e não abstrata como o conceito “secretária”; concreta como o é uma determinada secretária. Além disso, todo o facto é, ao mesmo tempo, *causa e efeito*, pela interdependência que une um a outro, no desenvolvimento.

Como investigava Marx? Observava a realidade. Conhecendo o movimento dialético da natureza, procurava na aparente unidade das coisas a contradição dialética no seu seio, que produz o seu movimento.

Estudando essa antítese, investiga para que síntese conduz esse processo.

Partiu, particularmente, da análise da mercadoria. E nela descobriu a lei econômica e histórica da existência de duas classes antagônicas e fundamentais: o capitalismo e o proletariado. Seus interesses irreconciliáveis produzem a luta de classes que, segundo Marx e os factos já comprovaram, leva à ditadura do proletariado, como uma parte do processo que conduz à síntese, a sociedade sem classes, na qual desaparecem os dois termos: tese e antítese, porque síntese” (2).

“Quando, pois, tomamos em consideração determinado país, do ponto de vista da economia política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua distribuição nas cidades, nos campos, no litoral, nos diversos ramos da produção, pela exportação e pela importação, produção e consumo anuais, preços, etc. Parece correto começar pelo que há de concreto e real nos dados, ou, seja, na economia, pela população, que é a base e o sujeito de todo ato social de produção. Encarando, todavia, as coisas mais de perto, isto se revela falso. A população é uma abstração, se se deixam de lado, por exemplo, as classes de que se compõe. Por sua vez, essas classes não passam de uma palavra vazia de sentido se se desconhecem os elementos em que repousam, por exemplo, o capital, o salariado. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, nada é sem trabalho assalariado, sem valor, sem dinheiro, sem preços, etc. Se, pois, se começasse pela população, seria uma representação caótica do todo e, por uma determinação mais restrita, chegar-se-ia, analiticamente, a conceitos cada vez mais simples, do concreto representado, chegar-se-ia a abstrações cada vez mais tênues, até que se atingissem as determinações mais simples. A partir daí, seria necessário repetir a viagem em sentido inverso, até que se chegasse, de novo, à população, mas, desta vez, não mais com uma representação caótica do todo, mas com uma rica totalidade de determinações e de relações diversas. O primeiro caminho foi o que a economia nascente tomou historicamente. Os economistas do século XVIII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo, a população, a nação, o Estado, uma multiplicidade de Estados, etc.; mas acabam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais, abstratas, divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc. Desde que esses factores isolados tenham sido fixados e abstraídos, os sistemas econômicos começam elevando-se do simples — trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca — para o Estado, para a troca internacional e para o mercado mundial. O último método, do simples para o complexo, é, evi-

dentemente, o método científico justo. O concreto é concreto, porque é a síntese de múltiplas-determinações, a unidade do múltiplo. No pensamento, ele aparece como processo de síntese, como resultado e não como ponto de partida, não obstante ser ele o verdadeiro ponto de partida e, conseqüentemente, o ponto de partida, também, da percepção e da representação. No primeiro método, do complexo para o simples, a representação plena é volatilizada em determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto, por intermédio do pensamento. Assim é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se deve por si mesmo, ao passo que o método, que se eleva do abstrato para o concreto, não é outra coisa senão o modo de proceder do pensamento, para apropriar-se do conceito, reproduzi-lo mentalmente como concreto. Isto, porém, não é, de modo algum, o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, o valor de troca, por exemplo, supõe a população, população que produz em relações determinadas e também certo tipo de família, de comunidade ou de Estado. Ela não pode jamais existir de outra maneira a não ser como relação unilateral, abstrata, de um todo concreto e vivo, já dado.

“Como categoria, o valor de troca, ao contrário, leva existência antediluviana. Para a consciência — e a consciência filosófica é determinada de tal modo que, para ela, o pensamento que concebe é o homem real e o mundo concebido é, como tal, o mundo real —, o movimento das categorias aparece, pois, como o verdadeiro ato de produção — que, de fora, apenas recebe um impulso —, cujo resultado é o mundo, e isto é exato, neste ponto — mas temos, de novo, uma tautologia — isto é, que a totalidade concreta, como a totalidade de pensamento, como um *concretum* de pensamento, é, de facto, um produto do pensamento, da concepção, não é, de modo algum, produto do conceito que se engendra a si próprio e concebe fora e acima da percepção e da representação, ela é a elaboração conceitual da percepção e da representação. O todo, tal como se apresenta na cabeça, como um todo mental, é um produto da cabeça pensante, que se apropria do mundo, da única maneira possível para ela, que difere da apropriação artística, religiosa, prática, espiritual, desse mundo. O sujeito concreto permanece de pé, depois, como antes, em sua independência, fora do cérebro — enquanto a cabeça apenas se comporta especulativamente, teoricamente. No método teórico também (da economia política), o sujeito, a sociedade, tem que estar sempre presente à representação como pressuposição” (3).

1) Marx — *O Capital*, Livro I, vol. 1, pag. 22 — Edit. Calvino Limitada, 1946.

2) Harari — *Introdução à Economia Política*, in *Introdução ao Estudo do Marxismo*, págs 212-14 — Edit. Calvino Ltda., 1946.

3) Marx — *Die Neue Zeit*, 1903.

## Crítica à Economia Política

“Marx foi e é o único que pôde concretizar a missão de extrair da lógica hegeliana a massa principal que encerra as verdadeiras descobertas de Hegel nesse terreno e o único que pôde estruturar o método dialético, despojando-o de seus estorvos idealistas e dando-lhe uma forma simples, que é a única forma justa do desenvolvimento ideológico. A elaboração desse método, que constitui a base da crítica da economia política realizada por Marx, nós a consideramos, em importância, apenas inferior à concepção materialista da história.

“Mesmo depois de adquirido esse método, a crítica da economia podia ser realizada ainda de duas maneiras: histórica e logicamente. Do mesmo modo que, na história e em seu reflexo literário, o desenvolvimento se processa geralmente das relações mais simples para as mais complexas, assim também a evolução histórica da literatura sobre economia política proporciona um fio condutor natural pelo qual a crítica se podia orientar, apresentando as categorias econômicas geralmente na mesma ordem do desenvolvimento lógico. Essa forma tem a vantagem aparente de maior clareza — e não é o desenvolvimento *real* que se pretende? —, mas, na verdade, o seu mérito seria, quando muito, de ser mais popular. A história procede, freqüentemente, por saltos e zigue-zagues e, se fôssemos segui-la em toda a sua trajetória, teríamos de inserir muito material de importância secundária e, ademais, o encadeamento do raciocínio teria de ser interrompido muitas vezes. Ou, por outras palavras: a história da economia não poderia ser escrita sem a história da sociedade burguesa, e o trabalho seria um nunca acabar, uma vez que ainda estariam faltando todas as preliminares.

“O método lógico de se fazer a crítica da economia era, portanto, o único adequado. E esse não é outro senão o método histórico apenas despojado da forma histórica e dos casos perturbadores. O encadeamento do raciocínio deve começar onde a história começa, e o seu desenvolvimento ulterior será apenas o reflexo, sob uma forma abstrata mas teoricamente conseqüente da evolução histórica; um reflexo corrigido, mas corrigido de acordo com leis que a própria evolução histórica fornece, e, isso, porque cada factor pode ser observado na plena madureza de seu desenvolvimento, em sua forma clássica.

“Com esse método, partimos da primeira e mais simples relação que, para nós, existe histórica e praticamente, isto é, da primeira relação econômica que se nos apresenta. E essa relação nós a analisamos. O facto de ser uma *relação* já implica na existência de duas partes que estejam em *relação uma com a outra*. Cada uma dessas partes é considerada de per si e assim deduzimos o comportamento recíproco e a ação e reação respectivas. Dessa análise resultarão contradições que deverão ser superadas. Mas, como não se trata de um processo intelectual abstrato, desenvolvendo-se em nossa cabeça, mas de um facto real que se verificou ou se está verificando realmente num momento qualquer, essas contradições também se desenvolverão praticamente e encontrarão provavelmente sua solução. Encontrada essa solução, constataremos ter sido ela alcançada através do estabelecimento de uma nova relação que,

por sua vez, se desenvolverá em duas partes antagônicas, etc. (1).

Mas a Economia Política, concebida como a ciência das condições e das formas sob as quais as diversas sociedades humanas produzem e trocam os seus produtos, e sob as quais se distribuem os produtos, esta Economia Política, nestes termos concebida, com tal amplitude, está ainda por se criar. Tudo o que até hoje possuímos de ciência econômica se reduz quasi exclusivamente à gênese e ao desenvolvimento do regime capitalista de produção. Ela parte da crítica dos restos das formas feudais de produção e de troca, põe em relêvo a necessidade de fazer desaparecer estes restos, substituindo-os por formas capitalistas, desenvolve as leis do regime capitalista de produção, com as suas formas correspondentes de troca no seu aspecto positivo, isto é, do ponto de vista em que contribuem para fomentar os fins gerais da sociedade e conclue com a crítica socialista do regime de produção do capitalismo, o que quer dizer com a exposição das leis que presidem o seu aspecto negativo, com a demonstração de que este regime de produção, por força de seu próprio desenvolvimento, se aproxima de um ponto em que a sua existência se torna impossível. Esta crítica torna patente que as formas capitalistas de produção e de troca vão se convertendo em entraves cada vez mais insuportáveis para a própria produção; que o regime de distribuição, necessariamente condicionado por essas formas, engendrou, por sua vez, uma situação de classe cada dia mais insuportável e mais aguda, um antagonismo sempre mais profundo entre alguns capitalistas, cada vez em menor número, porém cada vez mais ricos, e uma massa de operários assalariados, cada vez mais numerosa e, em geral, também mais desfavorecida e mal retribuída; e finalmente, demonstra que a massa das forças produtivas que engendra o regime capitalista de produção e que este regime não consegue mais governar, está esperando tome posse das próprias forças produtivas uma sociedade organizada sob um regime de cooperação, baseada num plano harmônico destinado a garantir a todos os indivíduos da sociedade, em proporção cada vez maior, os meios necessários de vida e os recursos para o livre desenvolvimento de sua capacidade.

Para compreender em todo o seu alcance esta crítica da Economia burguesa, não era suficiente conhecer a forma capitalista de produção, de troca e de distribuição. Era preciso investigar e trazer à comparação, embora apenas em seus traços mais gerais, as formas que a precederam e que, em países menos avançados, coexistem ainda com aquela. Até hoje, esta investigação e este estudo comparativo foram realizados somente por Marx, e devemos, portanto, a seus trabalhos, quasi que exclusivamente o que até agora se pôde esclarecer com relação à teoria econômica pré-burguesa.

Embora tivesse nascido, nos fins do século XVIII, em algumas cabeças geniais, a Economia Política, no sentido restrito, tal como a apresentam fisiocratas e Adam Smith, é essencialmente um fruto do século XVIII, figurando entre as conquistas dos grandes racionalistas franceses dessa época, participando, portanto, de tôdas as vantagens e todos os inconvenientes do tempo. O que dissemos dos racionalistas podemos aplicar também aos economistas desse século. A nova ciência

não era, para eles, uma expressão das circunstâncias e das necessidades da época em que viviam, mas, sim, um reflexo da razão eterna; as leis da produção e da troca, descobertas por eles, não possuem uma forma condicionada historicamente com a qual se deviam revestir essas atividades, mas outras tantas leis naturais eternas, derivadas da natureza humana. Mas o homem que eles tinham em conta era, na realidade, simplesmente o homem da classe média daqueles tempos, do qual depressa deveria brotar o homem burguês moderno, reduzindo-se a sua natureza apenas a fabricar e a comerciar, sob as condições historicamente condicionadas de então" (2).

1) Engels — *A propósito da "Contribuição à Crítica da Economia Política"*, de Karl Marx, in "*Marx, Engels e Marxismo*", pág. 89 — Edit. Calvino Ltda., 1945.

2) Engels — *Anti-Dühring*, págs. 201-3 — Edit. Calvino Ltda., 1944.

— Próxima publicação: *Ciência de uma economia anárquica e Limitação da Economia Política burguesa*.

POR QUE MANIFESTO COMUNISTA E NÃO SOCIALISTA? —

"Quando o *Manifesto* apareceu, não poderíamos chamá-lo de socialista. Sob o nome de socialista, compreendiam-se, em 1847, duas espécies de pessoas. De um lado, os adeptos dos diferentes sistemas utópicos e particularmente os owenistas na Inglaterra, os fourieristas na França que, desde essa época, não mais constituíam ambos senão simples seitas desajeitadas, destinadas à morte lenta pela extinção. De outro, os charlatães sociais de todo calibre, que, com suas panacéias variadas, sua clínica a retalho, pretendiam fazer desaparecer as misérias sociais, sem fazer o menor mal ao capital e ao lucro. Eram, nos dois casos, pessoas estranhas ao movimento operário e que procuravam, pelo contrário, o apoio das classes "cultas". Do outro lado, essa fração de operários que, convictos da insuficiência das simples comoções políticas, reclamavam uma transformação fundametnal da sociedade, essa fração tomava então o nome de comunista. Era um comunismo simplesmente esboçado, puramente instintivo, algumas vêzes até um pouco grosseiro, mas bastante forte para fazer nascer dois sistemas de comunismo utópico: na França, o comunismo icariano de Cabet, na Alemanha, o comunismo de Weitling! Em 1847, o socialismo era sinônimo de movimento burguês e o comunismo de movimento operário. O socialismo, pelo menos no continente, tinha sua entrada nos salões; o comunismo não. E como, desde esse momento, considerávamos claramente que "a emancipação dos operários deve ser obra da própria classe operária" não podíamos hesitar um só instante sobre o nome a escolher. E, desde então, nunca nos veiu a idéia de repudiá-lo. (Marx e Engels — *Manifesto Comunista*, págs. 66-7 — Editorial Calvino Ltda.).

# De Tudo, um Pouco...

**REVOLUÇÃO CULTURAL** — “Nossos adversários disseram várias vezes que empreendemos uma obra insensata querendo instaurar o socialismo num país sem bastante cultura. Mas enganaram-se; disseram que começamos pelo fim sem respeitar as regras da teoria (de todos os pedantes) e que entre nós a transformação política e social precedeu essa transformação cultural, essa revolução cultural, diante da qual nos encontramos agora, apesar de tudo. Essa revolução cultural basta-nos agora para que nos tornemos um país inteiramente socialista, mas, para nós, essa revolução cultural apresenta dificuldades incríveis, não só sob o aspecto propriamente cultural (porque somos iletrados), mas também de ordem material (porque para ser culto é preciso um certo desenvolvimento de meios materiais de produção, é preciso uma certa base material)”. (Lénin, *Sobre a Cooperação*, 6 de janeiro de 1923. *Obras*, t. XXVII, pág. 397, ed. russa).

**COMO ERAM OS ENGENHOS...** — “O engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, da casa do engenho, da moradia, senzala e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapê (de novecentas braças, quadradas), além dos pastos, cercas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais” (Porto Seguro e Rodolfo Garcia — *Hist. Geral do Brasil*).

**LÉNIN E O FOLCLORE** — “Anunciei a Vladimir Ilitch que possuía em minha biblioteca uma boa coleção de epopéias escolhidas do folclore russo, canções populares e contos: êle logo pediu-me o livro emprestado. “Que matéria interessante! — disse-me, quando entrei uma manhã em sua casa. Percorri rapidamente êsses livros, mas vejo que nos faltam verdadeiramente homens e vontades para generalizar tudo isso, para examiná-lo de um ponto de vista social e político: poder-se-ia, com tudo isto, escrever um excelente estudo sobre as aspirações e os desejos do povo. Deveríamos chamá-lo para isso a atenção de nossos historiadores da literatura. Eis aí uma verdadeira criação do povo e é tão importante, tão necessária para se estudar a psicologia do povo de nossos dias.” (Bortch-Bruevitch, *Lénin Sobre a Poesia. La literatournom Poston*, 1921, n.º 4, edição russa).

## O QUE SE PASSA PELO MUNDO...

### O CONCEITO DE LIBERDADE É VÁRIO

A. IÁ. VICHINSKII.

Na primeira sessão plenária da Assembléia Geral da ONU, realizada em 12-2-946, o delegado soviético Vichinskii apresentou uma série de emendas visando impedir a propaganda fascista entre os refugiados e prisioneiros.

A Sra. Roosevelt, delegada dos EE.UU., manifestou-se contrária às emendas soviéticas. Ela declarou: “Nenhum de nós se oporá a que os indivíduos, que agiram ativamente contra os seus países, sejam repariados e castigados. Existem, entretanto, outros, que lutaram contra o inimigo e que desejam voltar à pátria porque discordam, nas suas opiniões, dos governos no poder em seus países”.

Eleonora Roosevelt asseverou que ninguém desejaria a volta dos refugiados espanhóis à Espanha. No que diz respeito à emenda relativa à propaganda nos acampamentos dos refugiados, E. Roosevelt repetiu o argumento de que o direito à liberdade de palavra seria violado com essa emenda. Concluindo, ela declarou-se contra as emendas soviéticas, com o argumento de que as mesmas restringiam os direitos do homem à liberdade.

MacNeil, delegado da Inglaterra, manifestou-se também contrário às emendas soviéticas. A resolução apresentada à Assembléia era, segundo as suas palavras, a melhor possível, de acôrdo com a disposição do regulamento. MacNeil declarou que o principal objetivo da organização das Nações Unidas será, não a represália, mas o auxílio, e que deviam adotar, como princípios, a tolerância, o direito ao asilo, etc.

O orador seguinte foi o delegado da Tchecoslováquia, Jan Belegrádek. Disse que, segundo seu ponto de vista, não existia tão grande divergência de opiniões, divergência na qual alguns oradores, ao que parecia, queriam insistir.

O delegado dinamarquês, Rasmussen, alegou que concordava com a primeira emenda proposta pelos soviéticos e estava também pronto a aceitar as outras com algumas pequenas alterações.

O camarada A. Iá. Vichinskii, fazendo uso da palavra pela segunda vez, combateu os argumentos apresentados pelos delegados dos EE.UU. e da Inglaterra.

#### O DISCURSO DO DELEGADO A. IÁ. VICHÍNSKII

“Lastimo — disse Vichinskii —, que tenha de falar pela segunda vez e, particularmente, tenha de contradizer os nossos amigos; os representantes das delegações americana e inglesa. Mas não quero deixar passar despercebidas certas declarações. Aqui falou a cidadã Roosevelt, discordando das emendas que defendi, na minha primeira oração, em nome da delegação soviética. A cidadã Roosevelt, com seu discurso, levantou uma questão de princípio, sobre a qual acho indispensável expôr meu ponto de vista. A cidadã Roosevelt defendia aqui a tese da liberdade il-

mitada, inclusive a liberdade de propaganda. Esta tese é falsa, em primeiro lugar, porque, em nenhum país, em nenhum Estado, não havia nem há liberdade absoluta, ilimitada. Em qualquer época da História da sociedade humana, sempre existiram, em cada Estado, certas limitações à liberdade dos homens. Existem restrições, não apenas para os homens, mas também para Estados e povos. Por essa razão, a tese sobre a liberdade não corresponde à realidade. Sabemos através da História da sociedade civilizada, que existiam e existem restrições, previstas por leis, e que coíbem o homem de usar sua liberdade em prejuízo de outros homens e de toda a sociedade. A lei limita a liberdade do homem. A manifestação da vontade do indivíduo isolado, não levando em consideração a lei e dirigida contra a mesma, é considerada crime, que é punido em qualquer Estado. Sabe-se que existe também uma limitação na liberdade de ação para Estados e povos inteiros; por exemplo, a limitação de uma política agressiva, dirigida contra países democráticos. Sabe-se que a democracia mesma é uma limitação à tirania. Democracia significa limitação da tirania, e aquele que não o vê ou não o compreende, comete um erro grave. Não se pode confundir a liberdade, em função dos interesses da democracia do povo, com a liberdade contra a democracia, contra o povo. O governo de Hitler também se empenhava em obter para a Alemanha uma liberdade ilimitada de agir, de acordo com seus planos agressivos e suas ambições. Mas aí se levantou a democracia, que barrou o caminho do governo de Hitler. Os países democráticos, amantes da paz, limitaram a vontade criminosa dos hitleristas, e de tal maneira a limitaram, que o hitlerismo jamais se reerguerá. Este foi um grande mérito histórico dos governos democráticos, que frearam a criminosa vontade do governo hitlerista, ora aniquilado.

A proclamação do princípio da liberdade ilimitada, que não corresponde à realidade histórica, não é outra coisa senão o velho e extinto liberalismo, que não quer tomar conhecimento da verdadeira realidade. É uma simples frase, que tenta encobrir com sua pomposidade a falsa concepção da vida. Eis a exposição da questão da livre manifestação da vontade, quanto ao seu princípio. O princípio da liberdade ilimitada do homem não pode existir, e nunca, em parte alguma, existiu. Devemos, pois, agora, levar essa questão a uma altura tão teórica de princípios, como aqui o tentaram fazer nossos amigos americano e inglês? Creio que não há necessidade. A questão é muito mais simples e tentarei expô-la concisamente por que razão ela o é realmente.

Na realidade, trata-se aqui não de limitar a liberdade de propaganda, da palavra, de imprensa, de modo generalizado, mas de limitar a liberdade de propaganda onde ela ameace a paz e a tranquilidade, onde ela ameace povos democráticos e amantes da paz. Essa questão não pode ser resolvida abstratamente, como o tentaram fazer os cidadãos Roosevelt e MacNeil. Trata-se, aqui, da propaganda feita nos acampamentos de refugiados no sentido de fomentar uma luta contra países, membros das Nações Unidas. Tal propaganda é inadmissível. É facto que nos acampamentos de refugiados há um trabalho de subversão ideológica no seio dos iugoslavos, poloneses e outros, com o objetivo de le-

vantar os primeiros contra o governo de Tito, contra o povo iugoslavo; com o objetivo de dividir os soldados poloneses e dirigí-los contra o governo polonês, reconhecido pelas grandes potências. É facto também que os refugiados da URSS são insuflados intensiva e sistematicamente contra a sua volta à União Soviética. E isto não é outra coisa senão incitação à traição à pátria, à prática do mais grave crime. Nossas emendas têm por objetivo proibir essa propaganda criminosa, que envenena o espírito e a vontade das pessoas que são, não raramente, vítimas de ludibrios e de terrores psíquicos. Aqui empregam-se frases pomposas, referindo-se à liberdade da palavra e à inadmissibilidade de limitar tal liberdade. Sim, nós, porém, não estamos falando da liberdade de palavra, mas do abuso criminoso dessa liberdade. Não nos devemos iludir com belas palavras. Então a História não nos ensina alguma coisa? Lembrai-vos de que Hitler, para fins de propaganda, chamava o seu governo de nacional-socialista, apesar de não ter ele nenhuma característica do povo alemão, nem coisa alguma de socialista! Espero que não divirjamos nesta honrosa assembléia na apreciação desse facto tão conhecido de todos nós. Mas Hitler e seus auxiliares — Ribbentrop, Goebbels, Goering, Hess e outros —, servindo-se traiçoeiramente das palavras “socialismo” e “nacionalismo”, não prepararam e desencadearam uma guerra monstruosa contra a liberdade e independência dos povos?

O cidadão MacNeil declarou em seu discurso que as palavras mais preciosas do dicionário da língua inglesa — a tolerância, o direito e a piedade — poderiam ser riscados se as emendas por nós propostas fossem aceitas. Eu perguntaria ao cidadão MacNeil se não houve tolerância excessiva num passado bem próximo, tolerância que custou tão caro aos povos amantes da liberdade e, sobretudo, aos russos, ucranianos, bielorrussos e todo o povo soviético? A tolerância que agora pedem as delegações inglesa e americana para com a propaganda inimiga nos acampamentos dos refugiados, propaganda que produz inevitavelmente os germes da agressão, é inadmissível. Não queremos uma tolerância dessas; repudiamos-a, porque custou muito caro aos povos soviéticos. Foram destruídas 1.710 de nossas cidades e dezenas de milhares de aldeias; distritos inteiros foram reduzidos a desertos; milhões de cidadãos soviéticos pereceram. Por isso, somos contra tal tolerância; uma tolerância que produziu o hitlerismo e está inscrita na História da Europa sob o título “Munich”.

MacNeil também disse que não compreendia o sentido da palavra propaganda e que não se poderia dar uma definição dessa concepção. Penso que isso não é assim. A idéia “propaganda” é uma idéia muito simples e clara. Mas, para que ela se torne mais compreensível ainda, direi: não devemos admitir nos acampamentos dos refugiados a propaganda inimiga — frizo: inimiga —, uma propaganda que tem por objetivo fomentar os germes fascistas de agressão, dirigida contra nossos países e contra outros países democráticos.

Por fim, alguém falou aqui em desconfianças. A propósito de que vêm essas eternas alusões a desconfianças? Isso lembra involuntariamente uma história do passado diplomático: após a morte de Tailleyrand, uma das principais personalidades do Congresso de Viena, um grande

diplomata daquele tempo disse: "Seria interessante saber quais eram suas verdadeiras intenções". Eis como a desconfiança vai longe. A censura à nossa desconfiança, eu a devolvo aos que não-lá fizeram.

A cidadã Roosevelt, discutindo as emendas soviéticas, disse que as mesmas poderiam ser interpretadas de tal forma que se teria de entregar os republicanos espanhóis a Franco. Mas podemos colocar essa questão nesse pé? Pode-se, porventura, falar assim, seriamente? Nossa proposta refere-se à entrega de *quislings*, de traidores e de todos os criminosos. A propósito de que vêm aqui os republicanos espanhóis? Que tem Franco a ver com isso? Falar, como falou sobre essa questão a representante americana, significa chegar, na sua concepção de liberdade, às colunas de Hércules.

Assim, apresentamos novamente à Assembléia Geral a questão da proibição de uma propaganda nociva aos interesses das Nações Unidas nos acampamentos dos refugiados, para não corromper o espírito e não destruir a vontade dos refugiados, com a finalidade de dificultar sua volta à pátria. Consideramos nossas emendas relativas à proibição de tal propaganda nos acampamentos dos refugiados legítimas e justas".

\* \* \*

O discurso do camarada A. Iá. Vichínskii, em defesa das emendas propostas pela delegação soviética, foi aplaudido pelo público que enchia as galerias, apesar da hora avançada.

● ●

SIM E NÃO — "A ciência natural da primeira metade do século XVIII estava muito acima da Antiguidade Grega em conhecimento e classificação de seus materiais, mas, ao mesmo tempo, abaixo dela, no domínio ideal desse material, na concepção geral da natureza. Para os filósofos gregos, o mundo era algo saído do caos, e, em desenvolvimento, algo que se tinha indo formando. Para os naturalistas, era uma coisa ossificada, invariável; e, para os outros, algo feito de um só golpe. A ciência estava ainda encaixada, a fundo, na teologia." (Engels — *Dialética e Natureza*, pág. 15).

●

REVOLUÇÃO BURGUESA — "Foi a maior revolução progressista que a humanidade até então viveu numa época que necessitava de gigantes e engendrou titãs: titãs pela força do pensamento, pela paixão, pelo caráter, pela multilateralidade e pela sabedoria. Os homens que fundaram o moderno domínio da burguesia não eram nada burguêsmente limitados. Em verdade, o caráter aventureiro da época se refletiu mais ou menos neles." — Engels — *Dialética e Natureza*, pág. 10).

## Para Compreender e Interpretar Marx por Sidney Hook

Este trabalho, escrito para comemorar o 50.º aniversário da morte de Karl Marx, oferece uma interpretação da atividade e do pensamento de um dos maiores pensadores do século XIX. Foi escrito na esperança de poder esclarecer alguns dos problemas fundamentais de sua filosofia, que se prestaram a discussões violentas durante dezenas de anos. Espero que este trabalho apresente um ponto de vista novo aos que já conhecem a obra de Marx e de seus discípulos e sirva de guia, como base para estudos posteriores aos que, pela primeira vez, dela se aproximarem.

O momento para o qual este livro foi escrito e as diferenças de cultura dos leitores a que foi dedicado determinaram o conteúdo e o método da sua apresentação; obrigaram o autor a deixar de lado uma exposição histórica sistemática e uma análise crítica detalhada dos temas tratados, que serão objeto de estudos posteriores.

Espero, contudo, que as idéias fundamentais de Marx aqui estejam expostas com clareza suficiente para bem se apreciarem sua significação e influência no mundo de hoje. Se, além disso, o leitor fôr conduzido a uma reflexão independente sobre a documentação apresentada e sobre o ponto de vista que serviu à sua interpretação nas páginas que se seguem, os objetivos do autor terão sido alcançados.

A experiência demonstrou que nenhum livro sobre Marx pode ser recebido com a mesma serenidade com que se aceita um estudo sobre os esquimauz Amassalik ou um tratado sobre a composição interna das estrelas. As idéias de Marx são parte de tal maneira importante daquilo que os homens temem ou desejam hoje; suas doutrinas estão tão intimamente ligadas à fé e ao ódio das diferentes classes e tão freqüentemente invocadas por grupos políticos opostos, que a simples enunciação do seu nome suscita no espírito do leitor a formação de idéias preconcebidas, das quais ele é quase totalmente inconsciente. Todo o crítico de Marx — como de cada texto ou época estudada — deve, por isso, esforçar-se por distinguir entre a significação revelada pela análise e sua própria apreciação dessa significação.

Tal esforço é particularmente difícil, no que se refere a Marx, pelo simples facto de que o nos tornarmos conscientes dos nossos preconceitos não é o suficiente para superá-los; devemos fazer um esforço, se quisermos ser justos, tanto com Marx quanto conosco mesmo.

Para facilitar esse processo de diferenciação, o autor julgou útil insistir em certas precauções metodológicas que são geralmente aceitas com facilidade para outras matérias menos ardorosamente discutidas. Espera também evitar muitos malentendidos, esclarecendo sua posição desde o início.

Este trabalho não foi escrito por um marxista "ortodoxo". Na verdade, o autor considera o marxismo "ortodoxo", na forma florescente de 1895 a 1917, como uma castração do pensamento de Marx. Acha que o próprio Marx não era um "marxista ortodoxo". A ortodoxia não é apenas fatal ao pensamento honesto; ela implica no abandono da posição revolucionária que dominou a vida e o pensamento de Marx. Isso foi amplamente demonstrado pela experiência histórica da social-democracia alemã, cujos chefes da ala direita e do centro se consideravam marxistas "ortodoxos" por *excelência* e estavam prontos sempre a qualificar de herejes todos os que procuravam interpretar o marxismo como uma filosofia de ação.

O emprêgo real do termo "ortodoxia" é uma anomalia em todo o movimento revolucionário. Sua origem é notoriamente religiosa. Sua significação nasceu das disputas entre os cristãos romanos e bizantinos. Seu emprêgo sugere mais naturalmente uma igreja com seus interesses do que uma organização de homens e de mulheres esclarecidos e disciplinados, lutando pela emancipação da sociedade. Onde quer que haja alguém que insista em se chamar "ortodoxo", encontraremos o dogma, e, onde houver o dogma, encontraremos a fé cega e a fórmula geral substituindo a análise concreta e a ação específica.

Não se pode ser ortodoxo cento por cento e amante da verdade ao mesmo tempo. Isso foi claramente demonstrado pela tenacidade com que os marxistas "ortodoxos" que, na prática, há muito haviam abandonado Marx e Engels, se agarraram à antropologia deste último, depois das descobertas mais concludentes dos antropologistas modernos. Se a aceitação da antropologia superada de Morgan fôsse necessária ao marxismo ortodoxo, o autor deveria, mesmo neste caso, ser excomungado como hereje.

Morgan foi um grande pioneiro da antropologia, mas, hoje, ninguém pode aceitar seu esquema universal do desenvolvimento social da família e de outras instituições sem uma desonestidade intelectual.

Este trabalho não é uma tentativa de revêr Marx ou de modernizá-lo. Tal atitude não é permissível numa exposição crítica das teorias de Marx. O facto dos aspectos abandonados do seu pensamento, sobre os quais este trabalho chama a atenção, terem admiráveis semelhanças atuais, explica talvez porque este estudo foi encetado, mas não constitue intromissão de um ponto de vista estranho nas doutrinas discutidas.

Nenhum autor pode abster-se do desejo de interpretar de uma forma subjetiva, mas pode diminuir os riscos da alteração, convidando os leitores a seguir o argumento e a julgar no contexto das opiniões opostas.

A importância dada ao papel da atividade no marxismo, em oposição às concepções mecânicas e fatalistas do processo social, concepções que prevalecem nos círculos "ortodoxos", pode levar a acusar-se o autor de contrabando de idealismo filosófico. Mas o materialismo dialético de Marx sempre pareceu idealista aos que, tendo reduzido toda a realidade à matéria em movimento, são incapazes de explicar a ação recíproca entre as coisas e o pensamento por outra maneira que pela suposição de que o espírito produz o objeto sobre o qual age.

Esta última presunção é francamente idealista, mas não é aceita pelo materialismo dialético.

Em virtude do espaço limitado, grande número de questões relacionadas com o fim principal da discussão teve que ser omitido. Alguns problemas filosóficos importantes não foram mesmo mencionados. Compreende-se, entretanto, que o que não foi dito sobre esses problemas, bem como sobre outros — importantes ou não — não implica numa negação pelo facto de ter sido silenciado, — a não ser que seja logicamente incompatível com o que *está* dito.

Nenhuma forma de crítica é mais despropositada do que a que presume, desde o primeiro instante, que um autor se propõe a esgotar o assunto e sustenta, em seguida, que a posição por êle tomada nega implicitamente os argumentos que, em virtude de uma seleção necessária, não teve oportunidade de estudar. Esta advertência não é feita para impedir as críticas do leitor, mas principalmente para que estas atinjam realmente as questões discutidas. O autor sabe perfeitamente que a posição esboçada neste trabalho não é isenta de dificuldades e até menciona algumas.

Uma posição sem dificuldades é demasiado fácil para ser verdadeira ou, se é verdadeira, é muito comum para ser de alguma importância prática no mundo. Por outro lado, não há motivo para recusar tomar posição, porque todas as posições têm suas dificuldades. Ninguém pode evitar tomar posição sobre certos assuntos, e, especialmente, sobre o tratado neste trabalho, porque toda a posição sobre o problema das transformações sociais — compreendido o ponto morto do indiferentismo — implica em conseqüências sociais. Parece ao autor que a coisa mais inteligente a fazer é tomar uma posição, reconhecer as dificuldades e compartilhar sua solução com todos os que esposam o mesmo ponto de vista.

O autor deseja frisar o que deve a dois escritores contemporâneos: a Georges Lukacs, do qual a *História e a Consciência de Classe* frisa a significação do elemento dialético no pensamento de Marx, mas liga-o, infelizmente, muito de perto, à corrente da filosofia clássica alemã, e a Karl Korsch, cujo *O Marxismo e a Filosofia* confirma sua hipótese do eixo prático histórico do pensamento de Marx, mas subestima as dificuldades decorrentes, tratando o aspecto formal do pensamento de Marx desse ponto de vista. O texto e as notas são testemunhas do que êle deve aos escritores do passado.

Nova York, 1 de janeiro de 1933.

#### PRIMEIRA PARTE — A PROCURA DE MARX

"Restabelecer a verdade histórica não é uma questão geral de consciência, é, também, um problema de interesse prático imediato." — *Sorel*.

CAPÍTULO PRIMEIRO — *Introdução* — O mundo encontra-se, hoje, debaixo da sombra projetada pelas doutrinas de um homem morto há apenas cinquenta anos. A filosofia social de Karl Marx, relativamente desconhecida e ignorada quando êle era vivo, exerce, sobre a época presente, influência mais forte do que as teorias de qualquer dos nossos

contemporâneos. Faz-se história em seu nome. Uma nova filosofia da vida, de inspiração marxista, emerge lentamente e desafia as atitudes e os valores dominantes das culturas orientais e ocidentais.

E, apesar disso, desde que alguém se consagre à doutrina de Marx descobre não existir nenhum desenvolvimento canônico de sua posição. A atividade literária de Marx, estendendo-se por um período de mais de quarenta anos, é, em grande parte, polêmica.

Nenhum dos seus trabalhos contém expressão definitiva e acabada de doutrina. Ele próprio viveu ainda bastante para dizer: "Não sou marxista". Diversas interpretações opostas de sua filosofia dividiram, ao mesmo tempo, seus críticos e os que se declaravam seus discípulos. Houve maior pressa em discutir a verdade das suas doutrinas do que em estabelecer sua significação.

A situação, hoje, não é diferente da do dia em que Marx foi descoberto pela primeira vez pelos pensadores "burgueses". Os professores acadêmicos alemães, depois que a conspiração do silêncio contra Marx foi quebrada por volta de 1890, sustentavam que suas conclusões eram invalidadas pela presença de considerações morais anacrônicas. Mais tarde, ao contrário, os socialistas neo-kantianos, bem como os socialistas religiosos, acusaram as conclusões de Marx de serem destruídas pela abstenção dessas mesmas considerações. Alguns disseram haver Marx exagerado a importância da vontade revolucionária, e, outros, ter paralisado o esforço humano por um fatalismo econômico monstruoso. Uns e outros estavam de acordo em considerar seu pensamento como uma confusão contraditória de análises, profecias, fé e paixão. Cada crítica provocou uma contra-crítica e toda a tentativa de síntese trouxe nova campanha de polêmicas. Acrescentai a essas elocubrações acadêmicas não só as apologias dos marxistas "ortodoxos", mas também os clamores penetrantes dos predicadores, publicistas ou literatos menores, que se apresentam em refutar Marx sem sequer se darem ao trabalho de o lêr, e teréis restabelecido a atmosfera da discussão. A uns, ela parecia uma verdadeira farsa intelectual; a outros, uma nova ilustração da luta de classes.

Essa disparidade de interpretação, entretanto, não é, por si mesma, coisa rara na história do pensamento. Difícilmente se encontra um pensador de importância histórica que não haja pago tributo por ter discípulos e as interpretações de suas obras variam freqüentemente conforme o leitor. Não há uma vida canônica de Cristo, como não há uma interpretação canônica de Platão. Mas, no caso de Marx, a divergência natural de interpretação foi reforçada pelo tema político da discussão. Além disso, uma maneira singular de chegar a essas interpretações complicou as coisas; a unidade do seu pensamento foi procurada apenas nas suas conclusões e não no seu método para chegar a ela. Foram examinados os resultados sistemáticos e não o método sistemático. Considerou-se, de maneira bem pouco crítica, que unidade e simplicidade eram sinônimos, de maneira que, diante das descobertas complexas e, freqüentemente, contraditórias na aparência, se concluiu que seu pensamento carecia de unidade. A simplicidade é, entretanto, um atributo do conteúdo, da mesma forma que a unidade o é da organização. Se o pensamento

de Marx tem unidade, esta deve ser procurada, não nas suas conclusões específicas, mas no seu método de análise dirigido pelos fins e necessidades revolucionárias da classe internacional dos trabalhadores.

O método deve ser, naturalmente, verificado à luz das suas conclusões, mas estas são derivadas e não essenciais. São experimentais e contingentes. Podem ser atacadas sem pôr necessariamente em jogo o método, sobretudo quando se podem obter resultados novos por um novo emprego dele. Exatamente como se pode dissociar o método hegeliano do sistema hegeliano (Marx e Engels repetiram isso diversas vezes), pode-se também dissociar o método marxista de toda uma série específica de conclusões ou de toda tática política particular defendida em seu nome. Isso não é sinão uma outra forma de constatar que não há nada *a priori* na filosofia de Marx: ela é, de um extremo ao outro, naturalista, histórica e empírica.

Distinguir entre o método de Marx e os seus resultados *não* significa apenas separar os dois, significa também fazer uma distinção entre a essência do método científico e as descobertas científicas de uma certa época, descobertas certamente defeituosas e incompletas, e significa, igualmente, negar uma conexão orgânica entre elas. Definitivamente, o valor de um método científico depende de suas possibilidades de prever e, se possível, de controlar a sucessão dos fenômenos naturais. E' este poder de predição e de controle que nos autoriza a conservar o método científico, mesmo quando desviamos ou modificamos os sistemas físicos de Ptolomeu, de Copérnico e de Newton. Igualmente, o valor do método de Marx depende do facto dele permitir ou não alcançar os fins de classe no interesse dos quais é formulado.

Mas aqui termina a semelhança entre "ciência" e "marxismo". Isso não significa que o marxismo não seja um método "científico", quer dizer, suficiente e eficaz para assegurar seus fins. A diferença procurada decorre do facto de que as ciências naturais e as "ciências sociais" se interessam por assuntos irredutivelmente diferentes. A diferença no tema obriga a reconhecer ainda que valores — valores de classe — são compreendidos em toda a tentativa de desenvolver uma metodologia e um programa de ação social. A diferença significa, portanto, que, ao mesmo tempo em que o marxismo é um método de pensamento e de ação, destinado a atingir um fim de classe, é também qualquer coisa de mais ou de menos que a ciência, porque a ciência, como tal, embora podendo ser empregada no interesse dos fins de classe, não tem caráter de classe. A verdade ou a falsidade de suas proposições nada têm a ver com a luta de classes mesmo quando a ela se referem objetivamente. Não se pode negar que a direção tomada pelas pesquisas científicas foram determinadas, consideravelmente mesmo, pelos interesses econômicos, políticos e "morais" das classes que fizeram doações a laboratórios e subvencionaram cientistas. Mas, visto que isso se aplica tanto às teorias falsas como às verdadeiras, a diferença entre o verdadeiro e o falso não pode ser explicada por considerações sociais ou considerações de classe. Afirmar o contrário é confundir as categorias.

Por outro lado, nas teorias de Marx, pressupõe-se uma tendência e um fim de classe. Suas doutrinas não descrevem apenas os fenômenos

da sociedade dividida em classes e das lutas que disso resultam. Elas se apresentam também como instrumento destinado a essa luta, como guia para uma norma de ação que, segundo Marx, deverá eliminar para sempre as lutas de classe da vida social. Como instrumento, elas não podem ser utilizadas de modo eficaz enquanto tenderem a ser verdadeiras objetivas, mas, como verdades objetivas, não podem ser instrumentos eficazes sem se ligarem aos fins subjetivos de classe.

A filosofia de Marx é uma síntese dialética desses momentos objetivos e subjetivos. Não se entende por subjetiva uma coisa afastada da realidade ou sem causa — estando os fins de classe evidentemente condicionados pelo meio social e econômico — mas uma maneira de responder que é dirigida por uma vontade ou um desejo *conscientes*. A *ampliação* dos fins de classe possíveis, que podem ser desejados a cada instante da história, é determinada por factores sociais objetivos, mas, nem essa vontade, nem a escolha *específica* produzida num certo momento, podem ser explicadas sem a introdução de outros factores. Chamamos estes últimos subjetivos em relação à primeira série; mas, em relação com o que um membro qualquer de uma classe deseja, são objetivos. Devido a isso, passar por cima dessa diferença e falar do marxismo como de uma ciência “objetiva”, é enfraquecer seu carácter de classe. As consequências desastrosas de semelhante procedimento, seja na lógica, seja na realidade histórica, serão examinadas nos capítulos seguintes.

(Continua no número 7, de 1-10-946.)

● ●

FOME, VELHO PROBLEMA BRASILEIRO — “As fomes são frequentes, o algodão absorve todas as atividades e ninguém cuida de culturas alimentares. Isto se dá não somente na capital, mas em todo Itapicurú (Maranhão), a grande zona algodoeira (1). Martius observara que em S. Luis ocorria por vezes falta tão absoluta de gêneros, que os habitantes tinham de se contentar com o arroz para escapar à fome (2). Felizmente para a capitania, havia este mantimento que abundava graças ao facto de ser exportável. Como se vê, até a alimentação de seus habitantes é, no Brasil-colônia, função subsidiária da exportação.” (Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 159).

(1) Francisco de Paula Ribeiro, *Roteiro de viagem*, 51; e *Descrição do território dos Gastos Bons*, 55.

(2) *Viagem*, II, 273.

●

A VELA QUADRADA — “Foram os portugueses que, pela primeira vez, fizeram uso duplo da vela quadrada e da vela latina, dispositivo que permitiu o aproveitamento dos ventos alísios para a navegação a barlavento, invenção que um recente escritor espanhol considera, para a época, quase que tão importante como a da imprensa.” (Simonsen — *Hist. Ec. do Brasil*, pág. 59).

## QUE SÃO SECTÁRIOS?

por LUIS CARLOS PRESTES.

“Sectários são os enfatuados, aqueles que vivem a bater no peito seu “glorioso” passado revolucionário, seus anos de prisão e os sofrimentos que não conhecem os novos, o homem comum e pacato, que só agora, como dizem eles, têm coragem de se aproximar do Partido.

Sectários são os que muitas vezes se negam ao trabalho silencioso e modesto e substituem o verdadeiro trabalho junto às massas pelo gesto ou pela pose revolucionária capaz de assustar as massas menos esclarecidas e ainda temerosas. Sectários são os que receiam o “abandono da linha revolucionária”, porque confundem “linha revolucionária” com “gesticulação” sem maior conteúdo, substituem a ação pela frase vazia. Sectários são os que supõem poder dirigir as massas pelos mesmos métodos com que se dirige um pequeno grupo dentro do Partido. Sectários são os que não têm cabeça para pensar, que vivem a repetir as mesmas palavras de ordem, a mesma tática, os mesmos processos, que aceitam como modelos válidos para todos os casos. Sectários são os que pensam ganhar as massas com simples apelos de uma propaganda abstrata e formal, por incapacidade de levantar as reivindicações mais sentidas de cada setor ou camada social ou, então, de lutar por elas. Sectários são os que vivem preocupados com a sorte do Partido, descobrindo perigos por toda parte e por isso sempre contrários à política de massas ou de frente única.

Sectários são os que não aceitam na prática nossa atual linha política, que temem pelo futuro do Partido com a entrada em suas fileiras de tanta gente que não conhece o marxismo, de tanta gente ainda não provada na luta e que podera, amanhã, em momento decisivo, trair ao Partido. E, daí, o mal enorme que causam ao Partido com o seu sectarismo, dificultando a formação e a educação de novos quadros, a promoção aos postos de direção dos verdadeiros dirigentes de massas. Sectários enfim são os que não confiam no povo, em sua inexaurível força criadora e que se encontram assim em posição justamente oposta à do verdadeiro comunista, definido por Mao-Tse-Tung, como aquele que, por confiar no povo, a ele une suas forças e não conhece por isso nem dificuldades insuperáveis, nem inimigos invencíveis, e torna-se, sim, invencível ele mesmo.

Por isso, a necessidade de liquidar com o sectarismo nas fileiras do Partido do proletariado impõe-se de forma imperiosa:

Acabar com o sectarismo em nossas fileiras é, pois, tarefa preciosa e indispensável ao próprio crescimento quantitativo e qualitativo do nosso Partido.

Nenhuma arma para o Partido mais eficiente que a democracia interna.

E para tanto não dispomos de outro caminho senão o da prática da democracia interna, o da prática honesta e sincera, correta e séria, não tendenciosa nem superficial da crítica e da auto-crítica bolcheviques em todas as instancias do Partido. A própria vida legal do Partido, sua linha política atual, exigem mais do que nunca a prática da democracia em suas fileiras. É esta uma condição essencial para o seu desenvolvimento, como aliás de qualquer organização política popular. Bem sabemos que não é possível a existência de nosso Partido sem a mais completa unidade de vontade e ação dos seus membros, mas essa vontade comum, essa unidade de ação juntamente com a disciplina de ferro que faz nossa força, ao contrario de excluir, supõe e exige a crítica, a livre discussão, o choque de opiniões dentro do Partido. Nossa disciplina consciente e voluntária é inseparável, portanto, da verdadeira democracia, da livre discussão através da qual, se feita com profundidade e honestidade de propósitos, seria sempre possível descobrir das causas dos erros e dos insucessos, as raízes do sectarismo e do oportunismo, as quais, postas a nú, acabarão sempre por revelar a influência de ideologias estranhas ao proletariado, que, assim, descobertas, poderão ser mais facilmente eliminadas".

(Prestes — Do seu Informe Político à II Conferência Nacional do PCB).

● ●

**PORQUE SOBREVIVE O PEQUENO CAMPESINATO** — "A existência do pequeno campesinato, em toda sociedade capitalista, não pode ser explicada pela superioridade técnica da pequena propriedade agrícola, mas pelo facto dos pequenos agricultores realizarem suas necessidades num nível muito inferior ao dos operários assalariados e se sobrecarregarem de muito mais trabalho do que eles". (Lénin — *Questão Agrária*).

## *Inocência e Reacionarismo*

O deputado Plínio Barreto, apesar de todos os disfarces múltiplos de que lança mão, sempre foi, no fundo, um reacionário. Ainda há pouco, pronunciou um discurso na Assembléa, em que a pobreza da sua inteligência se manifesta ricamente ao formular afirmações das mais ineptas.

Depois de, num estalo de inteligência, sentenciar que "A doença principal de que ela (êle diz Humanidade, mas em verdade refere-se ao capitalismo) padece é a carência de virtudes". "Sem outro culto que o das riquezas (refere-se à burguesia francesa de antes desta última guerra), ávida de bem estar, não houve abdicção a que se não entregasse, no domínio moral, para conseguir e assegurar tôdas as vantagens materiais da vida". "O amor desvairado ao dinheiro (honestamente confessou) é o único sentimento forte que revelamos. Para os que ostentam riquezas, abrem-se tôdas as portas, desatam-se todos os sorrisos, venham essas riquezas de onde vierem, tenham sido embora apanhadas no lamaceiro das negociatas, nos monturos da jogatina ou no charco das aventuras políticas. O materialismo mais grosseiro domina os indivíduos".

Depois dessa sincera auto-crítica, "*pour épater le bourgeois*", o Sr. Plínio Barreto desmascara-se como reacionário e vulgar caluniador, dizendo:

"Não (o comunismo) combatem por êle implicar a supressão de liberdades fundamentais e reduzir o indivíduo a um escravo do Estado".

Realmente, o comunismo suprime uma liberdade fundamental do burguês: o de matar à fome e expoliar os operários, dentro da lei burguesa.

"Não (o comunismo) condenam — continua o Pliniano — porque mutila a criatura humana, despojando-a do elemento espiritual"...

Que tolice essa de se poder despojar alguém do "elemento espiritual"? Então êsse "elemento espiritual" é qualquer coisa que, a qualquer momento, se incorpore e se tire livremente do indivíduo? Não ensinam a História e a Filosofia que jamais o Estado conseguiu retirar o "elemento espiritual" dos que o possuem, como reflexo do meio material?

"Não recuam dêle (comunismo) trêmulos de pavor, porque leve ao extermínio, sob a ditadura, em nome do proletariado, as demais classes sociais"...

Engraçado! A sensibilidade do Plínio Barreto, tal como a do seu colega Barreto Pinto, só se choca porque sob o regime comunista não há condições para sobreviverem os capitalistas, exploradores e assassinos dos trabalhadores, mas acha muito natural que milhões e milhões de criaturas humanas, também filhas de Deus, no seu conceito, sejam lentamente assassinadas pelo capitalismo voraz e impiedoso, ao qual êle pertence, conforme indicam tôdas as estatísticas de saúde pública do mundo.

"O amor desvairado ao dinheiro é o único sentimento forte que revelamos", confessa o Plínio Barreto, e fica zangado porque os exploradores sob a bandeira do comunismo se rebelam contra esse delicado sentimento pliniano, capitalista, e não mais querem morrer de fome e sofrer tôda a sorte de opressão.

"Não lhe temem os golpes (do comunismo) à liberdade e aos direitos sem os quais o indivíduo perde a dignidade e desce à categoria de animal domesticado".

*Liberdade e direitos, para o Plínio, são a liberdade e os direitos dos ricos expoliarem os pobres. Um rico que assim não proceda, e ele não existe, seria apenas um animal domesticado. Infelizmente, o capitalismo não é e nem pode ser um animal domesticado, por isso que é um chacal...*

"Vão-se as liberdades, vão-se os direitos, vão-se as ideologias, vão-se os princípios, vão-se a moral e a justiça, vão-se os sentimentos humanitários, mas que fiquem os cabedais".

*A redação do trecho acima, se honesta, deveria ser assim: Vão-se as liberdades das massas trabalhadoras, vão-se as ideologias libertárias dos ideólogos das massas, vão-se os princípios pregados, inclusive por Jesus, vão-se a moral e a justiça pelas quais lutam os comunistas, vão-se os sentimentos humanitários dos grandes lutadores, mas que fiquem os cabedais dos Plínio "et caterva".*

"Os homens (o Plínio refere-se aos capitalistas como classe-capitalismo) esquecem-se mais depressa da morte do pai que da perda do patrimônio".

*E' uma verdade, seu Plínio. Por isso mesmo é que os comunistas lutam para que os homens se libertem das condições materiais, a fim de melhor desenvolverem seus sentimentos morais.*

"Esse amor tresloucado às coisas materiais — prossegue o Plínio Barreto — é que explica também o açodamento com que os beócios, arrolados sob a denominação grotesca de *burguesia progressista*, julgando-se mais avisados que os outros, se lançam aos pés do comunismo na esperança idiota de que, na hora do triunfo, agradecido às suas homenagens e aos seus serviços, o comunismo lhes poupará as pessoas e os bens, sacrificando, em benefício dêles, a sua ideologia, o seu programa de ação, os seus planos revolucionários, os seus objetivos essenciais".

*Quanta needade seu Plínio! Por que não estuda um pouco de História? Diria menos asneiras sob forma tão caluniosa.*

*O Plínio não sabe o que qualquer proletário conhece, de que em tôdas as épocas, nas classes existentes, sempre houve cidadãos que adquirem consciência das classes expoliadas, e lutam contra os exploradores, embora de sua própria classe.*

*Ao contrário do que diz o Sr. Plínio, êsses "progressistas" sempre foram factor de progresso da Humanidade e, na sua esmagadora maioria, heróis extraordinários, com um valor moral excepcional, porque souberam lutar e vencer contra os seus próprios interesses materiais, acanhados, limitados, para que prevalecessem os interesses das mais*

*amplas camadas populacionais, com cuja vitória, como parte de um todo, também participam.*

*E' uma honra, seu Plínio, ser burguês-progressista, e uma desonra e estupidez ser reacionário.*

CIERP.

AO TEMPO DO BRASIL COLÔNIA — "A organização da lavoura canavieira, mais ou menos idêntica, nos seus traços gerais, em todo país, tem por elemento central o *engenho*; designação que da fábrica propriamente, isto é, as instalações para a manipulação da cana e preparo do açúcar, se estendeu à propriedade tôda, com suas terras e culturas. O engenho abrangeu grandes áreas — de uma a quatro léguas de terra, e mais ainda, na Bahia (1), — exploradas em parte diretamente pelo proprietário, cedidas noutra a lavradores que se obrigam a moer sua produção no engenho do proprietário. São as *fazendas obrigadas*; o lavrador recebe metade do açúcar produzido por sua cana, e ainda paga, pelo aluguel da terra que utiliza, uma certa percentagem variável segundo os lugares e deduzida daquela sua metade (2). Há também os lavradores livres, proprietários das terras que ocupam, e que fazem moer a sua cana no engenho que entendem; recebem então meação integral. Seria interessante conhecer a importância relativa da produção dos senhores e dos lavradores; encontrei apenas um dado a êste respeito, e êle se refere aos Campos dos Goitacazes em 1779; neste ano, os engenhos do distrito produziram 1.761 caixas para os senhores, e cerca de 400 para os lavradores (3); tomando-se pois em consideração a divisão descrita — na hipótese de serem todos os lavradores livres, o que não é o caso nem para a maioria dêles, pois nos Campos a propriedade fundiária é particularmente concentrada — teríamos para os primeiros um máximo de 1.361 caixas, e um mínimo para os lavradores de 800. Contribuição avultada, como se vê. Mas não é preciso acrescentar que êstes lavradores não são pequenos produtores, da categoria de camponeses; trata-se de senhores de escravos; suas lavouras, sejam em terras próprias ou arrendadas, formam, como os engenhos propriamente, grandes unidades. Vilhena os coloca na mesma categoria e posição social dos senhores de engenho." (Caio Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, página 140).

(1) Vilhena, *Recopilação*, 181.

(2) Segundo Antonil, o lavrador pagava em Pernambuco o quinto; na Bahia, a vintena ou quindena. *Cultura e Opulência*, 162. Em fins do século, paga-se na Bahia esta última parte. *Recopilação*, 182.

(3) *Relações de Marquês do Lavradio*.

# Sínteses

ELA (Aliança Internacional da Democracia Socialista) quer, antes de tudo, conseguir a *igualdade política, econômica e social das classes*. Buscar a *igualdade das classes*, interpretada literalmente, conduz à *harmonia entre o Capital e o Trabalho*, tão importunamente predicada pelos socialistas burgueses (porque impossível — N.R.) O que constitui o grande objetivo da *Associação Internacional dos Trabalhadores* não é a *igualdade das classes* — absurdo lógico de impossível realização mas, pelo contrário, a *abolição das classes*. (De uma circular aprovada pela Sessão do Conselho Geral (da AIT) em 9 de março de 1869).

O *MANIFESTO INAUGURAL*, da Associação Internacional de Trabalhadores (1864) dizia: “Os senhores da terra e os senhores do capital utilizaram sempre seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus monopólios econômicos. Longe de impulsionar a emancipação do trabalho, persistiram opondo-lhe todos os obstáculos possíveis... A conquista do poder político se converteu, pois, no primeiro dever da classe operária.”

CONTRA O PODER DAS CLASSES POSSUIDORAS, o proletariado só pode atuar como classe *constituindo-se em partido político diferenciado, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possuidoras*. Essa constituição do proletariado em partido político independente é indispensável para assegurar a vitória da revolução social e permitir alcançar seu supremo objetivo: *abolição das classes*. (Circular da AIT — 5-3-1872).

O ÚNICO MAL é a exploração do homem pelo homem; a única tarefa, instaurar uma ordem social na qual não haja lugar para aquela exploração; o único dever, contribuir para a luta em prol dessa ordem social; a única pauta para julgar a conduta humana, verificar se contribui ou se se opõe à causa do socialismo. (Do livro *Lénin, sua vida e sua obra*, de D. S. Mirski.)

“Foi a concepção materialista da história que realizou a união entre o movimento operário e o socialismo, imprimindo à luta da classe proletária o maior impulso possível.” (Kautski — prefácio ao *O Capital* no subtítulo V.)

# De Tudo, um Pouco...

## A REALIDADE INDUSTRIAL BRASILEIRA ATRAVÉS DOS NÚMEROS

	Número dos empregados	Número de empresas industriais	Total dos empregados	Total das contribuições ao I. A. P. I. (Em cruzeiros)
De 1 a 5 .....	28.722	55.577	12.172.486	
De 6 a 9 .....	5.289	38.310	9.344.204	
De 10 a 19 .....	4.900	66.400	17.095.340	
De 20 a 29 .....	1.393	45.194	11.640.558	
De 30 a 39 .....	1.014	34.530	9.042.850	
De 40 a 49 .....	638	28.000	7.132.144	
De 50 a 59 .....	418	22.644	5.952.452	
De 60 a 69 .....	315	20.238	5.403.242	
De 70 a 79 .....	244	18.090	4.710.254	
De 80 a 89 .....	226	19.099	4.927.106	
De 90 a 99 .....	129	12.108	3.289.186	
De 100 a 199 .....	723	99.739	26.460.324	
De 200 a 199 .....	302	78.942	19.326.022	
De 300 a 399 .....	131	45.952	12.172.750	
De 400 a 499 .....	78	34.843	9.723.150	
De 500 a 599 .....	47	25.350	6.463.272	
De 600 a 699 .....	34	22.397	5.723.542	
De 700 a 799 .....	26	19.360	4.938.202	
De 800 a 899 .....	19	15.956	3.114.850	
De 900 a 999 .....	12	11.521	2.166.662	
De 1.000 a 1.499 .....	34	40.192	9.116.736	
De 1.500 a 1.999 .....	12	20.659	6.824.878	
De 2.000 a 2.499 .....	6	13.521	3.949.604	
De 2.500 a 2.999 .....	1	2.671	453.160	
De 3.000 a 3.999 .....	1	3.027	1.089.488	
De 4.000 e mais .....	2	8.254	1.323.108	
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	
	40.211	797.847	203.295.603	

Por êste quadro, que foi levantado de acôrdo com as contribuições pagas no mês de janeiro de 1945 ao I. A. P. I., verifica-se como é disseminada a distribuição da atividade industrial brasileira

ra. Ele documenta e comprova, de maneira eloqüentíssima, a extraordinária quantidade de pequenas empresas no Brasil. Nota-se neste quadro que apenas 56 estabelecimentos no Brasil possuem mais de 1.000 empregados, incluindo os administrativos e, ainda mais, que, para 40.211 estabelecimentos, tão somente 193 se registam com mais de 500 empregados.

E' oportuno ainda citar o caso de Pernambuco que é, no Norte do País, a região mais industrializada. O capital social da indústria está distribuído da seguinte forma:

Com capital registado inferior a 10.000,00 — 674 indústrias.  
Idem de 10.000,00 a 100.000,00 — 273 indústrias.  
Idem de 100.000,00 a 200.000,00 — 63 indústrias.  
Idem de 200.000,00 a 500.000,00 — 44 indústrias.  
Idem de 500.000,00 a 1.000.000,00 — 40 indústrias.  
Idem acima de 1.000.000,00 — 48 indústrias.

Assim, num total de 1.142 indústrias, apenas 48 ou menos de 4 % têm capital registado acima de 1.000.000,00.

(Do discurso do Sr. J. Cleophas, na sessão de 4 de abril de 1946, na Assembléia Constituinte).



**IGUALDADE DE SALÁRIOS** — "O nivelamento dos salários, essa idéia pequeno-burguesa e extremista, é um dos mais fortes obstáculos para a edificação socialista, porque suprime os estímulos ao aumento da produtividade do trabalho e da qualificação do operário, incentivando a desordem pequeno-burguesa e anárquica.

Organização justa dos salários, estimuladora da produtividade e da qualificação, que lute contra o estabelecimento de salários iguais para todo o tipo e qualidade de trabalho — êsse igualitarismo que nada tem a ver com o socialismo — é o postulado histórico proclamado por Stálin, como condição para a vitória e a construção do socialismo.

Na URSS, a política dos salários e do aumento da produtividade do trabalho conduz à elevação incessante do nível de vida da classe operária e de todos os trabalhadores. A lei do desenvolvimento, da URSS, é o melhoramento das condições materiais e culturais de vida de toda a população trabalhadora.

Convencer-nos-emos disso quando compararmos a situação da classe operária na URSS e nos países capitalistas, quando tenhamos examinado a lei da pauperização da classe operária no regime capitalista." (Segal — *Noções de Economia Política*, pág. 193. Edit. Calvíno Ltda.).

## Pequeno Dicionário Marxista

*Publicaremos nesta secção esboços de verbetes que, desenvolvidos futuramente, figurarão no Dicionário-Enciclopédia de Estudos Sociais, ainda em organização. Convidamos quantos se interessarem em contribuir para essa obra, graciosa ou remuneradamente, a procurar-nos*

**CLASSE** — "Chamam-se classes, grandes grupamentos humanos, que se diferenciam entre si em virtude do lugar que ocupam num sistema de produção social, historicamente determinado; por suas relações (em grande parte limitadas e formalizadas pelas leis) com os meios de produção; pelo seu papel na organização social do trabalho e, consequentemente, pela maneira de obter a porção de riqueza social de que podem dispor. "Classes são grupos de homens, nos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro, graças às diferenças de suas posições numa determinada ordem da economia social" (Lénin). O aparecimento das classes está relacionado, historicamente, com o aparecimento e desenvolvimento da divisão social do trabalho e também com o advento da propriedade privada sobre os meios de produção. Amos e escravos, tais são as classes fundamentais da sociedade escravista. Grandes senhores territoriais, que se apropriaram da terra, e servos, e eles submetidos e por eles explorados, tais são as classes fundamentais da sociedade feudal. Burguesia e proletariado, tais são as classes fundamentais da sociedade capitalista. "... Não há — diz Marx — na sociedade, senão duas classes: os operários, que não dispõem senão da sua força de trabalho e os capitalistas, que têm o monopólio de

todos os meios sociais de produção, inclusive o dinheiro" (*O Capital*, livro segundo, pag. 469). Os comunistas reconhecem a existência das classes, mas não quer isso dizer que são seus criadores, nem mesmo partidários de sua existência. Marx esclareceu que as classes surgiram por força da divisão do trabalho. E' exato. As sociedades primitivas eram dirigidas por pessoas que recebiam o encargo de defender os interesses comuns de toda a sociedade, enquanto outros produziam os bens de consumo". Por causas diversas, tendo um fundo economico, esses dirigentes tornaram-se cada vez mais independentes e acabaram por constituir uma classe privilegiada e dominante. A produção, pouco desenvolvida, permitiu que se mantivesse a divisão do trabalho entre toda a sociedade. Uns eram encarregados de uma função e outros de outras, igualmente úteis a toda a sociedade". Uma maior produtividade do trabalho só se podia conceber com a introdução de novas forças de trabalho. A escravidão veio fornecer essas novas forças. Através dos seculos, a divisão do trabalho garantiu a existência das classes. Quando a escravidão se tornou menos produtiva foi substituída pela servidão. Quando a servidão, por sua vez, se tornou menos produtiva, foi substituída pelo salariado. O modo de pro-

dução determina, historicamente, a formação das classes e o seu tipo. A produtividade pouco desenvolvida da antiga sociedade favoreceu, nas diversas fases históricas, a divisão da sociedade em classes exploradora e explorada, dominante e dominada. Enquanto a massa dos que trabalham e produzem está muito ocupada e alheia aos seus próprios interesses, a tal ponto que não se interessa pelos problemas gerais da sociedade, da direção do trabalho, da justiça, da religião, ciências, etc., uma classe especial se forma e se impõe, constituída de pessoas que não se dedicam a trabalhos diretamente produtivos, mas se ocupam das questões gerais da sociedade. Mas, se as classes foram necessárias no passado da humanidade, hoje, entretanto, já não o são. A abundância da produção, pelo desenvolvimento das forças produtivas, é tal que a existência de uma classe privilegiada é obstáculo ao desenvolvimento ulterior da civilização humana. As classes exploradas criam, com seu trabalho, toda a riqueza social, de cuja parte leonina se apropriam os exploradores. O trabalhador, pelo contrário, recebe uma porção insignificante da riqueza, criada pelo seu trabalho. As contradições entre as classes conduzem, inevitavelmente, à uma luta entre explorados e exploradores. Na história da sociedade de classes e da luta de classes cabe ao proletariado um lugar especial, porque a ele cabe o papel histórico de aboli-las, criando uma sociedade sem classes, comunista. A luta dos escravos contra os amos, dos servos contra os senhores feudais, conduziu apenas à substituição de uma forma de exploração por outra, superior. A revolução proletária, destruindo o regime capitalista e fundando o socialista, liquida a propriedade privada sobre os meios de produção, conduz à supressão das

classes e elimina, para sempre, a exploração do homem pelo homem, tornando possível a sociedade comunista, futura. Em nossos dias, faz-se cada vez mais generalizada a *consciência de classe* de todos os proletários, que se capacitam sobre os assuntos da sociedade, estando próximo o dia em que serão definitivamente extirpadas as diferenças sociais. O proletariado no poder, na URSS, já deu mostras de como a direção da sociedade nas mãos dos trabalhadores permite um maior progresso técnico, científico e econômico, ao mesmo tempo em que prepara, com a construção do socialismo, o regime social em que não existirão classes e, consequentemente, o próprio Estado perderá sua razão de ser, como guardião dos interesses da classe dominante. Quando todo o mundo capitalista atual, vencido pelo proletariado, estiver marchando ao lado da URSS, na via do socialismo, as classes trabalhadoras se encarregarão de liquidar todos os restos da herança do passado capitalista, em que as lutas de classe imperam: herança de sofrimento, de restrições à liberdade, à ciência, acompanhadas das limitações de forças produtivas. E as contradições desaparecerão com a instauração do comunismo científico, não mais por um processo revolucionário, mas evolutivo, pacífico, porque, dentro do sistema socialista, não há antagonismos de classes, mas apenas contradições entre a produção e a distribuição.

\* \* \*

Entendendo-se, pois, de modo geral, por classes, "um conjunto de pessoas que desempenham um papel idêntico ou semelhante no processo da produção, tendo, neste processo, relações análogas com outras pessoas, relações essas que se exprimem também nas

coisas (meios de trabalho), depende-se disso que cada classe está unida, pela identidade da fonte de rendimentos de seus membros, no processo da repartição dos produtos. As relações de repartição são, portanto, determinadas pelas relações de produção. Os operários de dois ramos de produção diferentes, de metalurgia e de construção civil, por exemplo, não constituem duas classes distintas, mas uma classe somente, porque, tendo em vista outros homens (engenheiros e capitalistas) encontram-se dois operários em relações idênticas. Da mesma forma, os possuidores de uma mina, de uma usina metalúrgica ou de uma fábrica de roupas, formam uma só categoria de classe: apesar das diferenças físicas entre as coisas cuja produção eles dirigem, têm, em relação aos *homens* (operários), no processo da produção, relações idênticas (de "direção"), as quais se exprimem também nas coisas. Assim, baseadas na divisão da sociedade em classes, existem as *relações de produção*. Vejamos, entretanto, algumas outras classificações de classes, classificações muito apregoadas.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS CLASSES

— Costuma-se, por exemplo, dividir a sociedade em "ricos" e "pobres". Se um homem tem muito dinheiro, pertence à classe dos ricos; se tem pouco, pertence à classe dos pobres. Nesse caso, considera-se a quantidade de dinheiro que se possui ou o nível de vida dessas pessoas. Desse modo, como costumam os sociólogos burgueses classificar, haveria uma escala de classes de acordo com os diversos níveis de rendimento, um total de 3, 4, 5 ou mais classes, conforme fossem consideradas as variações de poder social derivado das posses individuais. Os que ganham até Cr\$ 1.000,00, de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$

2.000,00, de Cr\$ 2.000,00 até Cr\$ 10.000,00, etc. (Para conhecer as diversas doutrinas burguesas de classe, apresentadas por um crítico burguês, leia-se Jean L'Homme, *Le Problème des classes*, Paris, 1934). Se tal classificação fosse justa, excluir-se-iam, por exemplo, do proletariado, algumas camadas de operários bem remunerados, especializados, tais como linotipistas, ou metalúrgicos, incluindo-se, por outro lado, camponeses pobres e artesãos, na classe operária. A "classe" mais revolucionária, segundo esse ponto de vista, seria o que Marx chamou de *lumpen-proletariat* (proletariado andrajoso, mendigo desclassificado socialmente), e, nesse grupo, é que se deveria depositar todas as esperanças, como força que realizaria a transformação de uma sociedade numa forma superior de sociedade. Por outro lado, dois banqueiros, um dos quais fosse 3 vezes mais rico do que o outro, deveriam ser colocados em duas classes diferentes. Ora, a experiência diária mostra-nos que diferentes categorias de operários se unem tanto mais rapidamente na ação do que o poderiam fazer operários e artesãos, operários e camponeses, etc. O camponês não se considera membro da mesma classe que o operário, embora ambos sejam pobres. Dois banqueiros, ao contrário, mesmo quando um é dez vezes mais rico do que o outro, sentem-se como membros de uma só família, unida e solidária. "O que as bolsas contêm — escrevia Marx, na *Miseria da Filosofia*, — é uma diferença quantitativa, em virtude da qual dois indivíduos de uma só e mesma classe podem facilmente lançar-se um contra o outro". Noutros termos, a diferença de "riqueza" não pode servir de critério suficiente para definir a classe, embora desempenhe influência determinada nos quadros de uma dada

classe. Outra teoria extremamente defendida é aquela que toma como fundamento da divisão de classes o processo da repartição, ou, seja, da distribuição do rendimento social. Se se trata, por exemplo, da sociedade capitalista, a distribuição do rendimento em 3 partes principais: lucro, renda e salário serve de base à demarcação de tres classes: capitalista, proprietário territorial e proletarios (assalariados); a parte de cada grupo, considerando-se um determinado rendimento social, não pode aumentar senão às custas da parte que corresponde a um outro. Isso se deve a que os membros de uma classe são ligados entre si pelo antagonismo de seus interesses com os membros das outras classes. Embora não nos leve a pesquisar a variação quantitativa dos rendimentos dos diversos membros das classes, esta teoria nos conduz, entretanto, a perguntar porque as pessoas são ligadas em classe, quais são os interesses que as ligam entre si e porque, na sociedade capitalista, se mantem as diferenças sociais entre as classes entre as diversas especies de rendimento não explica a origem económica dessas diferenças e a estabilidade das classes baseadas nas diferenças. A estabilidade baseia-se nas relações entre os homens e os meios de produção, nas quais se exprimem, por sua vez, as relações entre os homens no processo de produção. O papel dos homens na produção e a posse dos meios de produção, isto é, a "repartição dos homens" e a "repartição dos meios de produção" são elementos estáveis nas condições de um modo de produção determinado. Quando se diz capitalismo, tem-se, de um lado, uma categoria de pessoas que presidem ao processo de produção e dispõem de todos os meios de produção e, de ou-

tro, uma categoria de pessoas, que trabalham sob a direção dos primeiros, submetendo a eles sua força de trabalho e produzindo para eles valores sob a forma de mercadorias. E' por esta razão, precisamente, que, no dominio da repartição dos produtos do trabalho (isto é, na divisão dos rendimentos) se encontram igualmente leis determinadas. Por outros termos, chegamos a verificar que os aspectos mais importantes da produção — "repartição dos homens" e "repartição das coisas" — constituem também a base das relações das classes. Poderíamos ainda chegar a uma outra conclusão. Formulemos o problema de maneira mais geral. E' claro que cada classe é um certo "complexo real" isto é, um conjunto de pessoas submetidas sem cessar a ações reciprocas, "homens vivos", que mergulham, por suas raizes, na vida da produção, e, por seus pensamentos, se elevam até às nuvens. E' um sistema humano, parcial, particular, no interior do grande sistema a que nós chamamos sociedade humana. Segue-se, daí, que devemos abordar o estudo da classe pelo mesmo lado que abordamos a sociedade. Por outros termos: a análise das classes deve partir da análise da produção. As classes, naturalmente, diferenciam-se umas das outras em diversos planos, no plano da produção, no plano da repartição, no plano politico, no plano ideologico, no plano psicologico. Um plano está na dependencia dos outros e todos esses fenomenos são ligados reciprocamente uns com os outros: não se pode relacionar os movimentos politicos burgueses tão só às raizes economicas do proletariado. Assim, essas ligações são condicionadas pela situação da classe no processo da produção. Começemos, pois, por definir uma classe segundo sua posição na produção. — CLASSE E CONDI-

ÇÃO — Que distingue classe social de condição social? (como, por exemplo, as "ordens" do regime feudal). Por classe entende-se uma categoria de pessoas ligadas, por seu papel comum, no processo de produção, um conjunto de pessoas, cada uma das quais se acha em situação semelhante à dos demais participantes desse conjunto no processo da produção. Condição social significa, por sua vez, um grupo de pessoas unidas por sua situação comum na ordem juridica da sociedade. Os grandes proprietarios territoriais são uma classe. Os nobres constituem a condição social da nobreza. Por que? Porque os grandes proprietarios são marcados por determinada posição na economia e na produção, enquanto não é esse o caso dos nobres. O nobre tem direitos, fixados pela lei do Estado em que vive, e privilegios correspondentes à sua "nobre condição", à nobreza. Mas, economicamente, o nobre pode estar de tal modo empobrecido que pode chegar mesmo a ser um proletario ou mendigo, sem deixar de ter, como condição, a de nobreza. Era muito comum, na Russia Tsarista, dar-se a operarios que, desde a infancia, trabalhavam nas fabricas, passaportes especificando sua condição de camponeses. As leis tsaristas estabeleciam tais "condições" e, por isso, por mais diversas que fossem as ocupações dos individuos, continuavam participando das categorias em que estavam classificados. A condição social, entretanto, não é a classe "revestida" de uma categoria juridicopolitica? Tomemos um exemplo. No tempo da grande Revolução Francesa, designava-se sob o nome de Terceiro Estado (ou seja, "terceira condição") uma mistura de diversas classes, ainda mal diferenciadas umas das outras: a burguesia, os operarios, as classes intermediarias (artesãos, peque-

nos comerciantes, etc.). Todos pertenciam ao Terceiro Estado. Por que? Porque, juridicamente, não eram "nada", em comparação com os proprietarios territoriais, feudais privilegiados. O Terceiro Estado era a expressão juridica do bloco de classes colocado contra os senhores no poder. Como vemos, classe e condição podem não coincidir, mas, sob a capa da condição, esconde-se, necessariamente, a realidade de classe. Pode haver, sob uma só condição social, não uma, mas varias classes. Por outro lado, a não coincidência entre condição e classe pode ser do genero a que nos referimos acima. Um homem pode pertencer a uma "classe inferior" e a uma "condição superior", como é o caso de um nobre que se emprega como porteiro de um hotel, e, vice-versa, pode pertencer a uma condição inferior e, ao mesmo tempo, à classe dirigente superior, como, por exemplo, um grande banqueiro saído do campesinato, no século XVIII. Mas não dissemos que sob a capa da "condição", se escondia um "conjunto de classe"? A solução científica desse problema está em estudar-se não do ponto de vista de um caso isolado, mas do ponto de vista das relações típicas, nos quadros de uma organização determinada. A circunstancia fundamental é que as condições sociais foram suprimidas pelas revoluções burguesas, pelo desenvolvimento das relações capitalistas. Se se examina porque o capitalismo não pôde tolerar a existencia das condições, chega-se inelutavelmente às seguintes conclusões: nas formas precapitalistas da produção, na sociedade, todas as relações eram muito mais estáveis, o ritmo de vida muito mais lento, as mudanças muito menos frequentes que no capitalismo. A classe dominante — a aristocracia territorial — era, podemos dizer, hereditaria.

Esta surpreendente *imobilidade* das relações tornava possível a fixação dos privilégios de classe, por um lado, e das obrigações, por outro, por meio de uma enorme quantidade de normas jurídicas; esta imobilidade permitia encobrir uma *classe* (ou classes) com o nome de "condição". Mas o desenvolvimento das relações capitalistas mercantis, estas muito fluidas e móveis, deu um golpe violento nesta correlação: "o homem de condição inferior" desapareceu, os "novos ricos" apareceram; o fenómeno tornou-se comum, uma parte dos proprietários territoriais aderiu aos princípios capitalistas, a outra empobreceu, caiu na miséria, etc. Assim, a mobilidade das relações capitalistas transformou toda a base da existência das "condições". O período de transição, de decomposição das relações feudais, teve sua expressão na descorrelação cada vez maior entre o conteúdo económico das classes e seu envoltório jurídico de "condições". Um período como esse, quando se desenvolveram as relações, sem base na correlação entre classe e condição, devia inevitavelmente completar-se com a queda de todo o sistema das condições. A divisão superficial e ilusória entre as condições tornou-se incompatível com o desenvolvimento das relações de produção capitalista, da mesma forma que a divisão em classes se torna, por sua vez, incompatível com a evolução atual das forças produtivas. Eis por que Marx dizia, na *Miséria da Filosofia*: "A condição da libertação da classe operária é a abolição de todas as classes, exatamente como a abolição do Terceiro Estado... foi a supressão de todas as "ordens". E Engels, no seu comentário, anexou a esse trecho a seguinte observação: "Trata-se aqui das "condições" ou "ordens", no sentido histórico de "condições" do Estado feudal. "con-

dições" que gozavam de privilégios "definidos e delimitados". A revolução burguesa aboliu as condições com todos os seus privilégios. A sociedade de hoje conhece somente as classes. Assim, nos sistemas pre-capitalistas estaveis, as condições ou "ordens" eram a expressão jurídica das classes; a crescente tendência para não coincidirem esses elementos (a ruptura deste equilíbrio entre o conteúdo de classe e a forma jurídica de condição) foi provocada pelo desenvolvimento das relações capitalistas e a decomposição das antigas classes feudais, tanto as inferiores como as superiores; no sistema feudal, o campesinato, como classe, coincidia completamente com o campesinato, como condição; mais tarde, entretanto, esse campesinato deu origem à burguesia e ao proletariado agrícola, duas classes opostas; ora, a forma "condição" continuava a mesma e devia por isto desaparecer. Convem, para tornar mais claro o assunto, definir agora o que é profissão. — PROFISSÃO — E' claro que a profissão está ligada ao processo de trabalho. Ela se diferencia da classe, em primeiro lugar, porque a repartição dos homens em profissões diferentes não obedece às relações dos homens entre si, mas às suas relações com as coisas; a repartição por profissões considera sobre que coisas, com que coisas e quais as coisas que os homens elaboram. O torneiro mecânico distingue-se do marceneiro e do pedreiro, não porque os homens, derivados de suas relações, tenham relações diversas com os capitalistas, mas porque o torneiro trabalha o metal, enquanto que o marceneiro trabalha a madeira e o pedreiro a pedra e a areia. Não se trata, entretanto, somente de coisas, porque a profissão constitui, além disso, uma *relação social*; no processo da produção, no qual operários de diversas

profissões estão ligados entre si pelas normas do processo da produção, ha evidentemente homens submetidos às mesmas relações. Por mais diferentes que sejam essas relações, elas se identificam todas, diante das diferenças baseadas na questão fundamental e principal: *as diferenças entre o trabalho dirigente e o trabalho executante, as diferenças expressas pelas relações de propriedade*. A divisão em profissões, baseada nas relações entre técnicas com os instrumentos, com os métodos e o objeto de trabalho, não coincide, de modo algum, nem com a divisão do trabalho em trabalho dirigente e trabalho subordinado, nem com a "repartição dos meios de produção" que lhe corresponde, ou, seja, não coincide com as relações de propriedade sobre os meios de produção. Assim, a profissão está enquadrada como uma divisão entre os homens, segundo sua relação com as coisas, porém, com a subordinação dessa categoria à divisão fundamental entre os homens, baseada nas relações de produção, ou, seja, na divisão de classes. Vejamos, agora, depois de examinarmos a diferença que separa a classe das categorias de *condição* e de *profissão*, quais são as classes na sociedade moderna. — CLASSES FUNDAMENTAIS — As *classes fundamentais* de um sistema social são *duas*: a classe dirigente, detentora dos meios de produção, e a classe executante, privada dos meios de produção, trabalhando para a classe dirigente. A forma específica dessa relação de exploração económica e de subordinação determina também a forma da sociedade que ela caracteriza. Por exemplo: se as relações entre a classe dirigente e a classe subordinada se reproduzem por meio da compra da força do trabalho no mercado, pode-se dizer que ha *capitalismo*; se se reproduzem por meio da

compra de *homens* ou do saque ou por outros meios, sem a compra de nenhuma força de trabalho operária, se a classe dirigente dispõe não somente da força de trabalho operária, mas também "da alma e do corpo" do explorado, podemos dizer que ha *escravidão*, etc. Encontra-se em *O Capital*, de Marx, tomo III, um trecho em que ele se refere às 3 grandes classes da sociedade capitalista. "Os proprietários de uma força de trabalho, os proprietários do capital e os proprietários territoriais, cujas fontes de rendimento são, respectivamente, o salario, o lucro e a renda, constituem as 3 grandes classes da sociedade contemporânea, que derivam do modo capitalista de produção". Mas, do facto dos proprietários territoriais constituírem uma grande "classe", não se conclue que seja uma das *classes fundamentais*. Na obra de Marx, *O Capital*, IV volume, *Teorias da Mais-Valia*, tomo II, pag. 292-299, encontramos referencias que esclarecem o assunto: "*o trabalho passado* e o *trabalho vivo* são os dois factores sobre cuja oposição mutua repousa a produção capitalista. O capitalista e o operário assalariado são os únicos promotores e factores da produção capitalista. A produção, como o lembra James Mill, poderia continuar, sem inconvenientes, sua marcha, mesmo se os proprietários territoriais particulares desaparecessem e se, em seu lugar, se colocasse o Estado... Este facto, em cuja origem se acha a propria essência do modo capitalista da produção, diferentemente do modo feudal, do modo antigo, etc. — este facto de se reduzirem as classes que participam diretamente da produção... a duas, capitalistas e assalariados, tendo se *excluído* os *proprietários territoriais*, os quais não aparecem senão *post festum*, assim mesmo em consequência de relações

determinadas de propriedade que não apareceram no campo do modo capitalista de produção, mas que se transportam do seio da economia feudal... este facto constitue a *differentia specifica* da produção capitalista, sua expressão teórica adequada". As classes fundamentais dividem-se em sub-classes, em frações diversas. Assim, por exemplo, na sociedade capitalista, a burguesia dominante fracionou-se em burguesia industrial, burguesia comercial, banqueiros, etc.; a classe operaria, por sua vez, subdivide-se em operarios classificados e não qualificados. — CLASSES INTERMEDIARIAS — Além das sobrevivências dos sistemas economicos anteriores ao capitalismo, que ainda são encontrados, existem varios agrupamentos que não se podem incluir nas classes fundamentais, apesar de serem indispensaveis ao regime. São, por exemplo, na sociedade capitalista, a classe dos tecnicos intelectuais, que ocupam lugar intermediario entre a classe exploradora e a classe explorada. — CLASSES DE TRANSIÇÃO — São os grupos provindos de uma forma social precedente, e que, no actual regime, se desagregam, dando origem a elementos que vão engrossar as fileiras de uma das classes fundamentais. Tal, por exemplo, é o caso dos artesãos. São uma sobrevivência do regime feudal e transformam-se uns poucos em burgueses e a maioria em proletarios. Tomemos o campesinato. No capitalismo, ele se decompõe constantemente em camadas diversas, dando origem a fazendeiros capitalistas, a rendeiros, e, tambem, a proletarios ou camponeses pobres, semi-operarios (trabalhador de empreitada), etc. — CLASSES DE TIPO MIXTO — Consideramos, aqui, os grupos que pertencem, ao mesmo tempo, a alguns aspectos, a uma classe e, noutros, a outra classe.

Ha, por exemplo, um ferroviario que, possuindo pequenos lotes de terra, contrata um trabalhador para tratá-la, sendo, pois, ao mesmo tempo, um operario e um pequeno patrão. Esse tipo existe, em grande quantidade, entre os operarios de determinadas regiões. — "DESCCLASSIFICADOS" — Convem estudar à parte aquilo que se chama os grupos "desclassificados", ou, seja, os grupos de individuos desajustados de qualquer trabalho social: *lumpen-proletariat*, mendigos, desordeiros, malandros, etc. Ao estudarmos um tipo generico, abstrato, de classe, tratamos quase exclusivamente das classes fundamentais. Mas, quando desejamos conhecer a realidade concreta, precisamos aprofundar os detalhes em contacto com todos os tipos de classes e de relações sociais e economicas. — ORIGEM DAS CLASSES — A causa geral da existencia das classes é explicada por Engels, no *Anti-Duhring*, do seguinte modo: "Todas as contradicções historicas que, até ao presente, existirem, entre exploradores e explorados, governantes e oprimidos, têm suas raizes... na produtividade relativamente atrasada do trabalho humano. Tanto assim que a população, trabalhando efetivamente, é absorvida por seu trabalho, a tal ponto indispensavel, que não lhe resta tempo para se dedicar aos assuntos gerais da sociedade inteira — divisão de trabalho, negocios do Estado, arte, ciencia, etc. — desde que se chega a esse ponto, deve existir constantemente uma classe particular, que, libertada do verdadeiro trabalho, se ocupe dessas coisas, sem jamais deixar de fazer cair, em virtude das vantagens que ela aufere, um fardo mais pesado sobre os ombros das massas trabalhadoras. Noutra passagem, Engels refere-se a esse mesmo ponto, dizendo que a so-

ciidade se divide em duas classes e acrescenta, para resumir: "a lei da divisão do trabalho, eis, em resumo, o que é a base da divisão da sociedade em classes". Isso não nos leva a concluir que a condição natural ou tecnica da divisão do trabalho é a causa da formação das classes. A causa fundamental, Engels via-a nas relações de produção e de repartição, que constituem um processo de natureza puramente economica. A divisão do trabalho, formando uma condição da divisão em classes, é um dos aspectos das relações de produção. As classes correspondem relações de produção. Mas, além das características das classes ligadas às relações de produção, devemos assinalar as posições das classes na repartição dos produtos do trabalho. — ANTAGONISMOS DE CLASSES — O antagonismo entre a classe dirigente e a classe dirigida, uma que detem o monopolio dos meios de produção e outra que possui unicamente sua força de trabalho, encontra sua expressão no antagonismo dos rendimentos de cada uma, na contradicção entre as partes dos produtos elaborados que correspondem a cada classe na divisão da massa total dos produtos. Uma tal diferença de condições de existencia entre as classes determina tambem sua "consciencia". As contradicções entre as condições de existencia materiais (maneira de ser de cada classe) encontram expressão direta na formação do que se chama *interesses de classe*. A forma mais primitiva e mais comum dos interesses de classe é o desejo das classes de *augmentar sua parte na repartição da massa dos produtos*: No sistema da sociedade baseada em classes, o processo da produção é, ao mesmo tempo, um processo de exploração economica dos operarios em geral. Eles produzem mais do que recebem. Parte dos produtos elaborados (na socie-

dade capitalista, valores) destina-se ao sustento dos proprietarios dos meios de produção e outra parte destina-se à ampliação da produção (na sociedade capitalista, a "acumulação capitalista"). Por isso, os interesses da minoria no poder podem ser resumidos como aspiração a *manter e ampliar as possibilidades de exploração economica*, e os interesses da maioria explorada, por sua vez, como aspiração a *se libertar dessa exploração*. Tais interesses antagonicos, nascidos das contradicções economicas entre as classes, refletem-se no terreno das superestruturas sociais, politicas, religiosas, juridicas etc. Assim, os interesses de classe desenvolvem-se num sistema complexo, abarcando os *dominios mais diversos da vida social*. Os interesses, sistematizados, reunidos num corpo de doutrina, como base no interesse geral de determinada classe, tendem à formação do que se chama o "ideal social", que representa, pois, para cada classe, sua visão do mundo e a quintessencia dos seus interesses fundamentais. Devemos distinguir, entre os interesses de classe, os duraveis e gerais dos que são transitorios, efemeros. Um interesse momentaneo pode estar em contradicção com um interesse fundamental. Assim, por exemplo, os operarios de uma dada industria podem ter o interesse momentaneo de manter boas relações com seu patrão, mas a solidariedade de classe, baseada nos interesses gerais da classe operaria, deve leva-los a acompanhar as manifestações coletivas dos operarios das demais industrias obrigados a chocarem-se com os patrões. Os dirigentes operarios devem ter em conta a defesa dos interesses amplos e basicos de sua classe, na direção dos movimentos reivindicativos. Outro exemplo: o interesse fundamental da classe operaria, na guerra contra o nazismo, foi o de auxiliar os governos

democraticos, aumentando a produção, evitando os conflitos do trabalho, as greves, etc. que, embora sejam promovidas pela defesa dos interesses economicos imediatos da classe operaria, devem tambem estar subordinados aos interesses mais gerais e essenciais, como, no caso, o foi o interesse de liquidar o nazismo e garantir as liberdades democraticas. Se o nazismo é o maior inimigo da classe operaria e do povo, sua liquidação constitue o maximo objetivo de todos os trabalhadores do mundo. E, por isso, os demais problemas ficam subordinados aos interesses da luta contra o nazismo. Os interesses permanentes e duraveis devem ter prioridade sobre os interesses efemerios e momentaneos; os interesses gerais e essenciais devem ser colocados acima dos interesses de grupos ou de profissões e, finalmente, o interesse de uma classe revolucionaria, que está destinada a destruir o sistema de relações sociais imperantes e a construir um novo sistema, deve chegar a organizar-se nas diversas etapas historicas da luta de classes, não só pelo interesse de destruir o sistema social, como tambem pelo interesse de criar as premissas para o novo sistema. O Estado, nas mãos do proletariado, na URSS, deu a este a obrigação de orientar os interesses e aspirações da classe operaria, não apenas do ponto de vista de consumidora, como ela o era no regime capitalista, interessada em modificar o processo de repartição dos produtos sociais, mas tambem do ponto de vista da organização da produção, afim de que a nova sociedade possa crescer para os rumos do socialismo. A experiencia que a URSS nos oferece a este respeito é assombrosa. O proletariado sovietico criou rapidamente o maximo interesse de classe, na etapa que se abria, a etapa da construção da sociedade so-

cialista. (Recompilação de Lênin, Iudin, Rosental, Burrárin, etc.).

KAUTSKI (Karl) — (1854-1934). Economista, historiador e social-democrata alemão, nascido em Praga, em 16 de outubro de 1854. Realizou os primeiros estudos no Liceu e na Universidade de Viena. Sua atividade, como marxista, iniciou-se sob a direção imediata de Frederico Engels, colaborando desde 1880 na imprensa socialista de Zurich, Stuttgart e Berlim. Em 1883, fundou *Die Neue Zeit* (Os novos tempos), que chegou a ser a revista científica da social-democracia alemã e da qual foi redator principal até 1916. O Congresso de Erfurt, celebrado em 1891 pelo partido social-democrata alemão, designou-o membro da comissão encarregada de redigir o novo programa do partido, para o qual escreveu um comentario especial intitulado *Der sozialistische Program* (O programa socialista). Depois da morte de Engels, a principio, foi considerado como o mais fiel interprete da doutrina marxista, destacando-se dos teóricos mais eminentes da Segunda Internacional. Em face das tendencias revisionistas, representadas por Eduardo Bernstein, assumiu posição critica, publicando em *Die Neue Zeit* uma serie de artigos de polemica, que, depois, apareceram em forma de livro sob o titulo de *Bernstein e o Programa da Social-Democracia* (*Bernstein und das Sozial-Demokratische Program*, Stuttgart, 1889). Em 1899, publicou tambem *A Questão Agraria*, com a qual aparecia, pela primeira vez, uma exposição detalhada do desenvolvimento da agricultura do ponto de vista marxista. Este livro, que figura entre as obras classicas do marxismo, foi objeto de discussão nos circulos da social-democracia, especialmente por parte dos revi-

sionistas alemães e russos. Em 1902, foram publicadas suas conferencias sobre *Die Sozial Revolution* (A revolução social), que tambem motivaram largas controversias, da mesma forma que anos depois, ao expor suas concepções filosoficas num ensaio intitulado *Ethik und materialistische Geschichtsauffassung* (A etica e a concepção materialista da historia) e, em 1909, deu a conhecer *O caminho do poder*, considerado por Lênin o ultimo de seus livros revolucionarios. Em todas estas obras, defendia, em face das concepções heterodoxas do revisionismo, o ponto de vista do marxismo ortodoxo. Mas, desde 1910, — quando começaram as discussões com a "esquerda" dirigida por Rosa Luxemburgo, Franz Mehring, Clara Zetkin, etc. — a posição "centrista" de Kautski apareceu de maneira cada vez mais acentuada. "Por sua teoria de pauperização relativa, Kautski chegou, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, ao ponto de vista reformista de Bernstein, pois, se o capitalismo pode assegurar a melhoria absoluta da situação do proletariado, quem tem razão, afinal de contas, não é o marxismo revolucionario, mas o reformismo. É certo que as rendas dos capitalistas crescem mais depressa que a dos operarios. Mas desde o momento em que estas tambem crescem, não ha nada que justifique que os operarios se preocupem com o aumento, num ritmo acelerado, das rendas dos capitalistas. Pelo contrario, o aumento das rendas dos capitalistas é uma condição para o aumento dos salarios. Não se deve acabar com o capitalismo, pois ele pode, por meio de reforma, melhorar, pouco a pouco, a situação do proletariado, dentro dos proprios quadros do regime capitalista. Esta é a conclusão logica da teoria da pauperização relativa. Não é por acaso que

Kautski negava até mesmo a pauperização da classe operaria. Nas suas ultimas obras, afirma categoricamente que o capitalismo está interessado em aumentar o bem-estar material e cultural do proletariado. Não foi por acaso que Kautski se transformou num dos defensores mais ferozes do capitalismo e num inimigo encarnizado da União Sovietica". (Segal — *Noc. Fund. de Esc. Polit.*, pag. 222 — Edit. Calvino Ltda.). Nas questões decisivas (greves de massa, imperialismo, etc.), assumiu equivocada atitude conciliadora. No inicio da guerra imperialista de 1914, adotou um ponto de vista hesitante, acabando, finalmente, por aderir definitivamente ao reformismo e renegar completamente todas as suas afirmações revolucionarias de tempos atrás. Ha, em sua *Auto-biografia*, escrita em 1923, uma frase que é muito caracteristica. Reportando-se à sua posição em relação a Bernstein, que outrora combatera vigorosamente, diz Kautski: "Nós nos reencontramos na guerra, cada um de nós conservou sua concepção teorica, mas, em nossa ação pratica, estivemos, então, quase sempre de acordo". Com um furor morbido, Kautski lutou contra a insurreição revolucionaria na Russia e contra o Poder Sovietico. Não ha vil mentira e baixa calunia que ele não tenha asacado contra os revolucionarios russos, e de um modo que os seus mais serenos amigos mencheviques não aceitavam como maneira de polemizar. Raramente um homem politico sofreu tal transformação e perseguiu com odio e denunciou como erro insensato o que, antes, ele mesmo havia ensinado. "Criticando Kautski, numa de suas cartas a Bebel, escritas depois da morte de Marx, Engels apontava, como defeito principal de Kautski, sua "inclinação às conclusões precipitadas" e descrevia o "odioso metodo de en-

sino de historia nas Universidades, especialmente nas austriacas" nas quais os estudantes estão acostumados a escrever seus trabalhos historicos com um material insuficiente sob todos os aspectos. Kautski fazia a mesma coisa com singular "desenvoltura". Kautski não tem a mais remota ideia do que seja o verdadeiro trabalho científico". (Marx e Engels, *Obras completas*, tomo XXVII, pags. 481 e 482). Kautski expôs sua concepção filosofica, quando ainda era marxista, na brochura editada em 1906, *Ethik und materialistische Geschichtsauffassung* (A etica e a concepção materialista da historia). Mencionemos ainda, entre suas numerosas obras: *Thomas More und seine Utopie*, 1888; *Vorläufer des neueren Sozialismus*, 1894 (Os precusores do socialismo moderno); *Die Agrarfrage*, 1899 (A questão agraria); *Ursprung des Christentums*, 1908 (A origem do cristianismo).

**PENSAMENTO HUMANO E VERDADE ETERNA** — No *Anti-Dühring*, Engels expõe o seu ponto de vista da seguinte forma: "O pensamento humano é soberano? Antes de responder sim ou não, é preciso primeiramente saber o que é, na realidade, o pensamento humano. E' o pensamento de um só homem? Não. Ele não existe senão como pensamento concreto de muitos milhares de milhões de homens passados, presentes e futuros. Assim, pois, quando eu digo que esse pensamento de todos os homens, inclusive os vindouros, sintetizado no meu espirito, é soberano, capaz de conhecer, de modo absoluto, o mundo real, desde que a humanidade subsista o tempo necessario para isso e que não produza, nem nos órgãos nem nos objetos do conhecimento, modificação capaz de limitar esse conhecimento, estarei dizendo

uma coisa banal e, além disso, estéril. Porque o resultado mais precioso dessa ideia seria tornarmos-nos extremamente desconfiados quanto aos nossos conhecimentos atuais, posto que estamos, segundo toda a probabilidade, ainda quase no inicio da historia da humanidade, tendo as gerações que nos corrigirão de ser seguramente muito mais numerosas que aquelas cujos conhecimentos — não poucas vezes com um olimpico desprezo — somos capazes de corrigir. A soberania do pensamento realiza-se através de uma serie de seres humanos pensantes muito pouco soberanos; os conhecimentos que podem alegar títulos incondicionais de verdade se impõem depois de uma serie de erros relativos; nenhuma soberania pode converter-se em plena realidade a não ser através da duração infinita da propria realidade. Encontramos, aqui, a mesma contradição, que já indicamos no trecho acima, entre o carater, que necessariamente temos que apresentar como absoluto do pensamento humano e a realidade desse pensamento numa multidão de seres humanos, isolados, de pensamento limitado. Essa contradição não se pode resolver senão no decorrer de um processo infinito, na sucessão, — para nós, pelo menos, praticamente inacabavel — das gerações humanas. Nesse sentido, podemos dizer que o pensamento humano é ao mesmo tempo soberano, e a sua capacidade cognocitiva é ao mesmo tempo limitada e absoluta. Soberano e absoluto quanto à sua capacidade, sua vocação, suas possibilidades, sua meta historica final; não soberano e limitado, quanto à sua aplicação concreta e a realidade de cada caso particular. O mesmo acontece com as verdades eternas. Se a humanidade chegasse, em algum tempo, a um tal grau de progresso que só atuasse com verdades eternas, com produtos do

exercício do pensamento que pudessem reivindicar uma validez soberana e titulos incondicionais de verdade, teria alcançado o ponto em que se teria esgotado a infinidade do mundo intelectual, tanto em relação à realidade como em relação à possibilidade, efetuando-se assim o famoso milagre da contagem do inumeravel. Mas será possível que existam verdades tão incontestaveis que toda a duvida a seu respeito nos faça supor, necessariamente, um indicio de imbecilidade? Quando dizemos que dois e dois são quatro, que os três angulos de um triangulo equivalem a dois retos, que Paris está em França, que o homem que não se alimenta, morre de fome, etc. . . não estamos afirmando verdades incontestaveis? Existem, porventura, verdades eternas, verdades definitivas e inapelaveis? E' fora de duvida que não. E, seguindo a conhecida tradição, poderemos dividir todo o campo do conhecimento em tres grandes zonas. A primeira compreende todas as ciencias que estudam a natureza inanimada e que, em menor ou maior grau, podem ser tratadas pelos metodos matematicos: as matematicas, a astronomia, a mecanica, a fisica, a quimica. Se ha quem prefira aplicar palavras retumbantes a coisas tão simples, pode afirmar que alguns dos resultados destas ciencias são verdades eternas, verdades definitivas e inapelaveis e esse é justamente o motivo pelo qual essas ciencias são chamadas de exatas. Mas isso não significa que todos os seus resultados sejam exatos. Ao introduzir as grandezas variaveis e ao entender a sua variabilidade até o infinitamente grande e o infinitamente pequeno, as puritanas matematicas cometeram o pecado original, morderam a maçã do bem e do mal, que lhes abriu um caminho de grandes triunfos, mas tambem de grandes erros. A pureza das

verdades absolutas, o valor incontestavel das matematicas havia, desse modo, terminado; iniciou-se a era das controversias e assim chegamos a uma situação em que a maioria dos matematicos se debate com as suas diferenciais e integrais, não porque saibam o que estão fazendo, mas por puro ato de fé, porque viram fazer assim. Mas é ainda pior o que se dá com a astronomia e a mecanica, sem falarmos da fisica e da quimica: nelas, o cientista move-se dentro de um turbilhão de hipoteses, que o assaltam, de todos os lados, como um enxame de abelhas. E é natural que assim seja. A fisica trata dos movimentos das moleculas; a quimica, da formação das moleculas, partindo de atomos e, se a interferencia das ondas luminosas não é uma fabula, não ha a menor esperança de que possamos algum dia chegar a ver esses tão interessantes objetos com os nossos proprios olhos. E' assombroso verificar como vão desaparecendo com o tempo, nesse assunto, as verdades definitivas e inapelaveis. Incomparavelmente mais difícil é o terreno que pisamos em geologia, ciencia que estuda, por sua propria natureza, e em primeiro lugar, fenomenos que não só não assistimos, como tambem não foram assistidos por nenhum outro homem, em epoca alguma. Aqui, a procura de verdades definitivas inapelaveis é extraordinariamente penosa, e de rendimento escassissimo, além do mais. A segunda categoria de ciencias é a das que têm a seu cargo a investigação dos fenomenos que ocorrem nos organismos vivos. Neste campo de estudos, desenvolve-se uma serie tão diversa de ações e de reações, de reciprocas casualidades, que cada problema resolvido coloca um sem-numero de problemas novos, além de existirem não poucos problemas que se conseguem resolver ape-

nas pouco a pouco, por meio de investigações que duram às vezes séculos inteiros. Além disso, a necessidade de formar-se uma noção sistemática das concatenações científicas obriga constantemente o cientista a envolver as verdades definitivas e imperecíveis com uma verdadeira floresta de hipóteses. Pense-se na imensa sucessão de fases intermediárias que foi preciso percorrer-se, desde Galeno até Malpighi, para tornar clara uma coisa tão simples como a circulação do sangue nos mamíferos; pense-se no pouco que sabemos do processo de produção dos glóbulos do sangue e na série de elos intermediários que nos faltam, ainda hoje, por exemplo, para poder relacionar racionalmente os sintomas de uma enfermidade com suas causas. De vez em quando, e com muita frequência, aparece uma descoberta, como esta da célula que nos obriga a submeter a uma total revisão as noções que considerávamos verdades definitivas e inapeláveis no campo da biologia e a deixar de lado, para sempre, inúmeras delas. Assim, quem se empenha a defender aqui, a todo transe, autênticas verdades imutáveis, está se restringindo a formular vulgaridades no estilo das que damos a seguir: todos os homens são mortais, as fêmeas dos mamíferos têm, sem exceção, glândulas mamárias, etc. Nem sequer se poderá aventurar a afirmação de que os animais superiores diferem com o estômago e o intestino e não com a cabeça, pela simples razão de que a função nervosa, centralizada na cabeça, é indispensável para a digestão. Mas as verdades eternas saem perdendo ainda mais no terceiro grupo de ciências, as ciências históricas, aquelas que investigam na sua sucessão histórica e nos seus resultados atuais, as condições de vida dos homens, as relações sociais, as formas do Direito e

do Estado, com as suas super-estruturas ideal, filosófica, religiosa, artística, etc. Pelo menos, na natureza biológica, nos aparecem muitos fenômenos que, quando necessitamos observá-los diretamente, podemos fazê-lo, por que eles se repetem, com certa regularidade, dentro de limites de tempo bastante dilatados. As espécies animais e vegetais continuam sendo, de modo geral, as mesmas do tempo de Aristoteles. O mesmo não acontece na história da sociedade, na qual as repetições de situações, desde que ultrapassamos a pre-história da humanidade, a chamada idade da pedra, são a exceção e não a regra. Mesmo quando ocorrem, as repetições não se dão nunca exatamente nas mesmas condições. A mesma coisa acontece com o regime primitivo da propriedade coletiva da terra, em todos os povos civilizados, e, do mesmo modo, com a forma de sua dissolução, que não se processa uniformemente em todos os povos. No campo da história da humanidade a ciência se encontra, pois, muito mais atrasada que no campo da biologia. Ainda mais, quando conseguimos conhecer, uma vez ou outra, a íntima ligação que existe entre as modalidades de vida, sociais e políticas, de uma época, isso acontece, em regra geral, quando essas formas estão já semi-decadentes e caminham para a morte. O conhecimento é, pois, essencialmente relativo, porquanto o seu objetivo limita-se sempre a penetrar no encaideamento e nas consequências de determinadas formas de sociedade e de Estado, que se sucedem em determinadas épocas e determinados povos e que são, por sua própria natureza, transitorias e efêmeras. Desse modo, quem sair por esses domínios à caça de verdades definitivas e inapeláveis, de autênticas verdades verdadeiramente imutáveis, não conseguirá reunir

grande coisa, desde que não se contente com vulgaridades e lugares-comuns da pior espécie, como, por exemplo, o de que os homens não podem viver, em geral, sem trabalhar; o de que os homens, até a nossa época, têm estado divididos, quase sempre, em dominantes e dominados, ou, então, o facto de ter Napoleão morrido no dia 5 de maio de 1821, e assim por diante. Entretanto, é notável que seja este precisamente o campo em que, com maior frequência, deparamos com pretensas verdades eternas, verdades definitivas e inapeláveis, etc. Considerar verdades eternas que dois e dois são quatro, que os passaros têm bico, e outras coisas deste género, não mais pode ocorrer a quem abrigue a secreta intenção de estabelecer o princípio das verdades eternas de modo geral, para deste princípio extrair deduções sobre a existência, também no campo da história humana, de verdades eternas, como sejam, uma moral eterna, uma justiça eterna, etc., com os mesmos títulos de legitimidade e o mesmo alance que as verdades matemáticas e as aplicações dessas verdades. E podemos ter segurança de que, se for assim, esse mesmo filantropo aproveitará a primeira oportunidade para assegurar-nos que os fabricantes de verdades eternas que vieram antes dele não deixaram de ser, alguns mais, outros menos, umas bestas e uns charlatães, que todos andavam equivocados, que eram todos vítimas de erro, mas que os erros, que cometeram, a sua falibilidade, é perfeitamente lógica, servindo para demonstrar a verdade e a exatidão que cercam o atual descobridor de verdades eternas, esse profeta recém-saído do forno, que traz, na mochila, pronta para ser posta em circulação, a verdade definitiva e inapelável, a moral eterna, a eterna justiça. Centenas de milhares de vezes

tais coisas já se passaram, de tal modo que se tem que ficar assombrado, de que haja ainda homens que sejam bastante ingenuos para acreditar, já não digo nas plataformas dos outros, mas nas suas próprias. Poderíamos ter mencionado mais atrás as ciências que investigam as leis do pensamento humano, ou sejam, a lógica e a dialética. Mas também nesse terreno não estão melhor colocadas as verdades eternas. Além de tudo não nos precisamos assustar pelo facto de que o grau de conhecimento que alcançamos na atualidade tenha tão pouca coisa de definitivo quanto o das épocas que nos precederam. O nosso conhecimento engloba já um material imenso de dados e exige uma grande especialização de estudos por parte de quem pretende se familiarizar com um ramo ou uma disciplina qualquer de ciência. Mas quem se limita a medir com a estreiteza da verdade definitiva e sem apelação, da autêntica verdade imutável, conhecimentos que, ou estão destinados, como conhecimentos relativos por natureza, a serem estudados por muitas gerações e que, portanto, têm que ser completados pouco a pouco e gradualmente, ou aqueles outros que, como acontece com a cosmogonia, a geologia, ou a história humana, são também, e necessariamente têm que continuar a ser, por natureza, incompletos e parciais, pela insuficiência mesma do material histórico; quem, repetimos, se limita de tal forma, não faz mais que reafirmar com isso a sua própria ignorância e sua desorientação, embora não se proponha ele próprio, como no caso presente, a fazê-las ressaltar, arrogando-se, como defesa, títulos de infalibilidade pessoal. A verdade e o erro, como todos os conceitos que se movem dentro de antíteses polares, só têm aplicação absoluta dentro de uma zona muito limitada, como nós acabamos de ver.

Tão logo, a antítese de verdade e erro se afasta daquela zona circunscrita em que se deve mover, ela se converte de absoluta em relativa e perde, assim, todo e qualquer valor, como meio estritamente científico de expressão: e se tentamos aplicá-la como valor absoluto, fora daquela órbita circunscrita, fracassamos definitivamente, pois os dois polos das antíteses se trocam no inverso do que são, a verdade em erro e o erro em verdade. Tomemos, como exemplo, a conhecida lei de Boyle, segundo a qual, permanecendo invariável a temperatura, varia o volume dos gases na razão inversa da pressão a que estão submetidos. Regnault descobriu que esta lei não era aplicável a certos casos. Se tivesse sido um "filósofo da realidade", deveria ter dito: a lei de Boyle é mutável: não é, portanto, uma autêntica verdade, ou seja, não é uma verdade, mas sim um erro. Mas com isso teria cometido um erro muito maior que o existente na citada lei; a rocha granítica de sua verdade teria desaparecido como se fosse um torrão de areia na imensidade de seu erro; teria convertido o seu resultado originalmente exato num erro tal que, comparada com ele, a lei de Boyle, apesar da poeira de erros a ela aderida, resplandeceria como uma grande verdade. Mas Regnault, como cientista que de facto era, não se deixou levar por semelhantes puerilidades, tendo continuado a pesquisar, até descobrir que a lei de Boyle era apenas aproximadamente certa e que deixava de se-lo, sobretudo na presença de gases que, quando submetidos à pressão, se tornavam fluidos, ou, mais concretamente, a lei deixava de ser certa a partir do momento em que a pressão se aproximava do ponto de fluidez. A lei de Boyle só se mantinha exata dentro de certos limites. Mas, dentro destes limites, era absoluta, definitiva-

mente verdadeira? Nenhum físico se atreverá a afirmar semelhante coisa. Responderá unicamente que esta lei é efetiva e exata dentro de certos limites de pressão e temperatura e para determinados gases; e mesmo dentro destes limites admitirá a possibilidade de que o seu campo de aplicação se restrinja mais ainda ou que a sua fórmula se modifique como resultado de posteriores investigações. Vemos, aqui, o caráter que assumem, na física, as verdades definitivas e inapeláveis. Por isso, todos os trabalhos realmente científicos se abstem, cuidadosamente, de empregar termos tão dogmaticamente normativos como os de erro e verdade, que encontramos em grande quantidade em obras como *A Filosofia da Realidade* na qual pretende o autor nos impor, como sendo o fruto soberano do pensamento soberano, um mero encadeamento de frases sem sentido. Se nada ganharmos com os conceitos de verdade e erro, menos ainda obtivemos com o do bem e do mal. Esta antítese move-se, pura e exclusivamente, dentro da órbita moral, isto é, num terreno que pertence à história humana, onde já sabemos que pouquíssimas verdades definitivas e inapeláveis podem fecundar. As ideias do bem e do mal variaram tanto de povo para povo, de geração para geração, que, não poucas vezes, chegam a se contradizer abertamente. Mas, — replicará alguém com toda a certeza — o que é bem não é mal, o que é mal não é bem, e se se apaga qualquer distinção entre o bem e o mal, ter-se-á destruído a moral, e cada qual poderá fazer ou deixar de fazer o que bem entender. Mas o problema não é tão fácil de resolver, pois que, assim sendo, não haveriam disputas sobre o que está bem e o que está mal e todo o mundo saberia se orientar sobre o que é bom e sobre o que é mau. Mas vejamos o

que acontece em nossos dias. Que espécie de moral nos pregam hoje? Temos, em primeiro lugar, a moral cristã-feudal, que nos legaram os velhos tempos da fé e que se divide, fundamentalmente, numa moral católica e numa moral protestante, com toda uma série de variações e sub-divisões que vão desde a moral católica dos jesuítas e a moral ortodoxa dos protestantes, até à moral de certo modo liberal e tolerante. E, ao lado dessas, temos a moderna moral burguesa e, ao lado da moral burguesa moderna, a moral proletária do futuro. Portanto, somente nos países mais cultos da Europa, nos defrontamos com três grandes grupos de teorias morais, correspondentes ao passado, ao presente e ao futuro, pretendendo esses três grupos dominar, concorrente e simultaneamente. Qual delas é a verdadeira? Em sentido absoluto e definitivo, nenhuma; mas, evidentemente, a que contem mais garantias de permanência é a moral que, no presente, representa a destruição do presente, construindo o futuro, ou seja, a moral proletária. Assim, verificando que as três classes que constituem a sociedade moderna, que são a aristocracia feudal, a burguesia e o proletariado, possuem cada uma a sua moral particular, teremos, necessariamente, de concluir, que os homens, consciente ou inconscientemente, fazem derivar suas ideias morais, em última análise, das condições práticas em que se baseia a sua situação de classe, ou seja, das condições económicas em que produzem e trocam os seus produtos. Existe, porventura, algum elemento comum às três teorias morais mencionadas, um só elemento que seja que possamos acatar como verdade permanente e definitiva? Essas três teorias morais representam outras tantas etapas distintas de um mesmo processo histórico, e po rrisso têm um fundo his-

tórico comum, o que faz com que forçosamente elas contenham toda uma série de elementos comuns. E não é só. Em fases idênticas ou aproximadamente equivalentes de desenvolvimento económico, as teorias morais devem necessariamente coincidir, numa extensão maior ou menor. Ao surgir a propriedade privada sobre as coisas moveis, impôs-se, necessariamente, em todas as sociedades nas quais existe essa instituição, um preceito de moral, comum a todas elas: "Não roubarás". Transformou-se êste preceito, por esse simples facto, numa norma eterna de moral? Numa sociedade em que tivessem desaparecido os moveis do roubo, na qual, portanto, de um modo geral, somente poderia roubar uma pessoa anormal, o pregador de moral que subisse ao púlpito para proclamar solenemente a verdade eterna do "não roubarás", seria vítima da zombaria geral. Não estamos dispostos, pois, a deixar que nos imponham como lei eterna, definitiva e imutável, um qualquer dogma de moral, sob o pretexto de que também o mundo moral tem os seus princípios permanentes, que se colocam acima da história e das diferenças existentes entre os povos. Pelo contrário, afirmamos que, até hoje, todas as teorias morais foram, em última instância, produtos da situação económica das sociedades em que foram formuladas. E, como até o dia de hoje a sociedade se desenvolveu sempre por antagonismos de classe, a moral foi também, sempre e forçosamente, uma moral de classe; nalguns casos, construída para justificar a hegemonia e os interesses da classe dominante, noutros, quando a classe oprimida se torna bastante poderosa para rebelar-se contra a classe opressora, a moral é construída para defender e legitimar a rebelião e os interesses do futuro em geral, e da classe oprimida, em parti-

cular. Que esta evolução se processa sempre, em largos traços, da mesma forma no campo da moral como no dos demais ramos do conhecimento humano e sempre num sentido de progresso, é o que nos parece indubitável. Mas, apesar de todos os progressos, não se encontrou ainda nenhum modo de fugir da moral de classe. Para se chegar à conquista de uma moral realmente humana, sub-

traída a todos os antagonismos de classes ou mesmo à sua recordação, teremos, antes, que alcançar um tipo de sociedade na qual não somente se tenha abolido o antagonismo das classes mas também tenha sido esse antagonismo, além de abolido, esquecido e afastado das práticas da vida". (Engels — Excertos do *Anti-Dühring*, pags. 111 a 123 — Edit. Calvino Ltda. — 1945).

OS DESEMPREGADOS "YANKEES" — ... "em 1939, à véspera da guerra, os Estados Unidos, o país mais rico do mundo, tinha 12 milhões de desempregados e, na Inglaterra, que na ordem da riqueza se lhe seguia, os inquéritos evidenciavam que uma quarta parte das crianças era subalimentada. A propaganda paga de um automóvel, para quatro operários nos Estados Unidos, e outras do mesmo tom, não escondem a miséria em que definha e morre certa parte do proletariado norte-americano. Em romances como *Judeus sem dinheiro* de Gold, em livros documentados, como *A América Trágica* de Dreiser, nas mensagens de Roosevelt ou nos inquéritos oficiais, o que se apura é que enorme número de norte-americanos é subalimentado e morre à falta de recursos médicos e farmacêuticos. No quadro levantado por Kreps, em 1939, no seu livro *Níveis do Bem Estar na Vida Americana*, verifica-se que, das 30 milhões de famílias norte-americanas, 8 milhões morreriam à fome se o govêrno não as socorresse e 11 milhões lutavam contra a miséria. Isto é quase 2/3 das famílias daquele país estavam na miséria ou na penúria. E a National Resources Committee, numa de suas publicações — *Rendas do Consumidor nos Estados Unidos*, chegava à conclusão de que somente treze por cento (13%) de sua população tinham um rendimento capaz de permitir a vida com um pouco de conforto, isto é, recebiam 2.500 dólares ou mais, anualmente. E ainda agora acabo de ler um ensaio sobre o problema de habitação naquele país e no qual Nathan Strauss, ex-diretor do Departamento Público de Construção de Casas, depois de afirmar que, de 1938 a 1941, se construíram 170 mil habitações por aquele serviço, não obstante a guerra contra êle movida pelo capitalismo, conclui por dizer que são precisos 2 milhões de moradias decentes para os que se aglomeram no que nós chamamos "favelas". Tudo isso demonstra que ainda no país mais rico do mundo o regime capitalista não pode resolver o problema da fome e da miséria." (João Mangabeira).

## Responda, si Puder...

A fim de exercitar a memória dos nossos leitores e permitir-lhes a verificação, por êles próprios, do seu grau de adiantamento em relação às teorias marxistas, em cada número desta revista publicaremos 10 perguntas relacionadas com o assunto, as quais, além de respondidas individualmente, deverão ser feitas, também, aos amigos mais próximos, no intuito de se ampliar, tanto quanto possível, o interesse pelos estudos sociais. As perguntas feitas num número serão sempre respondidas no número que se indicar de **DIVULGAÇÃO MARXISTA**, de modo a que os interessados possam controlar realmente seus conhecimentos. Incluiremos nessas relações, com o maior prazer, quaisquer perguntas que nos queiram fazer os leitores, dando-lhes as respostas na forma do costume, sem citar nomes. Redija, portanto, suas perguntas e aguarde, confiante, nossa resposta, num dos próximos números desta revista.

### PERGUNTAS

1. A economia política exprime uma economia anárquica?
2. Que é socialismo?
3. Por que a burguesia crê em Deus?
4. Quem foram os decembristas?
5. O divórcio é incompatível com a família?
6. Que são deslocamentos de classes?
7. O trotskismo sempre foi igual?
8. Que significa a nacionalização do Banco da Inglaterra?
9. Qual a posição da América Latina no mundo?
10. Qual o papel do indivíduo na História?

Estas perguntas serão respondidas no n. 7 desta revista, de 1-10-1946.

COM O MERCADO MUNDIAL APARECE UMA LITERATURA UNIVERSAL — "O antigo isolamento local e nacional em que cada um se bastava a si mesmo, deu lugar às relações universais, a uma interdependência universal das nações. E o que é verdadeiro quanto à produção material aplica-se à produção intelectual. As obras de uma nação tornam-se a propriedade comum de todas as nações. A estreiteza do espírito e o exclusivismo nacionais são cada vez mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura universal." (Marx e Engels — *Manifesto do Partido Comunista*).

## RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DO N.º 3, DE 1-8-1946

1. Que é história do ponto de vista marxista? — Vide pág. 67 desta revista.
2. Há idéias dominantes no mundo? — Vide pág. 35 desta revista.
3. A soja tem valor para o Brasil? — Vide pág. 39 desta revista.
4. Marx estudou as greves e coalizões de operários? — Vide pág. 43 desta revista.
5. A URSS venceu a Alemanha somente porque recebeu auxílio material anglo-americano? — Vide pág. 49 desta revista.
6. Qual o papel do indivíduo na História? — Será respondida no n. 7, por falta absoluta de espaço neste número.
7. Quais são os princípios do comunismo? — Vide pág. 7 desta revista.
8. Quem foi Kautski? — Vide pág. 118 desta revista.
9. Que são classes? — Vide pág. 109 desta revista.
10. O pensamento humano é soberano? — Vide pág. 120 desta revista.

### RESPONDA E GANHE UM LIVRO COMO PRÊMIO

Aos leitores que responderem às perguntas formuladas nesta seção, dentro de 15 dias para Rio, S. Paulo e Niterói e 30 dias para o interior após a data da sua primeira publicação, e cujo trabalho aproveitamos, no todo ou em parte, remeteremos, como prêmio, um livro à nossa escolha. As respostas publicadas consignarão o nome ou pseudônimo do interessado. O livro, como prêmio, vale mais como estímulo de ordem moral aos que precisam e devem estudar a teoria marxista-leninista do que pelo seu valor intrínseco. Esta é a nossa intenção.

### NÚMEROS ATRASADOS DE "DIVULGAÇÃO MARXISTA"

Encontram-se nas livrarias ou na

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio — Tel. 28-6752

Atende-se pelo Serviço de Reembolso Postal

Número em circulação — Cr\$ 5,00      Número atrasado — Cr\$ 8,00  
Assinatura semestral — Cr\$ 50,00      Assinatura anual — Cr\$ 100,00

## ÚLTIMAS EDIÇÕES

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. S. Mireki . . . . . Cr\$25,00

CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) . . Cr\$25,00

A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTAOS SOCIAIS, por Lisandro de la Torre . . . . . Cr\$25,00

TRÊS PRINCÍPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen . . . . . Cr\$25,00

A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético a Família") . . . . . Cr\$25,00

ANTI-DUHRING, por Frederico Engels . . . . . Cr\$30,00

CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) . . . . . Cr\$25,00

URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume . . . Cr\$25,00

A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA, pelo Dr. Lelio Zeno . . Cr\$25,00

O GENIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, pelo Instituto M. E. L., de Moscou . . . . . Cr\$25,00

DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, por Edvard Beneš Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE, por Jean Freville . . . . . Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA, seleção de J. Duret . . . . . Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLÍTICA, seleção de P. Y. Nizan . . . Cr\$25,00

O PODER SOVIÉTICO, pelo Deão de Canterbury . . . . . Cr\$25,00

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA, pelo Deão de Canterbury . . . . . Cr\$25,00

MISSÃO EM MOSCOU, por Joseph E. Davies . . . . . Cr\$25,00

MISSÃO EM TÓQUIO, por Joseph C. Grew . . . . . Cr\$30,00

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, por John Reed . . . . . Cr\$25,00

SANTA RUSSIA, por Maurício Hindus . . . . . Cr\$30,00

O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA, por Maurício Hindus . . Cr\$25,00

A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO, por Maurício Hindus . . . . . Cr\$25,00

A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

RIO SELVAGEM (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong . . . . . Cr\$25,00

ENTRE DOIS MUNDOS, memórias de Anna Louise Strong . . . Cr\$30,00

ASIA SOVIÉTICA, por Davies & Steiger . . . . . Cr\$25,00

A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA, pelo Patriarca Sérgio e outros . . . . . Cr\$25,00

STALIN, por Emil Ludwíg . . Cr\$25,00

PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA, pela Dra. Ester Conus . . Cr\$25,00

A QUESTÃO AGRÁRIA, por V. I. Lenin . . . . . Cr\$25,00

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO, por F. Engels, A. Talheimer, H. Harari e L. Segal . . . Cr\$30,00

MARX, ENGELS E MARXISMO, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume . . . . . Cr\$25,00

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLÍTICA, de Luis Segal, 2 vols. Cada volume . . . Cr\$25,00

A DEFESA ACUSA... de Marcel Willard . . . . . Cr\$25,00

MATERIALISMO E EMPIROCRITICISMO, de V. I. Lenin, 2 vols. Preço de cada volume . . . . . Cr\$35,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

## PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL

por Abguar Bastos

A obra não é somente o histórico dos movimentos armados de 1922, 1924, 1930, 1932 e 1935 e suas correlações com motins de menor vulto, ocorridos em vários Estados do Brasil. É, principalmente, o estudo das causas desses fenômenos, sejam elas imediatas ou históricas. Possui, pois, o seu eixo, em torno do qual giram os acontecimentos e se explicam as formas que tomam. O autor desenvolve sua tese, em que procura interpretar os acontecimentos principais depois da Primeira Grande Guerra, procurando provar que se devem ao desenvolvimento industrial no Brasil os tipos das insurreições liberais anti-oligárquicas de 1922 a 1930 e o da insurreição social anti-imperialista de 1935. A Primeira Grande Guerra acelerou o crescimento das forças do industrialismo nacional e, em consequência, promoveu o aumento da massa operária.

Da galeria de homens apresentados como personagens dos fatos narrados, destaca-se a figura de Prestes, por ser a que, entre as demais, assumiu o papel mais especial e decisivo nos acontecimentos que sucederam às lutas tipicamente anti-oligárquicas. As fases de transição dos sentimentos revolucionários de Prestes entrosam-se com os mesmos fenômenos de transição social que sacode o Brasil depois de 1930, ao impulso do lastro histórico que se criara desde a Primeira Grande Guerra. Prestes é, na obra, "parte material dos acontecimentos", criação das circunstâncias históricas, fruto das necessidades sociais da época. Nesse aspecto é que é estudada sua posição nos acontecimentos e o seu papel na continuidade da ação revolucionária. Seus manifestos, proclamações, cartas, frases são transcritos e analisados com serenidade.

Para alicerçar suas conclusões, o autor faz o estudo do militarismo e suas causas desde a Colônia até a República; analisa o fenômeno oligárquico e suas causas; faz o histórico dos vários movimentos políticos partidários após a República; estuda o movimento operário através de sua imprensa, de suas organizações, de seus congressos, de suas greves e de suas tendências ideológicas, como o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Faz igualmente a sùmula da evolução das leis reacionárias anti-populares e das leis de amparo ao trabalhador, até à revolução de 1930. Mostra como se desenvolveu o industrialismo e as formas que tomou no país.

Traça a figura lendária de Prestes e o seu conteúdo pequeno-burguês criado pelas condições revolucionárias do liberalismo republicano. Explica a maneira, o mecanismo psicológico que levou as massas a transformarem o herói em mito, depois da Grande Marcha. Em seguida, demonstra o processo de desintegração do mito até a sua humanização, que é o momento em que o herói se coloca a serviço do proletariado, como parte da ação revolucionária comunista.

Os principais aspectos da revolução de 27 de novembro de 1935 e a fase do terror estabelecido pela reação fascista depois dessa data são pontos altos e dramáticos da obra, explicando suficientemente a dureza das lutas sociais.

Em papel buffon. Cr\$ 35,00

Em papel vergé, Cr\$ 40,00

Editorial Calvino Ltda. — Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro